



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

HOMERO VILAR CORRÊA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ÁREAS VERDES EM CIDADES: O
CASO BOSQUE RODRIGUES ALVES - JARDIM BOTÂNICO DA
AMAZÔNIA.**



**Belém
2007**

HOMERO VILAR CORRÊA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ÁREAS VERDES EM CIDADES: O
CASO BOSQUE RODRIGUES ALVES - JARDIM BOTÂNICO DA
AMAZÔNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA Amazônia Oriental, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Clima e dinâmica sócio-ambiental na Amazônia.

Orientador: Dr. Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior.

Co-orientadora: Dra. Ivany Pinto do Nascimento

**Belém
2007**

HOMERO VILAR CORRÊA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ÁREAS VERDES EM CIDADES: O
CASO BOSQUE RODRIGUES ALVES - JARDIM BOTÂNICO DA
AMAZÔNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA Amazônia Oriental, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais.
Área de concentração: Clima e dinâmica sócio-ambiental na Amazônia.

Data de Aprovação em: ____ / ____ / _____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior - Orientador
Doutor em Ethnologie
Museu Paraense Emílio Goeldi

Prof^a Ivany Pinto do Nascimento – Co-orientadora
Doutora em Psicologia da Educação
Universidade Federal do Pará

Prof. Hamilton da Silva Pinto Junior - Membro
Doutor em Medicina Veterinária
Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Manoel Malheiros Tourinho - Membro
Doutor em Sociologia Rural
Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. João Batista Miranda Ribeiro - Membro
Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental
Universidade Federal do Pará

Aos meus amados pais (João e Cecília) que sempre estiveram ao meu lado, nos bons e maus momentos desta e de outras trajetórias. Este trabalho dedico EXCLUSIVAMENTE a vocês.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ivany, minha orientadora e mentora, pela afeição e parceria. Obrigado pelo carinho, solidariedade e ensinamentos. Serei sempre grato!

À minha amiga e irmã Andressa Parente, que me incentivou a aceitar este desafio e que sempre esteve ao meu lado até o fim desta escalada.

Ao amigo Hardiney, que mesmo à milhas de distância, sempre foi prestativo e presente neste desafio.

Ao amigo Cláudio, pelos ensinamentos de estatística e pela amizade. Meu sincero Obrigado!

À amiga Márcia pelo profissionalismo, e principalmente, amizade, palavras de consolo e incentivo. A distância jamais apagará você da minha memória e diminuirá minha gratidão e carinho.

Ao Coordenador do PPCA, professor Leonardo Sá, pelo empenho em tornar este curso cada vez melhor. Sua inteligência e generosidade o fazem ser um exímio gestor de pessoas e um grande ser humano, digno de todo meu respeito, admiração, reconhecimento e amizade.

Aos anjos do Centro de Educação, pelo apoio nas inúmeras dificuldades que passei. As trocas de idéias e as palavras de estímulo jamais serão esquecidas. Andréa, Mariléia, Ana Cristina, Yasmim e Heloiza, muito obrigado! Contem sinceramente com a minha amizade.

Em especial, ao anjo, Joana, que por horas a fio revisou e discutiu o trabalho comigo, deixando de lado seus fazeres e me considerando uma de suas prioridades. Não tenha dúvidas, essa vitória também é sua!

Às colegas de mestrado: Joelma, Sabrina e Cibelle pelo compartilhamento de idéias, pelos raros, porém divertidos momentos de distração nas longas horas de trabalho no LBA e pelas palavras de incentivo.

Ao grande parceiro e amigo Mauro, pelo incentivo, carinho e compreensão nesta difícil jornada.

Por fim, contudo não menos importantes, aos meus pais (João e Cecília), por todo amor e apoio durante toda minha vida. E minha mana Regina, que além de irmã é uma grande amiga. Amo vocês!

Em tempos imemoriais, nossos antepassados foram homens das florestas. Hoje somos homens dos edifícios de apartamentos. Apenas isto basta para explicar a atração irresistível que a natureza exerce sobre o morador da metrópole moderna, sempre seduzido pelas áreas verdes, um verdadeiro refúgio contra o moinho de poeira deste oceano de moradia.

Camilli Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*.

RESUMO

Foi estudada a importância do Jardim Botânico Rodrigues Alves para seus visitantes. Para tal, foi verificada a história, a influência e o sentimento a respeito dessa área verde de preservação. Para a interpretação, utilizou-se o método de questionários aos visitantes. Dessa forma, foi abordada a conscientização ambiental sobre o Jardim Botânico Rodrigues Alves e suas representações sociais. No geral, este trabalho indicou os sentimentos dos visitantes do Jardim Botânico e sua importância para os tomadores de decisões.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Representação Social. Bosque Rodrigues Alves. Belém-Pa.

ABSTRACT

It was studied the importance of the Rodrigues Alves Botanical Garden for visitors. So, the history, the influence and the feelings about its green area preservation were consulted. For this interpretation, botanical garden visitors's quiz was executed like research instrument. Like that, it was relating environment opinion about Rodrigues Alves Botanical Garden and social representation. In general, this work indicated botanical garden meaning for visitors and importance of the results to government.

Key words: Environment. Social representation. Rodrigues Alves Botanical Garden. Belém-Pa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Base conceitual das unidades de conservação.....	31
Quadro 2	Distribuição e números de jardins botânicos.....	41
Quadro 3	Os tipos de jardim botânico.....	43
Figura 1	Bosque “Rodrigues Alves”.....	46
Figura 2	Outra foto do Bosque “Rodrigues Alves”.....	46
Figura 3	Entrada do Bosque Municipal Marco da Légua, 1905.....	53
Figura 4	Antigo Bosque do Marco da Légua, criado em 1870.....	53
Figura 5	Um dos inúmeros Cruzamentos das alamedas internas.....	54
Figura 6	Trem de Carga. Estrada de Ferro de Bragança.....	55
Figura 7	Estrada de Ferro de Bragança a caminho da Estação no Entroncamento.....	56
Figura 8	Construção típica na Avenida Tito Franco, normalmente utilizada, pelas tradicionais famílias de Belém, como casa de veraneio.....	56
Figura 9	Banquete dos intendentes no Bosque “Rodrigues Alves” no dia 15 de Agosto de 1903.....	59
Figura 10	Vista área do Bosque Rodrigues Alves.....	79
Gráfico 1	Sexo.....	88
Gráfico 2	Cor/ Raça.....	89
Gráfico 3	Idade.....	90
Gráfico 4	Religião.....	91
Gráfico 5	Estado civil.....	92
Gráfico 6	Com quem você mora?.....	93
Gráfico 7	Qual sua renda?.....	94
Gráfico 8	Qual a sua escolaridade?.....	95
Gráfico 9	De onde você é?.....	96
Quadro 4	Frequência absoluta da proveniência dos visitantes, divididos por distritos e seus respectivos bairros.....	97

Gráfico 10	Em que bairro você mora?.....	99
Gráfico 11	Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquela que você conhece.....	101
Gráfico 12	Em sua opinião qual a importância do Bosque.....	103
Gráfico 13	Frequência de visita.....	106
Gráfico 14	Que lembranças você tem das suas visitas ao Bosque?.....	107
Gráfico 15	Quem levava você ao Bosque?.....	108
Gráfico 16	Você acha que o Bosque mudou para: melhor ou pior?.....	109
Gráfico 17	Que contribuições positivas o Bosque oferece para os seus frequentadores?.....	111
Gráfico 18	Que consequência negativa o Bosque provoca aos frequentadores?.....	113
Gráfico 19	Como você imagina que estará o Bosque daqui a 10 anos?.....	115
Gráfico 20	Quem é responsável pela conservação do Bosque em Belém?.....	117
Gráfico 21	Como você acha que pode ajudar na conservação do Bosque?.....	118
Gráfico 22	Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?..	120
Gráfico 23	Você tem acesso a alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?.....	121
Gráfico 24	Você participa de algum grupo ou programa empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade?.....	122
Gráfico 25	Você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental, como, por exemplo, ONG?.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sexo.....	88
Tabela 2	Cor/Raça.....	89
Tabela 3	Idade.....	90
Tabela 4	Religião.....	91
Tabela 5	Estado civil.....	92
Tabela 6	Com quem você mora?.....	93
Tabela 7	Qual a sua renda?.....	94
Tabela 8	Qual a sua escolaridade?.....	95
Tabela 9	De onde você é?.....	96
Tabela 10	Em que bairro você mora?.....	99
Tabela 11	Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquela que você conhece.....	101
Tabela 12	Em sua opinião qual a importância do Bosque para cidade de Belém?.....	103
Tabela 13	Frequência de visita.....	105
Tabela 14	Que lembranças você tem das suas visitas ao Bosque?.....	107
Tabela 15	Quem levava você ao Bosque?.....	108
Tabela 16	Você acha que o Bosque mudou para melhor ou pior?.....	109
Tabela 17	Que contribuições positivas o Bosque oferece para os seus frequentadores?.....	111
Tabela 18	Que consequência negativa o Bosque provoca aos frequentadores?.....	113
Tabela 19	Como você imagina que estará o Bosque daqui a 10 anos?.....	115
Tabela 20	Quem é responsável pela conservação do Bosque em Belém?.....	117
Tabela 21	Como você acha que pode ajudar na conservação do Bosque?.....	118
Tabela 22	Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?..	119
Tabela 23	Você tem acesso a alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?.....	121
Tabela 24	Você participa de algum grupo ou programa empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade?.....	122
Tabela 25	Você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental, como, por exemplo, ONG?.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Áreas de Proteção Ambiental

BGCI - Botanic Gardens Conservation Internacional.

CAECS - Coordenadoria de Articulação Educacional e Comunicação Social

CNJB - Comissão Nacional de Jardins Botânicos

FLONAS - Florestas Nacionais

IABG - International Association of Botanic Gardens (Associação Internacional de Jardins Botânicos)

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (União Internacional para a Conservação da Natureza)

PARNA - Parques Nacionais

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio ambiente

UIPN - União Internacional para a Proteção da Natureza

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento

UNEP - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WWF - World Wildlife Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	UM BREVE DEBATE SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	19
2.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE O AMBIENTALISMO.....	19
2.2	AS ORIGENS DAS ÁREAS PROTEGIDAS.....	25
2.3	A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS.....	28
2.4	A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	29
2.5	ALGUNS CONCEITOS SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	30
2.6	A REALIDADE DOS JARDINS BOTÂNICOS.....	33
2.6.1	A missão global dos Jardins Botânicos na conservação	34
2.6.2	Os principais elementos da missão global	35
2.6.3	Revisão do papel dos Jardins Botânicos	37
2.6.4	Características e missão de um jardim botânico	38
2.6.5	Distribuição de Jardins Botânicos	41
2.6.6	Os tipos de jardins botânicos	42
3	BOSQUE RODRIGUES ALVES – JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA	44
3.1	A URBANIZAÇÃO DE BELÉM A PARTIR DO CICLO DA BORRACHA..	44
3.2	O BOSQUE RODRIGUES ALVES: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO.....	52
4	UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	63
4.1	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SEUS CONCEITOS.....	63
4.2	A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	68
4.3	UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA.....	69
4.3.1	A concepção de natureza na História	70
4.3.2	A representação de natureza no Brasil	72
4.3.3	Noções de paisagem e os espaços de celebração	75

5	CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	79
5.1	O TRAÇADO METODOLÓGICO.....	79
5.2	LÓCUS DA PESQUISA.....	80
5.2.1	Os elos iniciais estabelecidos entre o pesquisador e o Bosque Rodrigues Alves.....	82
5.3	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	82
5.4	INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	83
5.5	CORPUS DO ESTUDO.....	85
5.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	86
6	IMAGENS DO BOSQUE RODRIGUES ALVES E SEU SIGNIFICADO PARA OS FREQUËNTADORES.....	87
6.1	ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM BASE NAS CATEGORIAS ELABORADAS.....	87
6.1.1	Caracterização dos freqüentadores do Bosque - sujeitos da pesquisa.....	88
6.1.2	Análise da categoria “Entendimento do Bosque”.....	100
6.1.3	Análise da categoria “Percepção de tempo passado, presente e futuro do Bosque”.....	104
6.1.4	Análise da categoria “Atitudes em relação à conservação do Bosque”.....	116
7	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOSQUE RODRIGUES ALVES – JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA PELOS SEUS FREQUËNTADORES – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.....	133
	ANEXOS.....	138
	ANEXO A – BAIROS DO MUNICÍPIO DE BELÉM.....	139
	ANEXO B – DISTRITOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM.....	140
	ANEXO C – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	141

1 INTRODUÇÃO

O uso dos recursos naturais pela população, combinando atividades econômicas com a proteção e conservação ambiental, é uma forma ideal para garantir um desenvolvimento sustentado de uma determinada região. Mas essa harmonização de atividades antrópicas com a proteção ambiental também é conseguida mediante um conjunto de conhecimentos e práticas educativas desenvolvidas com a comunidade local.

As cidades representam as mais profundas e radicais intervenções humanas sobre a superfície do planeta. Elas refletem os diferentes ambientes culturais e as variadas estruturas econômicas que envolveram a sua produção. Por isso, pode-se dizer que as cidades são frutos de contextos sociais e caracterizam-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários dos cenários urbanos. Dessa forma, a cidade configura-se em uma fonte geradora de estímulos perceptivos para quem habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos. O espaço pode ser compreendido a partir das informações que se têm sobre ele, o que gera uma relação de interdependência entre o espaço e a informação (LANDIM, 2004).

O espaço urbano é um exemplo da atividade laboral humana. Ele congrega o imaginário e as representações de gerações, que tomaram parte no processo de construção da fixação de homens e mulheres na terra. De um lado, as fantasias das gerações mais recentes convivem com as gerações antigas: a cidade preserva a memória do seu passado. De outro, outras fantasias são erguidas sobre as ruínas daquelas que permanecem submersas, num movimento contínuo de construção e reconstrução.

A natureza pode ser compreendida de diversas maneiras. Isto depende do contexto sócio-histórico em que são formulados os seus significados por meio das relações estabelecidas pelos diversos grupos culturais. O espaço produzido, especialmente o urbano, reflete intencionalidades, idéias e representações. Também o espaço, designado como natureza, junto ao conhecimento advindo dele, historicamente, expressa as ações sócio-culturais.

Dessa forma, considerou-se pertinente realizar um estudo sobre a representação social de áreas verdes em cidades, uma vez que a evolução das

estruturas arquitetônicas da cidade, decorrente das ações sócio-político-econômicas, fez parecer que o verde foi cedendo o seu lugar para a construção de pedras sobre pedras, alterando as condições ambientais da vida urbana. Os riscos ambientais decorrentes das novas formas de produção é presente na vida dos cidadãos, assim como o surgimento de novos espaços de lazer, como *shopping center*, atrai um número significativo de moradores da cidade, na medida em que os apelos midiáticos enfatizam muito mais o consumo do que seus efeitos sobre a sociedade.

Neste estudo intitulado “As representações sociais de áreas verdes em cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves”, procuramos investigar as diversas representações sociais que os frequentadores do Bosque atribuem a este logradouro de grande relevância paisagística, ambiental, patrimonial e histórica para a cidade de Belém.

Acredita-se que a construção de um trabalho como este, que investigue os sentidos e significados de áreas verdes como o Bosque Rodrigues Alves, seja de grande importância para compreender a valorização desse espaço e subsidiar políticas públicas urbanas e ambientais voltadas para implementação e monitoramento de espaços verdes nestas áreas, visto que o diagnóstico das representações que os moradores possuem sobre esse espaço serve como condutor de planejamento e intervenção para um maior aproveitamento deste espaço na perspectiva histórica, política, cultural e educacional.

Em síntese, este estudo possibilita que um espaço verde-urbano, como o Bosque, seja alvo não somente de lazer e pesquisa, mas seja pensado também: como um espaço educacional para compreender a história da cidade através da arquitetura desse espaço; como um espaço de desenvolvimento de projetos culturais que abriguem exposições, musicais da terra, grupos folclóricos, etc.

A escolha do Bosque Rodrigues Alves como objeto de estudo se deu pelo fato desse espaço fazer parte do patrimônio histórico-cultural da cidade. Criado em 1883, este logradouro, muito mais que ponto turístico da cidade, faz parte da identidade cultural dos moradores de Belém, uma vez que a maioria dos moradores da cidade, muito mais que ter conhecimento da existência desse espaço, possuem, de certa forma, sua formação social ligada ao logradouro, já que o Bosque, dentre as inúmeras atribuições que possui, configura-se num espaço de lazer que foi, e está presente na maioria da infância, adolescência ou fase adulta, de grande parte dos moradores da cidade.

Desde sua fundação até os dias atuais o Bosque passou por inúmeras modificações em sua estrutura física, que a cada época proporcionava aos moradores de Belém diferentes representações. Moscovici (2001) considera a representação como o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real. Para o autor, o estudo da representação social procura tratar de um saber que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência ou de toda sua existência. É uma interpretação que se organiza em relação estreita com o social e que se torna, para aqueles que a ela aderem, a própria realidade.

As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou diversas áreas, diversos povos e as diversas atividades num universo (WIRTH, 1987).

A pesquisa quali-quantitativa subsidiou os caminhos percorridos no presente estudo. Tanto a quantificação quanto a interpretação foram importantes para que pudessemos compreender a trama das representações sociais que configuram o objeto de estudo em foco. Em suma, os dados foram analisados utilizando-se como recurso a unidade de significados encontrados a partir de sua frequência.

Assim, o problema eleito nessa investigação foi: Quais são as representações sociais que os frequentadores do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia possuem sobre esta área verde?

No que diz respeito aos objetivos do trabalho, consideramos como Objetivo Geral: identificar as representações sociais dos frequentadores do Bosque sobre esta área verde; e como Objetivos Específicos, consideramos os seguintes:

- Contextualizar o surgimento do Bosque Rodrigues Alves na cidade de Belém;
- Identificar a importância do Bosque Rodrigues Alves para os seus frequentadores;
- Caracterizar as imagens e sentidos partilhados e/ou consensuais sobre o Bosque Rodrigues Alves pelos seus frequentadores;

O processo de interferência do homem no espaço, a criação de parques e demais áreas verdes protegidas ganham destaque dentro do processo de urbanização. No caso específico desse trabalho, o foco da pesquisa concentra-se no papel social do Jardim Botânico, em especial o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia, e sua representação social para os moradores da cidade de Belém.

Assim organizamos o presente estudo da seguinte forma:

No capítulo intitulado **Um breve debate sobre as unidades de conservação**, apresentamos uma sucinta discussão sobre a importância das idades de Conservação como parques, principalmente, o Jardim Botânico. No que diz respeito ao Bosque Rodrigues Alves, enfatiza-se que, enquanto jardim botânico, apesar de possuir como “espinha dorsal” de sua missão a conservação da flora da sua própria região, este espaço verde possui como diferencial, em relação aos outros jardins botânicos brasileiros, a presença simultânea neste mesmo espaço de um zoológico.

Em **O Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia**, elaboramos um histórico sobre o Bosque, assim como sua contextualização enquanto importante área verde da cidade. Além da conjuntura histórica, é possível conhecer com modéstia de detalhes suas principais atrações turísticas, atualmente.

Já no capítulo **Um estudo sobre representação social**, objetivamos um estudo teórico sobre as representações sociais, incluindo um estudo sobre a concepção de natureza na história e as representações da natureza;

Posteriormente, em **Construção metodológica**, são apresentados os métodos efetivados nesse estudo. Explicitamos neste capítulo o lócus da pesquisa, a caracterização dos seus sujeitos, os instrumentos utilizados, o corpus do estudo e os procedimentos de análise.

No capítulo **Imagem do Bosque Rodrigues Alves e seu significado para os seus frequentadores**, apresentamos o relatório e a interpretação dos dados configurados que consolidam o delineamento do objeto de estudo em questão.

Nas considerações finais, sintetizamos as principais idéias extraídas da pesquisa. Por conseguinte, propomos sugestões de melhoria para a conservação do Bosque a partir da análise dos dados e da identificação da representação social que os frequentadores possuem sobre esta área verde.

2 UM BREVE DEBATE SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O AMBIENTALISMO

A primeira aparição significativa do ambientalismo em nível mundial registra-se no campo científico. Embora as primeiras fases dos estudos de Ecologia já tenham mais de um século, a penetração da preocupação ecológica na comunidade acadêmica está datada nos anos de 1950. Contudo, certamente um dos fatos fundamentais para marcar essa emergência foi a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), em 1948. Criada por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas sobre conservação e utilização de recursos, a fundação configurou-se num encontro que, a rigor, representou o primeiro grande acontecimento no surgimento do ambientalismo mundial.

A problemática do desenvolvimento sustentável passou a ser comentada, embora ainda discreta, a partir dos anos 1960, sendo que no final dessa década e no início dos anos 1970, teve uma repercussão maior. Esse destaque possibilitou a primeira grande discussão internacional culminada na Conferência de Estocolmo, em 1972, que, posteriormente, aliada à publicação do Clube de Roma, contribuiu em grande parte com “a tese dos limites do crescimento” para a discussão sobre o ambiente humano. Ressalta-se que essas preocupações ambientais já ocorreram por conseqüência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente.

No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, através do Decreto Federal n.º 73.030, de 30 de outubro. A SEMA foi o primeiro órgão federal brasileiro criado com orientação para gestão integrada do meio ambiente.

Já, em 1975, em Belgrado, Iugoslávia, realizou-se a Conferência de Belgrado, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) - UNESCO, que resultou na Carta de Belgrado, com a formulação dos princípios e das orientações para programas de Educação Ambiental em nível mundial. Esta carta chamou a atenção do mundo para que os recursos naturais fossem utilizados de modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumento de qualidade de vida.

A UNESCO, ainda preocupada com a questão ambiental, promoveu, em 1977, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Conferência de Tbilisi, em Geórgia, até então URSS, que resultou num documento com grandes orientações, princípios e recomendações para a Educação Ambiental. Esta é a Conferência mais citada pelos educadores ambientais, pois as suas recomendações aos países-membros são fundamentais na implantação de um plano único de gestão ambiental participativo.

No Estado brasileiro, em 5 de outubro de 1988, há a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, primeira constituição nacional a destacar a questão ambiental. O Capítulo VI, sobre o Meio Ambiente, com um artigo (0225) de seis parágrafos e sete incisos, enfatiza as seguintes ações como forma de preservação do meio ambiente: a) o estudo prospectivo de impacto ambiental para a instalação de obras ou atividades com o objetivo de detectar causas potencialmente significativas na degradação do meio ambiente; b) a educação ambiental; c) a proteção da fauna e flora da Floresta Amazônica brasileira, da Mata Atlântica, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona da Costeira, entre outros.

Em 1974, como resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento - UNCTAD e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, criou-se a Declaração de Cocoyok (CAVALCANTI, 1998). Essa declaração teve como base a discussão sobre a explosão demográfica; a pobreza; a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina - resultante dessa pobreza; e o fato dos países industrializados contribuírem para os problemas de subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. Além do mais, a Cocoyok enfatiza que a destruição ambiental dos continentes é resultante da pobreza, que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos naturais.

As posições de Cocoyok foram aprofundadas no relatório final de um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld, em 1975, com a participação de pesquisadores e políticos de 48 países. O relatório demonstra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus. O Relatório Dag-Hammarskjöld possui pontos em comum com a Declaração de Cocoyok, como: a) o otimismo baseado na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (self-reliance), b) o radicalismo expresso na exigência de mudanças nas estruturas de propriedade no

campo. Fora isso, o relatório esboça o controle dos produtores sobre os meios de produção e a rejeição ou omissão pelos governos dos países industrializados e dos cientistas e políticos conservadores em relação à degradação ambiental, como intensa emissão de gases poluentes, exploração desordenada dos recursos naturais, acúmulo de dejetos etc.

Já em 1987, como resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), elaborou-se o Relatório de Brundtland que demonstra um grau elevado de realismo em comparação às discussões nos anos de 1970 (Declaração de Cocoyok, Relatório Dag-Hammarskjöld. Esse relatório não apenas pontua os motivos e conseqüências da degradação ambiental, como define, ou pelo descreve, as questões ambientais em consonância com as econômicas e políticas. Um dos principais temas abordados foi o “Desenvolvimento Sustentável” com a discussão de que a sustentabilidade é uma tática para a promoção do desenvolvimento e ou crescimento tanto nos países não-industrializados quanto nos países industrializados. Para tanto, define um nível de consumo mínimo partindo das necessidades básicas e elenca uma lista de medidas a serem tomadas por todos os Estados em nível nacional, tais quais; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias para a utilização de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologia ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem. O relatório propõe também medidas a nível internacional; organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; proteção dos ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço; banir guerras; a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável. Mas o relatório é omissivo na discussão detalhada do nível máximo de consumo (uso de energia, etc.) nos países industrializados; assim torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados.

Em junho de 1992, reuniram-se no Rio de Janeiro, Brasil, mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de governos, para participar da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Esta, apesar de várias críticas com relação a sua eficácia, documentou o crescimento da consciência ambiental por parte da população mundial acerca dos perigos que o modelo atual de desenvolvimento econômico significa. A interligação entre o desenvolvimento

socioeconômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignorados, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo.

O ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável para Cavalcanti (1998) advém da necessidade de uma perspectiva multidimensional que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo, uma vez que a modernização, acompanhada da intervenção do Estado racional e das correções que partem da sociedade civil, desestrutura a composição social, a economia territorial e o contato ecológico; e apesar da sua estrutura ainda incipiente, aponta este conceito na direção certa. Esta conclusão possui como raízes os reflexos nocivos observados através do descompasso entre o desenvolvimento econômico e a valorização das questões sociais e ambientais.

Para Rohde (1998), as chamadas ciências ambientais apertam-se em vazios epistemológicos entre as ciências naturais e sociais, adjetivam disciplinas existentes e provocam a necessidade da interdisciplinaridade. Ele ainda afirma que a passagem do atual mundo desintegrado, para um modelo em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria da qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório.

A abordagem das mudanças de paradigmas como objeto de investigação é tarefa desenvolvida por vários autores, como Cavalcanti (1998) e Brito e Câmara (1998), que estendem o conceito de paradigma como escala de cosmovisão, incluindo questões sociais e políticas. Os diversos campos do conhecimento que realizaram importantes mudanças paradigmáticas em período recente ou que tiveram teorias revolucionárias que apontam para paradigmas emergentes são registrados a seguir.

Em 27 de abril de 1981, no período militar, o Presidente da República João Figueiredo sancionou a Lei nº 6.902, que criava duas novas categorias de manejo ambiental: as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental. Em 31 de agosto de 1981, foi sancionada a Lei nº 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e explicação. O documento foi considerado um avanço na história do meio ambiente do Brasil, demonstrando um amadurecimento das classes políticas em relação às questões ambientais no país.

Em 1992, no período de 3 a 14 de junho, aconteceu um dos maiores e mais importantes eventos sobre meio ambiente: a histórica Conferência Rio-92, que foi como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), com a participação de 170 países. Chefes de Estado e de Governo representantes de todos os continentes se reuniram no Rio de Janeiro para discutirem sobre o futuro do planeta Terra.

Nesse evento, foram debatidos vários temas; firmados acordos e compromissos entre vários países, tendo o Brasil uma presença decisiva nessas ações; e apresentadas recomendações de medidas para a proteção ambiental através de políticas de desenvolvimento sustentável, e ainda valiosas sugestões para o futuro do meio ambiente. Ressalta-se que, em virtude do preocupante quadro ambiental, o Brasil tem buscado estabelecer processos decisórios para assegurar a proteção e conservar a natureza, com o intuito de manter a diversidade biológica, ecossistemas brasileiros, e minimizar a interferência humana sobre esses espaços.

De acordo com Brito e Câmara (1998), o meio ambiente é, sem dúvida, um elemento constitutivo da transformação do final do milênio, que vem redefinindo a economia, a sociedade, a política e a ciência. As novas relações sociedade-natureza inserem-se na questão mais ampla da gestão do território que é, por sua vez, indissociável da questão do novo padrão de inserção do Brasil na economia-mundo. É perceptível que a gestão do território e os problemas ambientais decorrentes são indissociáveis dos padrões de desenvolvimento adotados, que são definidos pela interação entre a dinâmica interna das sociedades nacionais e das pressões externas.

Os meios mais eficazes para a proteção e conservação ambiental ocorrem através da criação de áreas protegidas para solucionar o dilema da fragmentação de habitats, sobrevivência de espécies da fauna e flora, afastando o perigo de extinção de várias espécies (BRITO; CÂMARA, 1998). Por isso devem ser tomadas medidas severas a fim de que as indústrias busquem adequar mais tecnologias e equipamentos às necessidades de conservação da natureza. Mas, para que isso aconteça, é preciso que as políticas dos governos federal e dos estados sejam marcadas pela eficiência e articulação quanto à proteção do meio ambiente.

Segundo os autores, observa-se que há um crescimento da consciência ecológica no Brasil e algumas indústrias existentes no país já se preocupam com a questão ambiental; inclusive muitas delas já vêm adotando programas de qualidade

ambiental para não perder mercado. E a tendência é a de quem não cuidar do meio ambiente correr o risco de falir. A questão ambiental é prioritária em qualquer projeto de novas plantas industriais ou expansão de indústrias e serviços. Em grande parte, deve-se esse crescimento de consciência ecológica aos países importadores que vêm impondo restrições à aquisição de produtos brasileiros cujo processo de fabricação agrida ao meio ambiente.

Nesse sentido, é possível constatar que a tendência da nova concepção de meio ambiente é a de que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem equidade social, econômica, política e meio ambiente, com vistas a conciliar as necessidades econômicas à disponibilidade limitada dos recursos naturais e sua proteção. Esse fato é perceptível apesar da dispersão de recursos naturais ter sido motivo de grandes preocupações no mundo ante a possibilidade de escassez causada pelo desenvolvimento das normas ambientais e pela falta de diretriz política de caráter global que oriente a utilização racional e a proteção ambiental. Assim, prevê-se que cada vez mais os novos paradigmas deverão conciliar os interesses econômicos e sociais com a proteção ambiental dentro de um processo de desenvolvimento sustentável, transformando o meio ambiente em fator de desenvolvimento sem, contudo, causar danos ambientais.

Para Brito e Câmara (1998), é necessário prevenir os danos ambientais antes que a situação ambiental seja mais degradável. Portanto, a questão ambiental deve ser incorporada às políticas públicas setoriais e ao planejamento estratégico de governo, uma vez que a sociedade em geral deve ser esclarecida sobre a degradação, qualidade ambiental e recuperação de áreas degradadas, especialmente no que diz respeito à questão dos desperdícios dos recursos naturais.

Conservar o meio ambiente é responsabilidade de todos: do poder público, nos três planos – federal, estadual e municipal –, e dos cidadãos. Isso é um preceito constitucional cujo objetivo é o de proteger os recursos naturais para se ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, ajustando-se os métodos tradicionais na condução das atividades econômicas, de modo a não se chegar a uma exaustão dos recursos naturais renováveis que consolide num processo de degradação ambiental bastante adiantado.

Decorrente das ações antrópicas sobre ambientes naturais, que vêm provocando grandes alterações no meio natural, sem ser levada em conta uma

sustentabilidade a curto, médio e longo prazos, observa-se que a degradação ambiental cresceu muito nas últimas duas décadas. Em muitas vezes como resultado de modelos desenvolvimentistas, do descaso e insensatez do poder público e não-conscientização do povo em relação à necessidade de proteção dos recursos naturais.

2.2 AS ORIGENS DAS ÁREAS PROTEGIDAS

As áreas protegidas são de extrema importância para a problemática da conservação ambiental. Segundo Davenport e Rao (2002), essas áreas, com raízes históricas muito profundas, encontradas já nas primeiras culturas pré-agrícolas na Ásia e no Oriente, foram implementadas de maneiras distintas nas mais variadas culturas, desde as antigas até as contemporâneas.

Os primeiros registros, que se tem conhecimento, de promulgação de diretrizes sobre conservação de vida silvestre foram encontrados na Índia, com datas do século IV a.C, período em que toda e qualquer forma de uso e atividade extrativista teve proibição concedida nas florestas sagradas.

Já no Oriente Próximo, data de 700 a. C. o registro mais antigo de proteção à caça concebida em virtude a intensidade de caçadas por parte dos nobres assírios, que, posteriormente, desenvolveram técnicas aperfeiçoadas para corridas e combate em áreas reservadas justamente para esse fim.

Essas áreas assemelham-se aos grandes enclaves de caça - proliferadas na Ásia Menor no período de 550 a 350 a.C., do Império Persa, que a partir do século IV d. C., instituiu leis protecionistas para as áreas úmidas da planície Huang-Huai-Hai, no nordeste da China.

Na Europa, medidas de proteção ambiental também foram estabelecidas: na cidade-estado de Veneza houve a criação de reservas para javalis e veados em data anterior ao estabelecimento da cidade, em 726; na Bretanha, no início do século XI, o Rei Canuto promulgou leis florestais; na Rússia, criou-se bosques e florestas sagrados, “áreas comunais proibidas” e “áreas sagradas”, em que era proibido caçar, pescar, derrubar árvores e até mesmo a presença humana.

Nesse sentido, de acordo com Davenport e Rao (op.cit.), é perceptível a busca incessante, por parte da humanidade, de meio e formas de convívio adequado à natureza. A humanidade a todo o momento se sente impelida a criar

políticas válidas para esse fim, utilizando da criação de áreas protegidas para solucionar ou equacionar tal problemática. E, para eles, a distinção entre as medidas protecionistas implementadas nas diversas culturas em muito se deve ao tipo de posse de terra ocorrida, que findou por delinear características específicas e vitais de cada sociedade.

Os gregos, quando na democratização de seus espaços, criaram nas cidades maiores, inclusive Atenas, praças voltadas para reuniões públicas, relaxamento e esparecimento, que hoje se equivalem aos modernos parques urbanos. Já na Europa Medieval, assim como na Ásia Menor, apesar do conceito urbanizacional do Império Romano influenciar as demais sociedades, esses espaços destinavam-se somente às classes dominantes e tinham como prioridade a caça; tanto que a origem da palavra “parque” advém de “parc”, que em francês e inglês arcaicos, designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei” (DAVENPORT, RAO, 2002, p.54). Quem viesse a invadir essas áreas, especialmente os caçadores ilegais, eram punidos severamente e, freqüentemente, condenados à morte.

Entretanto, embora haja uma longa história sobre os mais variados tipos de reservas, a concepção de “parques nacionais” está interligada a existência de nações com base no moderno conceito de estados soberanos, com a possível exceção de gregos e romanos. Alguns associam a origem ao apelo pela destruição da natureza, a um “movimento pró-parques nacionais”, enquanto resposta à revolução industrial, que alterou consideravelmente as paisagens naturais.

Para Brockelman et al (2002), tanto o contemporâneo conceito de parque enquanto espaço de proteção e de acesso ao público em geral, como o entendimento desse mesmo conceito por cidadãos de países em desenvolvimento, que o concebe atrelado a idéias de restrições de acesso e uso de recursos, é recente; visto que a maioria dos parques existe há apenas uma ou duas décadas.

É válido ressaltar que os parques nacionais modernos e outras áreas protegidas sofrem com problemas de aplicação de legislação e regulamentos. O primeiro parque moderno, Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos, logo após seu início, foi invadido por fazendeiros de gado; e a cavalaria do Estado teve de ser chamada para protegê-lo.

Esse quadro se agrava principalmente nos países em desenvolvimento em que a fiscalização e a aplicação de legislação são mais difíceis de serem efetuadas

devido a diversos fatores. Um deles é a ausência de planejamento avançado para que se assegure aos residentes locais e visitantes, o recebimento de notificações apropriadas e indenização por qualquer perda de terra ou recursos.

Além do mais, os guarda-parques normalmente fazem parte da comunidade impactada pelos parques, estando mais sujeitos às pressões para que as infrações sejam desconsideradas. E se não é permitido o uso de armas ou voz de prisão, a fiscalização torna-se frágil, e os guarda-parques findam por ignorar as infrações e manter um bom convívio com os vizinhos.

Brockelman et al (2002) aponta algumas sugestões que solucionem essa problemática que vão desde a contratação de mais guardas até ao aumento das penas. No entanto, há uma alternativa sugerida que tende a ser considerada como uma negligência, completamente inaceitável, que é a proposta de abandono das atividades de fiscalização e controle, como se elas não fizessem parte do manejo dos recursos naturais. O cumprimento dos regulamentos dos parques é demasiadamente necessário e é universalmente praticado em países desenvolvidos. Nos menos desenvolvidos, a fiscalização e o controle são até mais necessários, porque as pressões sobre os recursos naturais são intensas e porque o cumprimento da legislação é mais difícil em áreas de fronteira.

Essa dificuldade nas áreas de fronteira em muito se deve às diferentes visões e conceitos, às vezes opostas, sobre o significado de parque. Diegues (1993) define dois tipos de entendimento acerca da concepção de parque.

Para alguns, as unidades de conservação são um fim em si mesmas e destinam-se a proteger a natureza intocada, frente aos avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno. Por outro lado há o pressuposto que a humanidade caminha para a destruição dos ecossistemas naturais e que, no futuro, restariam somente ilhas de conservação, paraísos remanescentes de um mundo natural. Essas duas posições implicam em idéias opostas do significado da natureza: a primeira mais "ecocêntrica", onde o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que venha a ter para o homem; a segunda é "mais antropocêntrica" e reafirma a primazia do homem sobre o mundo natural. Na segunda visão, o mundo natural foi criado para benefício e uso do homem. Para a primeira visão, o homem sempre se comporta como um dominador, um domesticador da natureza e esse comportamento leva, irremediavelmente, à destruição do mundo natural. Na segunda visão, o mundo natural foi criado para benefício e uso do homem. (DIEGUES, 1993, p.222).

Todavia, essa diferenciação conceitual, semântica, tende a ser prejudicial, pois vai além dos cenários nacionais e intervém nos internacionais, o que dificulta qualquer negociação ou cooperação entre os países.

2.3 A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS

Conforme Ferreira (2004), o crescimento das cidades está interligado ao alto índice de migração, responsável pelo “inchaço” populacional e, conseqüentemente, pela deterioração da qualidade de vida. Para tanto, de modo a manter um equilíbrio entre índice populacional e qualidade de vida, faz-se necessária uma reorganização urbana, fato que já é uma preocupação em alguns locais que implementaram iniciativas de gerenciamento integrado das atividades urbanas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o equilíbrio ambiental.

No entanto, segundo Brito e Câmara (1998), no Brasil, em virtude das características históricas herdadas, o processo de industrialização e urbanização é responsável pela ampliação das carências sociais e dos serviços públicos e, ainda, pela falência das políticas administrativas tanto para as regiões metropolitanas quanto para as regiões do interior dos estados (dado o processo de “contrametropolização”). Além do mais, esse processo trouxe a deterioração ambiental (principalmente dos recursos hídricos) e o estrangulamento da infraestrutura das cidades (principalmente nos setores de saneamento, habitação e transporte), o que implicou em uma série de dramas: problemas graves de poluição, de habitação e de saúde; necessidades adicionais de escolas; organização de sistemas de abastecimento; programas especiais para pobreza crítica, elaboração de projetos de saneamento básico etc.

Desse modo, as cidades passaram a se defrontar com uma situação grave que exige intervenções ágeis em áreas que extrapolam as tradicionais políticas na área urbana. Trata-se de amplos projetos de infra-estrutura, políticas sociais, programas de emprego e políticas ambientais, envolvendo inclusive estratégias locais de dinamização das atividades econômicas. Os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas estão no último escalão da administração pública. Há um deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto as estruturas político-administrativas continuam centralizadas. Esse processo criou um tipo de impotência institucional que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local. Com o processo de urbanização, os problemas se deslocaram, mas não o sistema de decisão correspondente.

2.4 A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Os parques se configuram vitais na busca da perpetuação da biodiversidade em um espaço controlado pelo ser humano, visto que ela enfrenta diversos desafios para sua conservação. As ações infratoras causam grandes danos, tais como: grandes impactos nas florestas tropicais em virtude do constante crescimento demográfico; exploração dos recursos naturais de maneira desordenada; avanços da fronteira agrícola e da industrialização, ocorrências que aumentam o processo erosivo, o assoreamento de mananciais de água, a extinção da biodiversidade e da diversidade de espaços e processos ecológicos, vitais à sustentabilidade dos recursos naturais e à qualidade de vida do ser humano. Por conta disso, destaca-se a necessidade de criação de áreas de proteção para a biodiversidade e a implementação de políticas que amparem essas áreas contra um conjunto de forças destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais (LEITE, 1994).

É válido que a criação de parques, notadamente, tende a interferir no modo de vida da população local, pois raramente um parque pode estar localizado em uma área totalmente desabitada; mas, nesse caso, deve-se considerar que a conservação da natureza garante diversos benefícios, inatingíveis. No setor econômico, por exemplo, é perceptível os benefícios advindos com o turismo e com o uso de serviços dos ecossistemas, como ar puro, ciclagem geoquímica natural, suprimento estável de água etc.

Segundo Brito e Câmara (1998), a tática de conservação dos recursos naturais tem sido um assunto recorrente nas discussões e negociações sobre os efeitos dos desastres ambientais gerados pela ação do ser humano. Para solucionar esses problemas, uma das estratégias encontradas pelas autoridades ambientais é, através da criação de Unidades de Conservação, estimular o diálogo e a negociação entre instituições para que se viabilize um trabalho em parceria eficiente a favor das áreas naturais ainda representativas que precisam ser preservadas; e também desenvolver as capacidades administrativas e tecnológicas na solução das questões ambientais existentes nos vários biomas e ecossistemas brasileiros.

Na classificação de Brito e Câmara (1998), as Unidades de Conservação no Brasil têm dois grupos distintos. Um grande grupo corresponde à reunião de categorias de manejo de proteção absoluta dos recursos naturais, sendo que não é

admitido o uso direto desses recursos, apenas o indireto; e o outro, a áreas em que é permitido o uso direto dos recursos naturais, ocupadas pelo ser humano em espaços territoriais, e tem como finalidade regular e normatizar essa ocupação e o uso dos recursos naturais.

No caso do primeiro grupo, significa que os espaços não são utilizados como áreas de exploração, pois a propriedade passa a ser de domínio público (senão, há a devida desapropriação para que se tenha uma proteção integral) para fins de recreação, visitação pública, pesquisa científica e educação ambiental. Ao passo que no segundo grupo, o intuito é manter um equilíbrio entre a utilização dos recursos e as necessidades das atividades econômicas, com a proteção das diversidades biológicas de maneira parcial, sendo que de um lado estão os espaços em que há a exigência para que as terras sejam de domínio público, consequentemente, desapropriadas; e de outro, em que as terras são consideradas privadas, sem a necessidade de desapropriação.

Conforme a União, no primeiro grupo estão os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas, as Reservas Ecológicas, as Estações Ecológicas; e no segundo, as Florestas Nacionais (FLONAS), as Reservas Extrativistas (essas exigem que a propriedade seja de domínio público, ou desapropriações) e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que são instituídas em extensas áreas de domínio particular e não exigem desapropriações de terras.

2.5 ALGUNS CONCEITOS SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Brito e Câmara (1998) afirmam que o marco conceitual das unidades de conservação fundamentado em determinados aspectos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Base conceitual das unidades de conservação

(continua)

Unidades conceituais de conservação	Descrição
Unidades de Conservação	Espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
Sistema Nacional de Unidades de Conservação	É o sistema constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.
Categoria de manejo	É o nome genérico que se dá ao conjunto de áreas silvestres protegidas, cuja gestão ou administração se realiza de acordo com uma determinada forma preestabelecida. ¹
Objetivos Nacionais de Conservação	São aqueles objetivos que norteiam todo o processo de criação e gerenciamento das Unidades de Conservação, tais quais: preservação de áreas naturais até a indicação de seus destinos; favorecimento de condições para a educação ambiental e a recreação em contato com a natureza; preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais; etc.
Parques Nacionais (PARNA)	Como estabelece a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, os parques nacionais são áreas de domínio público, constituídos por ecossistemas naturais (em menor escala, por ecossistemas modificados), em geral de grande beleza cênica, e têm como objetivo preservar a natureza, em especial, a fauna, a flora e os monumentos naturais, além de proporcionar oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental, o lazer e o turismo ecológico.
Área de Proteção Ambiental (APA)	São áreas terrestres e/ou aquáticas de configuração e tamanho variáveis, submetidas ao planejamento e à gestão ambiental, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais, ou alteradas, com características bióticas, abióticas, estéticas ou culturais notáveis que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. As APAs são constituídas em áreas de domínio particulares, podendo incluir áreas de domínio público. São áreas, em geral, extensas, e têm como finalidade disciplinar o processo de ocupação, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e promover, quando necessária, a reabilitação dos ecossistemas degradados.

¹ A International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (União Internacional para a Conservação da Natureza) - IUCN, organização sediada na Suíça, tem como um de seus papéis principais a padronização internacional de gestão em áreas protegidas, facilitando a troca de experiências e evolução técnica e gerencial das mesmas. Esta define como objetivos básicos de conservação: manutenção dos processos ecológicos essenciais e os sistemas vitais; conservação das espécies e sua diversidade genética; assegurar o aproveitamento sustentado das espécies e ecossistemas. Atualmente a IUCN define dez (10) categorias de manejo distintas, como base para a criação de Unidades de Conservação a nível mundial. São elas: Categoria I – Reserva Científica; Categoria II – Parques Nacionais/Parques Provinciais; Categoria III – Monumentos Naturais/Sítios Naturais; Categoria IV – Reservas de Conservação da Natureza/Reservas Naturais Manejadas/Santuários de fauna e flora; Categoria V – Paisagens Protegidas; Categoria VI – Reservas de Recursos; Categoria VII – Reservas Antropológicas/Áreas Biológicas Naturais; Categoria VIII – Áreas Manejadas de Uso Múltiplo/Áreas de Recursos Manejados; Categoria IX – Reservas da Biosfera; Categoria X – Sítios do Patrimônio Mundial. (BRITO, CÂMARA, 1998, p.80-81).

(conclusão)

Unidades conceituais de conservação	Descrição
Reserva Extrativista (RESEX)	São áreas de domínio público, constituídas por ecossistemas modificados, podendo incluir também ecossistemas naturais ou cultivados. São ocupadas por populações tradicionalmente extrativistas, cuja subsistência baseia-se na coleta de produtos da biota nativa, e têm como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas.
Florestas Nacionais (FLONA)	Estipuladas na Lei nº 4.771/65, são áreas de domínio público, constituídas por ecossistemas modificados ou cultivados, podendo incluir ecossistemas naturais ou ecossistemas degradados. São áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e têm como objetivo a produção econômica sustentável de madeira e outros produtos vegetais; a proteção de recursos hídricos; a pesquisa científica, especialmente de métodos de exploração sustentada das florestas; o manejo da fauna silvestre e a recreação em contato com a natureza.
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	São respaldadas pelo Decreto nº 1922, de 05.06.96, e tem por objetivo estabelecer normas aos proprietários particulares que desejem ver sua(s) propriedade(s) preservada(s) e assegurada a sua perpetuidade.
Desenvolvimento Sustentável	A partir da constatação de que os recursos naturais têm uma oferta limitada, isto é, podem acabar, defende a idéia de sua reposição permanente através do uso adequado, isto é, ecologicamente equilibrado, dentro de práticas econômicas eficientes. Para atender estas duas condições, considera indispensável uma política social compatível, a fim de evitar a degradação humana.
Qualidade de vida	“Conceito que integra o bem-estar físico, mental, ambiental e social como é percebido por cada indivíduo e cada grupo. Depende também das características do meio ambiente em que o processo tem lugar (urbano, rural e outros)” (GRANADA, 1990, apud MERGULIS, 1990, p. 35) ² .
Meio Ambiente	A lei nº 6.938/81 já engloba a idéia de um desenvolvimento sustentável quando determina que o meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem proteger e normatizar a vida em todas as suas formas”. Esta também já plantava a idéia de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.
Ecossistemas	“Ecossistema é uma unidade que abrange todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa área, interagindo com o ambiente físico (abiótico – componente sem vida de um ecossistema) claramente definida e uma ciclagem de materiais entre as partes de tal forma que um fluxo de energia produz estrutura biótica não-viva (abiótica). Os ecossistemas são sistemas abertos”. Odum ³ (1985, p. 434 apud BRITO; CÂMARA, 1998).

Fonte: (BRITO; CÂMARA, 1998).

² MERGULIS, S. **Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. IPEA/PNUD, 1990.³ ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

2.6 A REALIDADE DOS JARDINS BOTÂNICOS

Jardim botânico é uma área protegida, constituída no seu todo ou em parte por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (CONAMA, 2003).

Ao todo, em 148 países, constam 1.800 jardins e arboretos, com mais de 4 milhões de aquisições (coleções individuais) de plantas vivas. Essas coleções contêm uma vasta diversidade, composta, na sua maioria, pelos grupos de: orquídeas, cactos e outras suculentas, palmeiras, bulbosas, coníferas, arbustos e árvores de regiões temperadas e espécies silvestres, principalmente as ameaçadas de extinção. As coleções contam ainda com valiosas coleções como herbários (espécimes preservadas) e bancos de sementes, e com milhares de espécies cultiváveis, importantes economicamente, e seus correspondentes silvestres, como plantas frutíferas e medicinais.

São poucos os países que não possuem um Jardim Botânico, principalmente porque eles se configuram como grandes centros de recursos botânicos preocupados em preservar o ecossistema tanto local, além de serem de extrema importância para a conservação da biodiversidade, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, oferecendo grandes oportunidades e responsabilidades para instituições pelo mundo.

Nesse sentido, a criação de jardins botânicos e o fortalecimento dos novos e dos existentes para a conservação e educação ambiental são extremamente importantes para a sociedade como um todo. A conjuntura atual, com grandes desastres ambientais e intensos debates, entre governos e agências internacionais, sobre a conservação do planeta, intensifica a importância e o reconhecimento dos jardins botânicos uma vez que são umas das principais instituições responsáveis em discutir pela conservação ambiental.

Em 1998, o Botanic Gardens Conservation International.- BGCI (Normas internacionais de conservação para os jardins botânicos) iniciou um processo de consulta internacional para revisar e atualizar a Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos que havia sido publicada pela The World Conservation Union –

Botanic Gardens Conservation International – Secretariat - IUCN-BGCS; em parceria WorldWilde Fund for Nature – WWF em 1989. Passada uma década, diversas atitudes foram tomadas em prol dos jardins botânicos com a implementação de novas políticas e de estruturas nacionais e internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, além do desenvolvimento de novas técnicas de conservação, ao aumento do papel dos jardins botânicos em biologia de conservação, estudos moleculares e pesquisa ecológica, e em práticas como reintrodução, monitoramento de populações de plantas silvestres e restauração de *habitats*. (ANAIS – JARDIM BOTÂNICO)

Mas, uma das principais preocupações dos jardins botânicos é a educação ambiental, que não se direciona apenas à educação de plantas e sim às discussões sobre sustentabilidade ambiental por desenvolverem um trabalho junto aos visitantes e a comunidade local de entendimento sobre as relações entre a sobrevivência humana e o desenvolvimento sustentável. Em média, por ano, os jardins recebem mais de 150 milhões de visitantes.

2.6.1 A missão global dos Jardins Botânicos na conservação

Nas últimas décadas, jardins botânicos pelo mundo reconheceram ser necessário aceitar o desafio de empreender uma missão global para conservação. Essa missão foi pela primeira vez expressa coletivamente na Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos, que recebeu ampla contribuição, foi revista e bem-vinda pelos jardins botânicos do mundo. Nestas Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos, a missão é tanto mais aperfeiçoada e atualizada à luz de novos desenvolvimentos em conservação e na comunidade dos jardins botânicos.

A missão global dos jardins botânicos na conservação pode ser resumida da seguinte forma:

- Interromper a perda de espécies de plantas e de sua diversidade genética em nível mundial;
- Intentar para a prevenção de ulterior degradação do meio ambiente natural do mundo;
- Aumentar o entendimento público sobre o valor da diversidade das plantas e sobre as ameaças de que são vítimas;

- Implementar uma ação prática para o benefício e a melhoria do meio ambiente natural do mundo;
- Promover e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais do mundo para esta e para as futuras gerações.

2.6.2 Os principais elementos da missão global

Essa missão vai exigir dos jardins botânicos um amplo empreendimento, porém com uma estratégia cooperativa de conservação, pesquisa e educação estreitamente coordenada, na qual há vários elementos principais.

i) Conservação

- Trabalhar dentro de políticas e estruturas internacionais e nacionais para a conservação da diversidade biológica.
- Fixar níveis e padrões concordantes de conservação da diversidade de plantas, integrando técnicas de conservação *ex situ* e *in situ*.
- Apoiar o desenvolvimento da capacidade global de conservação, a partir de parcerias colaborativas em todos os níveis.
- Integrar completamente a conservação da diversidade das plantas nos níveis de ecossistemas, espécies, populações e ao nível molecular.
- Desenvolver, implantar e participar dos planos e ações apontados para a recuperação de espécies e a restauração de ecossistemas e de sua diversidade.
- Manter amostras geneticamente diversas e acessíveis das espécies de plantas do mundo em suas coleções em nível global.
- Prestar especial atenção na conservação de espécies de plantas que estão ameaçadas e/ou são de importância econômica direta para as sociedades humanas.
- Desenvolver e fixar medidas de controle sobre plantas exóticas invasoras que apresentem grande ameaça à biodiversidade.
- Desenvolver e implementar melhores práticas de conservação de plantas para jardins botânicos.

- Assegurar maior participação comunitária e institucional nos programas dos jardins botânicos.

ii) Pesquisa, monitoramento e administração da informação

- Estimular e empreender pesquisa em biologia vegetal e suas interações com fatores sociais, culturais e econômicos que causem impacto na biodiversidade e utilizar os resultados dessa pesquisa para apoiar ações de conservação.
- Documentar a diversidade mundial de plantas, incluindo sua atual distribuição em habitats silvestres, seu *status* de conservação e tendências de conservação, ameaças, uso e preservação em áreas protegidas e coleções *ex situ*.
- Contribuir para sistemas de informação integrados, difundidos e interativos para administrar e tornar acessíveis as informações sobre diversidade de plantas.
- Trabalhar em parceria para desenvolver técnicas de melhor prática para pesquisa, monitoramento e administração de informação.
- Promover os jardins botânicos como centros de informação em diversidade e conservação de plantas.

iii) Educação e conscientização pública

- Empreender programas de conscientização pública dentro dos jardins botânicos e na comunidade, a fim de informar o público do valor da diversidade e dos impactos humanos que ameaçam sua subsistência.
- Desenvolver parcerias e alianças com organizações governamentais e não governamentais e com grupos comunitários de forma a promover a conscientização e a compreensão acerca do valor da biodiversidade.
- Ajudar no desenvolvimento de prioridades e políticas públicas para a proteção do meio ambiente e para a conservação da biodiversidade.
- Trabalhar em parceria de forma a incorporar, em currículos formais e programas de educação informal, a importância da conservação ambiental e das plantas.

2.6.3 Revisão do papel dos Jardins Botânicos

Os jardins botânicos desempenham uma miríade de diferentes, porém interconectados, papéis na conservação. Em alguns países, são a principal instituição envolvida nacionalmente na pesquisa, coleta, manutenção e conservação de espécies silvestres da flora. Muitos estão comprometidos com a conservação de plantas de relevância para alimentação e agricultura, assim como aquelas de serventia para muitos outros propósitos econômicos. Além disso, jardins botânicos incorporam, em seus programas e atividades, informações sobre plantas, meio ambiente, sistemas ecológicos e sustentabilidade; são também importantes para demonstrar a relação e a interdependência entre a sociedade e a natureza e ajudar as comunidades a viverem de maneira sustentável.

Algumas das principais atividades dos jardins botânicos ao redor do mundo estão listadas abaixo. Nem todos eles atualmente praticam todas ou mesmo a maioria destas atividades e não se espera que o façam. Porém, a lista mostra os recursos potenciais sem igual, a experiência e as habilidades dos jardins botânicos para conservação de um modo que nenhuma outra instituição pode fazer.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS JARDINS BOTÂNICOS

- Arboricultura;
- Urbanismo, distribuição de recursos e uso de terras;
- Biologia da conservação;
- Conservação e manutenção de espécies para subsistência;
- Dendrologia;
- Capacitação e estabelecimento da aptidão de comunidades locais e Rurais para conservação;
- Programas de educação ambiental;
- Avaliação do impacto ambiental;
- Pesquisa etnobiológica;
- Bancos genéticos a campo;
- Estudos de herbário e taxonomia das plantas;
- Pesquisa hortícola;
- Treinamento hortícola;

- Administração integrada de controle de pragas;
- Pesquisa de laboratório, incluindo cultivo *in vitro* (cultura de tecido) de plantas;
- Biblioteca e centros de informação;
- Introdução e avaliação de recursos genéticos de novas culturas;
- Horticultura e floricultura ornamental;
- Reintrodução de espécies e pesquisa em restauração de habitats;
- Programas de redução de poluição e monitoramento;
- Recreação pública;
- Treinamento medicinal e terapia;
- Bancos de sementes e bancos de tecidos;
- Redes comunitárias para a conservação;
- Sistemática;
- Treinamento para professores;
- Turismo;
- Pesquisa, conservação e monitoramento *ex situ* e *in situ* de espécies de plantas silvestres.

2.6.4 Características e missão de um jardim botânico

Os jardins botânicos têm como objetivo o desenvolvimento de respostas, individuais, a estas Normas Internacionais, e não podem implementar o excedente a uma fração das prioridades e ações contidas no documento. Entretanto, essa exigência não impede que cada jardim botânico melhore e potencialize suas funções, além de pontuar suas prioridades e a escala de tarefas e responsabilidades. E, caso essas atitudes não tenham sido tomadas, há uma determinada motivação para que incorporem o compromisso, em longo prazo, de desenvolver uma identidade ligada à conservação, tanto na missão quanto na própria administração do jardim; e para que busquem ou viabilizem recursos necessários para efetivação das atividades, sempre conforme um sistema de implementação cuidadosamente planejado.

Dentre os principais objetivos de um jardim botânico, está o alcance da devida conservação da flora da região com ações significativas que vão desde a pesquisa

científica até a colaboração com grupos das comunidades locais em proteção e restauração de habitats. Normalmente, os jardins precisam utilizar uma escala local que atenda as necessidades locais. Por conseguinte, jardins botânicos distintos adotam prioridades e focos geográficos distintos levando em consideração fatores, como: tamanho, recursos, escala de operações, missão e tarefas prioritárias ou responsabilidades disponíveis. No entanto, a missão de um jardim botânico pode se estender ao apoio e colaboração a jardins botânicos de outros lugares ou a outras instituições do mundo, principalmente onde há uma rica diversidade ecológica, mas poucos recursos para investimento.

A definição de missão de cada jardim é fundamental e deveria estar intrinsecamente coligada à política de adoção das coleções, para que haja o delineamento exato do objetivo do jardim e para que não ocorra a duplicidade de papéis e falhas, assegurando a difusão de papéis e responsabilidades compartilhados entre os jardins botânicos e instituições congêneres de uma região. Nesse contexto, colaboração e coordenação são palavras-chaves.

Para tanto, em 1987, foi realizada uma extensa pesquisa sobre instituições que mantêm coleções com o intuito de estabelecer, a partir dos resultados, um banco de dados computadorizados com a lista de todo jardim botânico conhecido no mundo e de detalhes de seus recursos, pessoal e atividades. O objetivo do banco de dados residia no desenvolvimento e na implementação da *Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos* (IUCN-BGCS ; WWF 1989).

Já, em 1990, a BGCI elaborou um registro internacional de jardins botânicos, que teve 1.400 instituições inscritas. Isso demonstrou um aumento considerável nas 708 instituições que tinham sido incluídas na edição anterior, em 1983. Atualmente, o número de instituições que mantêm coleções vivas listado pela BGCI é 1.846, em 148 países.

A falta de uma definição mais clara sobre o que é um “jardim botânico” obscureceu os limites entre o que são parques públicos ou coleções particulares daquilo que são verdadeiros jardins botânicos cientificamente estabelecidos. Algumas instituições foram aceitas na listagem, embora pudessem ser só marginalmente descritas como jardim botânico.

Uma definição anterior de jardim botânico dada pela Associação Internacional de Jardins Botânicos (International Association of Botanic Gardens – IABG) afirma que um jardim botânico ou arboreto é um espaço, aberto ao público, onde se

classificam as plantas. Todavia, a Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos apresenta uma lista mais abrangente de características que definem um jardim botânico e que incorporamos à diversidade de papéis que estas instituições hoje em dia desempenham.

Dessa forma, as principais características descritivas de um jardim botânico são:

- classificação adequada das plantas;
- uma base científica fundamental para as coleções;
- comunicação de informação para os demais jardins, instituições, organizações e para o público;
- troca de sementes ou outros materiais com outros jardins botânicos, arboretos ou centros de pesquisa (dentro dos estatutos de convenções internacionais, leis nacionais e regulamentos alfandegários);
- compromisso e responsabilidade de longa duração para com a manutenção das coleções de plantas;
- manutenção de programas de pesquisa em taxonomia de plantas nos herbários associados;
- monitoramento das plantas nas coleções abertas ao público;
- promover a conservação através de atividades de extensão e de educação ambiental;
- documentação adequada das coleções, inclusive habitat silvestre de origem;
- empreender pesquisas científicas ou técnicas nas plantas das coleções.

Essa listagem, entretanto, não constitui um resumo abrangente das atividades empreendidas por jardins botânicos, segundo o BGCI. É preciso saber que existem muitas instituições que são evidentemente jardins botânicos, mas que só são capazes de seguir alguns desses critérios. Espera-se que a mais recente definição do BGCI do que seja um jardim botânico envolva o espírito de um verdadeiro jardim botânico.

Em alguns casos, um jardim reteve o nome “botânico” por razões históricas. Algumas ou até mesmo a maioria das coleções de plantas podem ter sobrevivido, mas todas as atividades científicas cessaram e perdeu-se a documentação. Poder-se-ia argumentar no sentido da retirada destes casos da lista de jardins botânicos.

No entanto, a experiência nos tem mostrado que são precisamente estas instituições em muitas partes do mundo que estão sendo hoje em dia reavivadas, desenvolvidas e restabelecidas de modo a tornarem-se centros botânicos potencialmente importantes.

Dentro do contexto destas Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos, o uso do termo "jardim botânico" deve ser interpretado de modo a incluir arboretos e outras formas especializadas de coleção de plantas.

2.6.5 Distribuição de Jardins Botânicos

Aproximadamente 60% dos jardins botânicos do mundo estão localizados em regiões temperadas na América do Norte, Europa e nos países da antiga União Soviética. Nas áreas em que ocorrem as grandes concentrações de espécies com níveis altos de endemismo, como a América do Sul, o Sudeste Asiático e a África, ainda há relativamente poucos jardins botânicos (Quadro 2).

Porém há razão para otimismo, pois que um bom número de novos jardins botânicos está sendo criado nestas regiões de grande biodiversidade. A maioria tem poucos recursos, mas, não obstante, seu objetivo é contribuir com a conservação e utilização sustentável de plantas nativas.

Quadro 2: Distribuição e números de jardins botânicos

Região	Nº de jardins botânicos
África e Oceano Índico	98
Ásia	265
Austrália	153
Ilhas Caribenhas	43
América Central	56
Europa	621
Antiga União Soviética	155
Oriente Médio	10
América do Norte	297
América do Sul	107
Sudeste Asiático	41
Total	1.846

Fonte: Banco de dados do BGCI, 2000.

2.6.6 Os tipos de jardins botânicos

Na definição de jardim botânico, pode-se incluir uma boa diversidade de instituições, que variam desde grandes jardins com centenas de funcionários e uma extensa variedade de atividades até instituições pequenas com atividades e recursos limitados. Não obstante, como sugerido pelas Normas Internacionais, todos podem ter seus papéis em administração de recursos botânicos, taxonomia, horticultura, conservação e educação.

O setor que mais rápido cresce no mundo dos jardins botânicos é a criação de jardins botânicos para a comunidade. Esses jardins são projetados para satisfazerem as necessidades específicas da comunidade local e são, com freqüência, administrados por essas mesmas comunidades. Em alguns países tropicais, foram criados juntamente com unidades de conservação e foram projetados a fim de representarem papéis na conservação integrada, desenvolvimento sustentável e educação do público.

Uma diversidade de organizações administra os jardins botânicos. Muitos são estatais ou então administrados por autoridades regionais ou locais e recebem contribuições públicas. Mais de 30% dos jardins botânicos do mundo pertencem a universidades e a outros institutos de pesquisa do ensino superior, e uma proporção relativamente pequena é privada. Em épocas recentes, a tendência foi para que ganhassem maior independência financeira e administrativa, tornando-se, amiúde, administrados por trustes e operando em parte com recursos ganhos através de esforços independentes.

Os principais tipos de jardins botânicos no mundo são demonstrados a seguir, embora muitos tenham múltiplos propósitos e, portanto, não se ajustem exatamente em nenhuma categoria definida:

Quadro 3: Os tipos de jardim botânico

Tipo	Definição
Jardins “clássicos” de múltiplos propósitos	São a princípio instituições com vasta gama de atividades em horticultura e em treinamento de horticultura; pesquisa, particularmente em taxonomia, com herbários associados e laboratórios, e desenvolvem programas de educação do público e amenidades. São geralmente mantidos pelo Estado.
Jardins ornamentais	Geralmente de grande beleza, possuem boa diversidade de coleções documentadas de plantas; podem ou não abrigar programas de pesquisa, educação ou conservação. Alguns jardins ornamentais são particulares, e muitos jardins municipais recaem nesta categoria.
Jardins históricos	Incluem os antigos jardins desenvolvidos para o ensino da medicina: alguns tinham propósitos religiosos. Vários destes jardins estão ainda ativos na conservação e pesquisa da flora medicinal e hoje estão mais preocupados com a compilação e cultivo de plantas medicinais e com a conscientização do público.
Jardins de conservação	A maioria tem sido recentemente implantada como resposta às necessidades locais de conservação de plantas. Alguns contam com vegetação natural, ou simplesmente têm áreas associadas a ela, além de suas coleções cultivadas. Nessa categoria estão os jardins de plantas nativas.
Jardins universitários	Muitas universidades mantêm jardins botânicos para ensino e pesquisa. Muitos estão abertos ao público.
Jardins botânicos combinados com jardins zoológicos	As coleções de plantas que provêem habitats para a fauna exibida estão sendo pesquisadas e incrementadas, e a interpretação para o público em geral desses habitats é um elemento importante.
Jardins agrobotânicos e coleções de germoplasma	Funcionam como uma coleção <i>ex situ</i> de plantas de valor ou potencial econômico para conservação, pesquisa, reprodução e agricultura. Muitos são centros experimentais associados a institutos agrícolas ou silvícolas e contam com instalações de laboratório associado, como para reprodução de plantas e testes de sementes, mas muitos não estão abertos ao público.
Jardins alpinos ou monteses	Presentes com mais freqüência em regiões montanhosas da Europa e de alguns países tropicais. São projetados especificamente para o cultivo de flora alpina e montesa, ou, no caso dos países tropicais, para o cultivo de flora subtropical ou temperada.
Jardins naturais ou silvestres	Contam com área ou com vegetação natural ou seminatural que é protegida e administrada. Boa parte foi criada com vistas à conservação e ao desenvolvimento de atividades educacionais junto ao público e inclui áreas onde plantas nativas são cultivadas.
Jardins de horticultura	Pertencem amiúde a sociedades hortícolas e por estas são mantidos; são abertos ao público. Existe principalmente para fomentar o desenvolvimento da horticultura através do treinamento de jardineiros profissionais, reprodução de plantas, registro e conservação de variedades de plantas ornamentais.
Jardins temáticos	Estes se especializaram no cultivo de uma gama limitada de plantas relacionadas ou morfológicamente semelhantes ou plantas cultivadas para ilustrar um tema particular, geralmente em defesa da educação, ciência, conservação e exibição pública. Incluem jardins de orquídea, rosa, azaléia, bambu e jardins de suculentas, ou jardins relacionados a temas tais como etnobotânica, medicina, bonsai, topiaria, jardins de borboleta, plantas carnívoras e aquáticas.
Jardins comunitários	São jardins geralmente pequenos e de recursos limitados, desenvolvidos para e por uma comunidade local, visando a satisfazer suas necessidades particulares, como recreação, educação, conservação, treinamento de horticultura e cultivo de plantas medicinais e de outras plantas de valor econômico.

Fonte: Banco de dados do BGCI, 2000.

3 BOSQUE RODRIGUES ALVES – JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA

3.1 A URBANIZAÇÃO DE BELÉM A PARTIR DO CICLO DA BORRACHA

Será abordado neste capítulo o contexto do surgimento do Bosque Rodrigues Alves e sua importância para a sociedade belenense. Segundo Maués (2000), historicamente já houve muitos planos para o desenvolvimento da Amazônia. Um dos primeiros que se tem conhecimento para o desenvolvimento da região ocorreu em meados do século XVIII, durante o período pombalino, quando o próprio Marquês de Pombal – Francisco Xavier de Mendonça Furtado – foi designado para governar o Estado do Grão Pará e Maranhão, economicamente baseado no extrativismo das drogas do sertão (cravo, canela, baunilha, cacau e muitas outras, mas principalmente o cacau, com a utilização intensiva de mão-de-obra indígena), cuja capital era Belém, uma das duas colônias que Portugal tinha na América (a outra era o Estado do Brasil, governado a partir do Rio de Janeiro).

Segundo Maués (2000), Marquês de Pombal e seu irmão implementaram um série de políticas na Amazônia que vão do aumento da importação de escravos negros até a criação das Companhias das Índias, para monopolizar o comércio entre a Amazônia e Portugal, inclusive o tráfico de escravos africanos; perpassando pela fundação de numerosas povoações e vilas onde antes existiam os antigos aldeamentos indígenas, e pela prisão do do bispo do Pará, D. Frei João de São José e Queiros, deportado para Portugal, além de outras arbitrariedades.

A intenção principal era incentivar a agricultura local e desenvolver a região; no entanto, mesmo com o passar do tempo, o cenário de pobreza e miséria ainda se mantinha em contraste com a intensa exploração das imensas riquezas presentes na região, exportadas para a Portugal, outros pontos do mundo e do Brasil. Característica essa que permeia a Amazônia: se, hoje, a biodiversidade e o minério estão em demasiado processo exploratório; houve o tempo do cacau que foi para a Bahia; e da borracha que foi para o Oriente.

Em particular, a extração da borracha apresenta uma característica primordial na constituição de Belém e da Amazônia em si. Substituta da agricultura como atividade econômica, a borracha deu início, na primeira metade do século XIX, a um período áureo dessa região, chamado de ciclo da borracha.

Desde 1827, a região já exportava para o exterior do látex extraído dos seringais nativos. Mas, foi na década seguinte, devido à invenção da vulcanização, que a borracha revolucionou a indústria europeia e estado-unidense; uma vez que o emprego da borracha nessas áreas era difícil, sem diversificação e desenvolvimento, em virtude de sérios problemas técnicos: no inverno: ressecamento e quebra em pequenos pedaços; no verão, amolecimento e viscosidade.

A Amazônia, com a invenção dos pneus, passou então a ocupar lugar de destaque na economia mundial e ser conhecida como “inferno verde”, expressão que denotativamente cabe aos índios e seringueiros, mas não aos “brancos” (europeus e seus descendentes), seringalistas e comerciantes de borracha que lucraram abusivamente com a extração.

Conforme Santos (1980), a necessidade de borracha para a fabricação de pneus de bicicletas e automóveis aumentou, consideravelmente, as técnicas de aperfeiçoamento e, paulatinamente, impulsionou a demanda. Logo, as cidades de Belém e Manaus buscaram negociar os maiores financiamentos, sendo que nelas mesmo se fixaram firmas exportadoras representantes do capital estrangeiro. A partir daí, os lucros da atividade tiveram um direcionamento para as extremidades do sistema de extração da borracha: firmas estrangeiras exercendo o monopólio da exportação via sistema de crédito. Mas, foi, principalmente, através da exploração do seringueiro e dos lucros obtidos pelos “aviadores” e seringalistas, que se formou um excedente econômico na região e uma fonte de capital utilizada para o provimento de luxo e ostentação dos “coronéis da borracha”.

A partir de 1850, ficou notório o crescimento da importância que a cidade de Belém exercia na atividade econômica. Como centro de comercialização da borracha, já que toda a exportação da borracha era feita através do porto da cidade, foi quem mais se beneficiou com o surto econômico, incrementando seu processo urbanizacional e desenvolvendo suas instituições comerciais, bancárias, dentre outros equipamentos urbanos. E, especificamente, com a criação da Capitania dos Portos, que revelou a importância do movimento portuário, Belém, com um aumento no contingente populacional, passou a ser considerada no cenário mundial como um grande centro exportador de borracha, importador e redistribuidor de grande quantidade de produtos variados, desde equipamentos até alimentos.

No governo de Antônio Lemos, de 1900 a 1903, foi o momento em que ocorreu a fase áurea do desenvolvimento urbanístico de Belém. Segundo Matos (1999, p.5):

Nesse período, a cidade sofreu urbanização intensa, servindo, inclusive, de modelo para outras cidades. O calçamento das ruas, as construções do mercado de ferro e o mercado de São Brás, a instalação da rede de esgotos, a iluminação elétrica pública, a criação de logradouros, a plantação de mangueiras nas avenidas e a abertura de novas ruas, refletiam o “progresso” da cidade. Os grandes espaços verdes que temos hoje, a exemplo da Praça da República e do Bosque Rodrigues Alves – este último objeto do presente estudo –, conforme foto abaixo, foram garantidos nessa época. Da mesma maneira, alguns dos mais expressivos símbolos arquitetônicos da cidade, como o Teatro da Paz e o Mercado de Ferro do Complexo do Vêr-o-Peso, foram erguidos nessa época, configurando, até hoje, formas espaciais significativas da memória histórica da cidade.

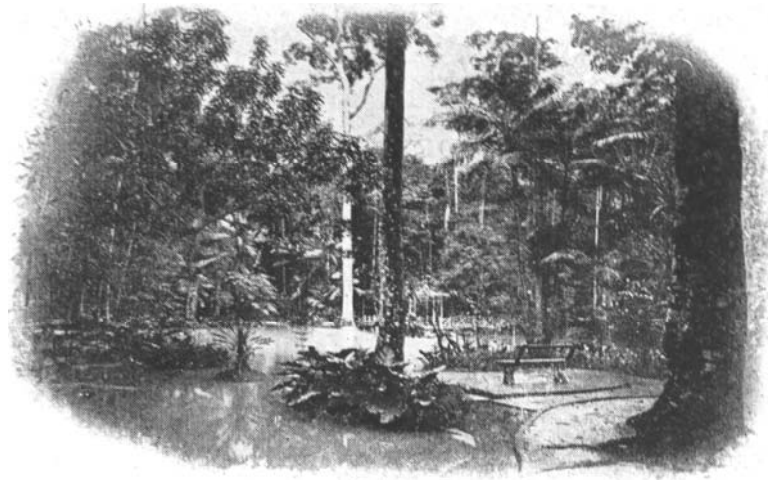


Figura 1: Bosque “Rodrigues Alves”

Fonte: Álbum do Estado do Pará (1901 a 1909)



Figura 2: Outra foto do Bosque “Rodrigues Alves”

Fonte: Álbum do Estado do Pará (1901 a 1909)

Segundo Sarges (2002), em decorrência do “boom” da borracha, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção do látex, além de se tornar a vanguarda cultural da região. Dessa forma, o processo de urbanização experimentado pela cidade de Belém, a partir da segunda metade do século XIX, não está ligado somente à intensificação da vida industrial, como ocorrido nas cidades européias e americanas, mas pela função comercial, financeira, política e cultural que desempenhara durante a fase áurea da borracha.

Por conta disso, tornava-se imperioso que a cidade se adequasse às transformações impostas pelo capitalismo, que se modernizasse, principalmente, para facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países centrais. Assim sendo, era necessário que a cidade investisse em capital e diversificasse sua aplicação em outras atividades. Desde então, Belém passou a ter atividades, alusivas à elite européia, com eventos - entretenimentos, reuniões sociais, bailes, concertos musicais etc., que acarretavam altos custos, logo, investimentos onerosos por parte do governo.

Para Sarges (2002), a cidade do século XIX necessitava de ter seu espaço disciplinado e ordenado, e para exercer essa tarefa o poder público, “ávido por transformar a cidade em um centro de atrações”, teve de replanejar a cidade como também criar novos mecanismos de regulamentação (Código de Posturas) da vida social na cidade.

Belém, portanto, configurou-se numa cidade agitada, se desenvolvendo numa roupagem mais européia do que brasileira, dominada por um francesismo, especialmente no aspecto intelectual, que ressaltava a ligação da cidade com as principais capitais européias, causada de um lado pela dependência financeira e comercial à Inglaterra, e por outro, por uma relação cultural intensa com a França.

Em decorrência desse processo de modernização, a partir da segunda metade do século XIX, conforme Daou (2000), Belém, igualmente a diversas cidades brasileiras com características exportadoras, sentiu os impactos das transformações geradas pelo “boom” da borracha e dos onerosos investimentos do governo. Houve um considerável aumento populacional; o agravamento da insalubridade; a escassez habitacional; o aumento do custo de vida, tornando-se a cidade mais cara do continente americano e com altos índices de desigualdade social, principalmente no contexto urbano.

Daou (2000) ressalta que o cenário espacial urbano de Belém teve muitos melhoramentos que priorizavam, dentre outros, a pavimentação de ruas, a construção de praças e jardins, e a limpeza urbana. Essas ações eram controladas por um código de postura, baseado em idéias liberais, que impunha regras de conduta e hábitos de higiene e racionalização do uso dos espaços públicos; tanto que os jornais divulgavam o horário de passagem dos carros de coleta de lixo, a ser posteriormente incinerado; e àqueles que jogassem águas utilizadas e quaisquer tipo de dejetos nas ruas, eram previstas multas.

No entanto, Daou (2000) enfatiza que tais progressos se circunscreviam apenas no centro da cidade, espaço habitado pela burguesia e pela maior parte da classe média. Em decorrência do crescimento econômico da cidade, a elite de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e grandes seringalistas passou a viver na capital. Essa classe dominante, frente à necessidade em enfrentar a crise urbana vigente, impôs ao Estado o trabalho de reorganizar o espaço urbano e criar mecanismos de controle de vida social dos habitantes de maneira que fosse mantida a qualidade de vida da classe. Todo e qualquer recurso era canalizado para “urbanizar” uma área usufruída apenas por ela, detonando, também, a vontade da elite belenense em parecer conectada aos progressos e refinamentos europeus. Para tanto, o Estado providenciou não só implantação de uma estética que rompia com os padrões coloniais, a desobstrução de valas para a melhoria do aterro sanitário e a abertura de avenidas, praças, ruas e jardins; como também o afastamento das classes pobres dos limiares urbanos. As medidas modernizadoras e a reforma urbana impuseram restrições às camadas mais populares.

Segundo Sarges (2002), a remodelação da cidade tornou-se um projeto das elites locais que a propunha em nome do progresso e do interesse coletivo. Essa proposta urbanística, em decorrência da movimentação do porto de Belém, exigiu abertura e calçamento de ruas, tornando o bairro comercial altamente valorizado e ocupado, concorrendo para a transferência das residências das famílias abastadas para outros locais como os bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos.

Belém passava por uma transformação radical, que se estenderia por toda a primeira década do século XX, com uma renovação urbana engendrada pelos engenheiros republicanos e pela idéia de cosmopolitismo facilitado pela intensificação da exportação. De início, o resultado foi a divulgação entre os

paraenses da sensação de que Belém era uma das melhores cidades do Brasil, quiçá do mundo.

O espaço urbano de Belém era composto por instituições de controle e reprodução social, como: praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia. Junto desse conjunto, estavam as indústrias, casas bancárias e firmas seguradoras, com inúmeros serviços e atividades, fora as companhias de serviços urbanos: telégrafos, telefonia, linhas de bonde e estradas de ferro. E, em prol da melhoria do espaço urbano de Belém, seja em relação à estética ou ao saneamento básico, o governador elegeu uma comissão que apresentasse propostas otimizadoras para esses fins.

Eram construídos pontilhões, abertas e reabertas as valas, concluídos passeios, iniciados calçamentos, reparados edifícios municipais e projetados outros. Os lagos foram ajardinados, os calçamentos de madeira foram substituídos por granitos. Foi ordenada a abertura de inúmeras ruas e travessas no bairro do Marco, e promovido o melhoramento do perímetro urbano. A iluminação pública foi substituída por eletricidade, os carros puxados a boi foram substituídos por bondes elétricos. E não podemos deixar de falar na preocupação de Lemos pelas áreas verdes da cidade. (TOCANTINS, 1987⁴, apud MATOS, 1999, p. 7)

Antônio Lemos, preocupado com o embelezamento da cidade, providenciou reformas em logradouros públicos para que se tornassem mais atraentes. Aliado a isso, o município sistematizou mecanismos contra a ação predatória dos cidadãos em direção às áreas verdes e os rios, pois a arborização da cidade era uma maneira de demonstrar uma qualidade de vida saudável, ligada à natureza, com ar puro e renovado pelo processo de fotossíntese; amenização do clima tropical, além da própria beleza de uma cidade arborizada.

No governo de Augusto Montenegro, Belém foi ornamentada com jardins e bosques. Segundo Brasil (1995⁵ apud Matos, 1999) o arquiteto naturalista Antônio Landi, em 1780, numa tentativa de amenizar a falta da vegetação natural, estudava a introdução na região da mangueira, pois ela oferecia ampla e perfeita sombra, onde a população poderia fugir do sol ardente da cidade.

Nesse contexto, os grupos urbanos da cidade passaram a ter um estreito relacionamento com a natureza, freqüentando, constantemente, sítios, parques e

⁴ TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 1987.

⁵ BRASIL, Heliana Maria Silva. **Caracterização da arborização urbana: o caso de Belém**. Belém: Serviço de documentação e informação/ FCAP, 1995.

bosques, o que gerou uma revalorização do Bosque Municipal, considerado um dos marcos da modernidade belenense.

A economia da borracha, portanto, foi a grande motivadora das transformações urbanas e da consolidação da cidade de Belém enquanto metrópole. Todavia, no auge da produção de borracha na região, o inglês Henry Wickham contrabandeou para os Jardins Reais de Kew, em Londres, em média, 70 mil sementes de seringueira. De lá, as mudas foram para o sudeste asiático. Trinta anos depois, o primeiro cultivo da *Hevea Brasiliensis* começava a produzir borracha fora do Brasil e acabava com o monopólio dos seringais extrativistas da Amazônia. (MATOS, 1999).

A partir de 1991, então, inicia-se o declínio da borracha. E devido à existência de políticas protecionistas no Estado voltadas somente ao café, além das dificuldades derivadas da 1ª Guerra Mundial, as atividades extrativistas da borracha deixam de ser tão lucrativas. Em meados de 1921, os seringais do Oriente produziram 1,5 milhões de toneladas de borracha, contra 20 mil toneladas da Amazônia. Consequentemente, a cidade de Belém tem suas transformações urbanas encerradas.

Mas, a densidade populacional, em virtude do acelerado processo de urbanização e das mudanças até então ocorridas na Amazônia, manteve seu crescimento vertiginoso, quando nos anos de 1960 foi evidente o efeito provocado por esse adensamento. Esse fato causou graves modificações a ponto de se fazer necessário o desenvolvimento de alternativas para uso do espaço urbano, como a participação da população de baixa renda para a densificação de determinadas localizações intra-urbanas.

Trindade Jr. (1998⁶ apud Matos, 1999) afirma que, inicialmente, foram ocupados os núcleos dos grandes quarteirões com a abertura de vilas e passagens; ocuparam-se, também, os terrenos de cotas mais baixas (as baixadas), e, só depois, ultrapassou-se, efetivamente o “chamado cinturão institucional”⁷.

Segundo Matos (1999), a ocupação desses terrenos de cotas mais baixas foi um marco importante no processo de reurbanização da cidade, pois além de garantir

⁶ TRINDADE JR., Saint-Clair. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁷ Terras situadas além da primeira légua patrimonial doadas para instituições governamentais e militares.

um aspecto residencial a esses espaços voltados às camadas da população de baixo poder aquisitivo; indicou um aceleração para urbanizá-los, apesar de serem tidos como baixadas.

Essa expansão horizontal da cidade deve-se tanto da efetivação de novos empreendimentos industriais, advindos da política de incentivos fiscais quanto do estímulo dado pelo governo federal através da política habitacional pela ideologia da casa própria, voltada, sobretudo, à população de baixa renda.

Nesse cenário de metropolização, o equilíbrio ambiental sofre graves conseqüências. A partir desse período, verificou-se a crescente perda de áreas verdes em espaços urbanos em virtude do aproveitamento do uso do solo pela necessidade de expansão para acomodamento do contingente populacional. Hoje, nessas áreas, Belém mostra-se desprovida de cobertura vegetal, mas com uma intensa verticalização: da cidade, os prédios substituíram a vegetação, o que intensificou ainda mais os problemas ambientais porque houve uma geração de ondas de calor formadas pela falta de circulação do vento, impedido de ventilar as enormes edificações que substituem a cobertura vegetal.

Conforme Brasil (1995⁸, apud Matos, 1999), a arborização planejada de uma cidade é uma opção para a melhoria da qualidade ambiental urbana. E, ainda, a possibilidade de direcionamento dos ventos, através de cortinas vegetais, pode diminuir a necessidade do uso de condicionadores de ar em ambientes internos, os quais, por sua vez, contribuem para o aumento da temperatura no ambiente externo.

Outro ponto que contribui para essas ondas de calor é a crescente extinção dos quintais e jardins residenciais em razão da plantação de outras casas ou troca de vegetação por calçadas. Por causa da especulação imobiliária crescente, as áreas verdes e de lazer são postas em segundo plano, porque as empresas imobiliárias quando na construção de conjuntos habitacionais, praças e prédios não estão preocupadas com o bem-estar da população tampouco com a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano.

Atualmente é perceptível o fato de que a criação (ou manutenção) de áreas arborizadas não acompanha o crescimento urbano. As praças, por exemplo, são elaboradas sem que haja uma especial atenção com verde, sendo ambientadas com uma arquitetura e um paisagismo que prezam mais pelo uso do concreto nos

⁸ BRASIL, Heliana Maria Silva. **Caracterização da arborização urbana**: o caso de Belém. Belém: Serviço de documentação e informação/ FCAP, 1995.

espaços projetados e construídos. Contudo, as praças e os bosques, construídos em outros tempos vivenciados pela cidade, a exemplo do período áureo da borracha, ainda são umas das poucas áreas de lazer que podem oferecer algumas amenidades ambientais de significativo interesse para a qualidade ambiental da metrópole. Levando em consideração não só a importância das árvores, mas também dos arbustos e relvados para a composição paisagística e ambiental da cidade; emerge a discussão sobre a urgência de novos espaços que garantam essas amenidades e da preservação e conservação daqueles já existentes.

Constata-se que Belém possui uma carência enorme de áreas verdes destinadas ao lazer, principalmente para a população de baixo poder aquisitivo, que é quem mais sofre com as altas temperaturas dos dias ensolarados, visto que a falta de recursos impede que os eles saiam da cidade em busca de lugares aprazíveis. Daí a necessidade de o poder público voltar-se para esse problema de grande importância para a cidade e sua população, preservando as áreas verdes existentes e criando projetos como logradouros e praças bastante arborizados, de maneira a proporcionar um ambiente urbano mais agradável, bem como contribuir para uma melhor qualidade de vida de sua população. (MATOS, 1999, p.13)

3.2 O BOSQUE RODRIGUES ALVES: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Atualmente, o Bosque Rodrigues Alves tem uma área de 15 hectares (150 mil m²), dividida em quatro quadrantes e 112 canteiros, nos quais podem ser encontrados legítimos representantes dos espécimes de flora amazônica, por exemplo: andiroba, sucupira, ipê, seringueira, acapu, cedro vermelho e uma grande diversidade de animais característicos do ecossistema regional.

Fundado no final do século XIX, em meio à ebulição cultural e econômica favorecida pela extração da borracha, o Bosque Rodrigues Alves foi projetado para ser uma espécie de reserva ambiental da região, além de ser uma das medidas tomadas pela administração do intendente Antônio Lemos para garantir o embelezamento visual da cidade.

Como já retratado, nesse período, Belém era o centro da reprodução do capital e da acumulação de riquezas pela burguesia internacional; vivia a “Belle Époque”⁹; e precisava se adequar às necessidades dessa elite, adquirindo

9 No período de 1860 a 1910 ocorre na Amazônia Brasileira o apogeu da exploração da borracha natural que coincide com a Belle Époque, caracterizado pelo crescimento econômico, avanço das técnicas no território e também pelo aumento dos males sociais nas cidades. A expansão da exploração da borracha para o interior da Amazônia possibilitou a criação de vilas e cidades em

características de uma sociedade européia, com seus hábitos e costumes. Nesse sentido, O Bosque Municipal têm sua criação interligada aos ideais progressistas do século XIX, que valorizavam a natureza como expressão de progresso e higiene.

Localizado no periférico bairro do Marco da Léguas¹⁰, região para onde a cidade começou a se expandir conforme as formulações urbanísticas promovidas por Antônio Lemos; o Bosque foi criado com a Lei nº 624, de 22.09.1870, assinada pelo Sr. Abel Graça, 4º Vice – Presidente da Província do Grão Pará, que determinava a figura e extensão de um terreno destinado para esse fim na Estrada de Bragança.



Figura 3: Entrada do Bosque Municipal Marco da Léguas, 1905
Fonte: Bosque Rodrigues Alves, 2006.



Figura 4: Antigo Bosque do Marco da Léguas, criado em 1870
Fonte: Belém da Saudade, 1996.

especial na área que corresponde ao Estado do Amazonas, porém foi um fator limitante do seu desenvolvimento. O texto destaca por fim que numa região como a Amazônia a natureza e a cultura são fatores importantes para a dinamização das cidades e a construção do urbano. José Aldemir de Oliveira. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da Borracha. 2006

¹⁰ Local onde estava fixado o marco do limite da primeira léguas, atual bairro do Marco.

Conforme o projeto de instauração do Bosque, inicialmente o logradouro mediria 300 braças (660 metros) de lado pela Estrada de Bragança (atual Avenida Almirante Barroso) e 150 braças (330 metros) pela Boulevard da Câmara (atual Avenida Dr. Freitas). E em 1883 é que o espaço foi inaugurado, na mesma época em que “abolia-se a escravidão, caía a monarquia sob o peso da espada e instalava-se uma nova forma de governo: a República, enquanto a região amazônica passava a conhecer o período de fausto provocado pelo boom da economia gomífera” (BEZERRA NETO, [2000], p.3).

O Bosque Municipal do Marco da Légua, como era conhecido, foi idealizado pelo Barão de Marajó, José Coelho da Gama Abreu, geógrafo da Amazônia e presidente da Província de 1879 a 1881, que impressionado com o “*Bois de Bolongne*”, um tradicional logradouro parisiense, projetou em Belém uma réplica tropical. Todavia, foi instalado e inaugurado, definitivamente, só após proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. João Diogo Clemente Malcher, na Sessão de 25.08.1883, sendo assim demarcado nos terrenos florestais do patrimônio municipal do Marco da Légua, medindo, na época, pelas Av. Tito Franco (atual Av. Almirante Barroso), conforme figura a seguir, e 25 de Setembro 478,80 m e 478,60, respectivamente; 319,00 pela Tv. Lomas Valentinas e 315,50 pela Tv. Perebebuí com uma superfície total de cerca de 151,867 m² (BOSQUE RODRIGUES ALVES, 2005).



Figura 5: Um dos inúmeros Cruzamentos das alamedas internas
Fonte: Belém da Saudade, 1996.

Se para a elite local, a Europa era o espelho de toda e qualquer modernização, conseqüentemente, os valores estéticos e ideológicos europeus, especialmente os franceses, foram importados pela sociedade amazônica. A urbanização então foi baseada nas concepções “*cidade jardim*” e Paris *hausmaniana*. O Governador Augusto Montenegro e o intendente Antônio Lemos, porta-vozes deste projeto, recriaram uma Belém com ornamentos de jardins e bosques, abrindo grandes artérias verdes. Reproduz-se os amplos *boulevards* franceses.

Segundo o Bosque Rodrigues Alves (2005), para interligar Belém com o interior do Estado, especificamente com a zona bragantina, é construída a estrada de ferro Belém-Bragança. A ferrovia surgiu em decorrência do acentuado crescimento da exportação do látex do interior do Estado para a capital, o que exigia um sistema de transporte mais moderno para o escoamento da produção, bem como para o transporte de pessoas. Sua construção foi iniciada em 1883 e inaugurada em 1908, nascendo no atual bairro de São Braz. Assim, a malha ferroviária começou a penetrar o interior e as novas áreas abertas, a partir do Marco da Légua, foram ocupadas.



Figura 6: Trem de Carga. Estrada de Ferro de Bragança
Fonte: Álbum do Pará, 1899.

Na margem da estrada, nas cercanias do Bosque Municipal, belas edificações públicas e particulares foram construídas. Essa ocupação na zona periférica da cidade era o retrato do isolamento das famílias ricas, que buscavam nessas áreas o descanso do agitado centro urbano da cidade. Na foto abaixo, o trecho da estrada onde se erguia a edificação da primeira Escola de Agronomia do Pará.

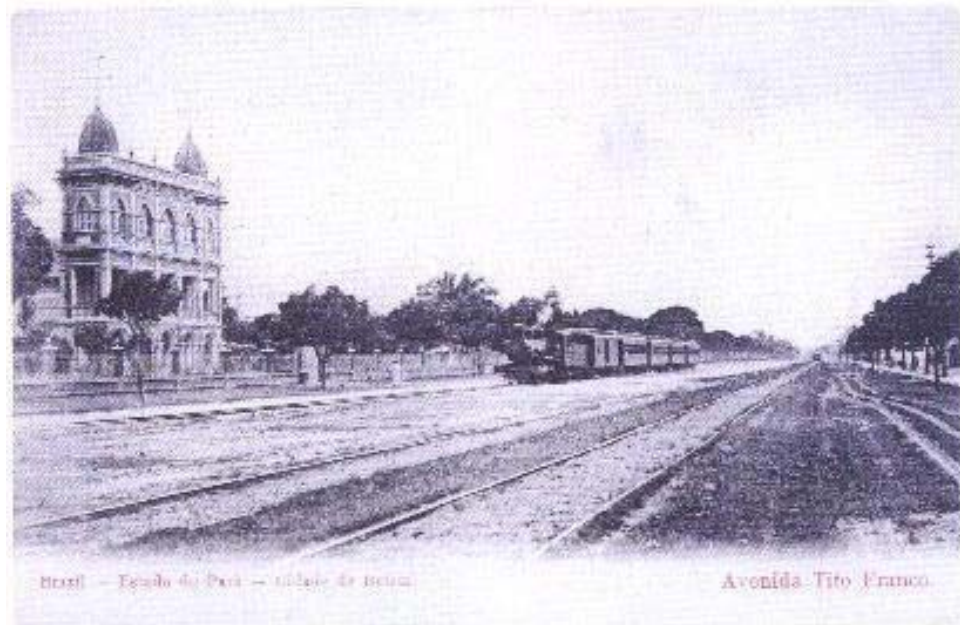


Figura 7: Estrada de Ferro de Bragança a caminho da Estação no Entroncamento
 Fonte: Álbum do Pará em 1889.

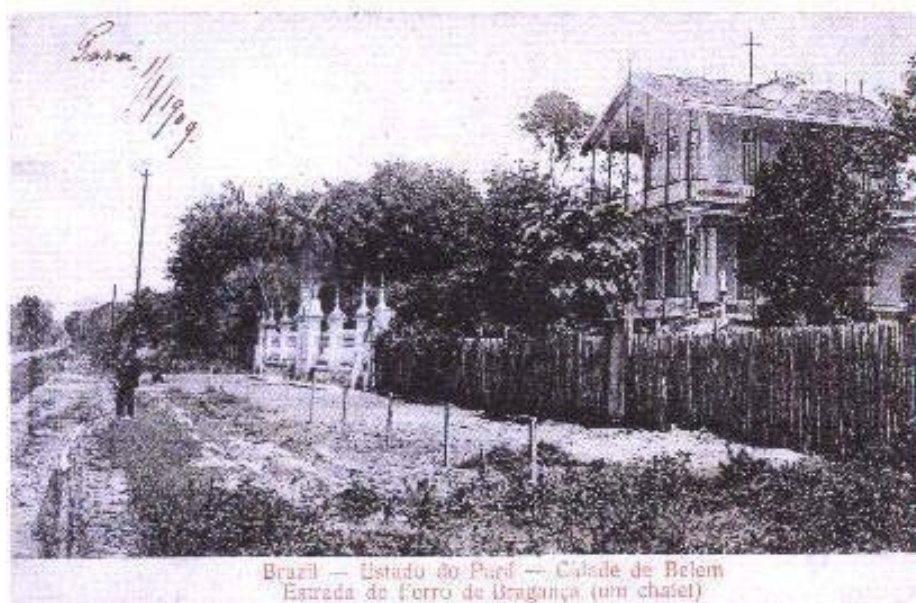


Figura 8: Construção típica na Avenida Tito Franco, normalmente utilizada, pelas tradicionais famílias de Belém, como casa de veraneio
 Fonte: Álbum do Pará em 1889

Em princípios de 1898 esteve exercendo interinamente o cargo de Intendente o Vogal Sr. José Henriques Cordeiro de Castro; durante a sua curta administração foram efetuados diversos melhoramentos no logradouro municipal. Por exemplo, a Lei nº 206 de 24.09.1898 autorizava o aumento do perimetral do Bosque da Av. 25 de Setembro até a Visconde de Inhaúma, entre as Tvs. Mauriti e Tenente Coronel Costa, no entanto, por medida de custos, não foi cumprida, sendo posteriormente revogada pela Lei nº 298 de 14.06.1901. (BOSQUE RODRIGUES ALVES, 2005)

Depois de totalmente inaugurado, este espaço se tornou ponto de atração entre os habitantes, que frequentemente iam visitá-lo, sobretudo aos finais de semana. Entretanto, como o espaço não recebeu os devidos cuidados para sua manutenção, em um curto período de tempo após sua abertura à visitação, já se encontrava em estado precário. Poucos anos depois de sua inauguração, do seu grande embelezamento no bairro chamado Marco da Légua, o Bosque entrou em processo de abandono. Mas para reverter esse quadro, o Intendente Antônio Lemos tomou diversas medidas e foi no seu governo que houve a intervenção mais significativa da história deste logradouro público.

Entre 1900 e 1903, na administração de Antônio Lemos, foram executadas grandes obras no Bosque, sendo que o intendente determinou o encerramento da visitação pública, em 01.07.1902, até a conclusão das obras, quando da reinauguração do espaço, em 27.09.1903. Mas, antes da reabertura, Lemos promulgou, em 05.09.1903, o novo Regulamento para o Serviço de Polícia no Bosque, Hortos, Jardins e Parques Municipais, aprovado pela Lei nº 373 de 29.12.1903, com nomeação dos Srs. José do Rego Falcão e Camilo Lélis Corrêa para a Chefia dos Guardas e ajudante desta, respectivamente; e com a escolha de 10 (dez) guardas, cidadãos, aptos e de conduta idônea.

Dentre as obras implementadas, destaca-se: arrumamento assimétrico de toda a mini-floresta, aterradas as principais com areia e as demais com seixo do rio Tocantins; urbanização e ajardinamento; serviço de conservação e desenvolvimento pelo Sr. Eduardo Hass, Diretor de Serviço do Bosque, Parques, Jardins e Hortos Municipais; construções de cascatas, riacho e grutas, Sr. José de Castro de Figueiredo, Arquiteto da Intendência. Além das inovações, como a construção: do monumento dos Intendentes Municipais; de uma grande cascata; da ruína do castelo; do quiosque chinês; do mictório público; da cabana de Ceci e Peri; da gruta

encantada; dos lagos artificiais e das estátuas dos legendários guardiões da floresta (Mapinguari e Curupira).

Nessa reforma, ressaltam-se as medidas providenciadas para manutenção do espaço. Os canteiros, por exemplo, foram totalmente reformulados por um processo de ajardinamento que os ampliou e inseriu em volta deles grades protetoras com o objetivo de reposição natural da vegetação em detrimento das vias de acesso. Nos fundos do Bosque, um terreno que ainda não tinha sido beneficiado com a construção, foram abertos 3.315 metros de ruas, com orlas de canteiros plantados de grama ou samambaia em toda extensão. Fora isso, as ilhas, as margens do riacho, a gruta e o portão principal receberam plantações apropriadas; e caroços de dezenas de tipos diferentes da flora amazônica foram semeados nas diversas clareiras existentes no Bosque.

Além do mais, tanto o exterior do Bosque como o interior recebeu trabalhos de alvenaria, com construções feitas em pedras, tijolos, cimento, ferro e madeiras de lei; interiormente, diversos encanamentos de água com tubos de ferro e chumbo para alimentar as lagoas, cascatas e stalactites foram construídos; e duas grandes pedras ocas foram edificadas, em forma de pão de açúcar, na superfície da gruta, com o intuito de aumentar a irregularidade desta e para uma delas servir como chaminé de ventilação.

Em 1904, teve início o Jardim Zoológico do Bosque, no instante em que chegaram da Europa quatro viveiros com estrutura em ferro e que deveriam ser armados sobre alicerces de tijolo e cimento. Dois deles tinham 34,00 m de circunferência por 0,35 m de profundidade e 0,30 de largura, em foram construídos tanques de água para servir de bebedouro e banho das aves. E, no falecimento dos animais no Jardim Zoológico; logo havia a substituição por outros, sem contar com as várias espécies doadas pelo Museu Goeldi e por particulares.

Nessa época a equipe de funcionários do Bosque, salvo o administrador, era composta por 3 jardineiros, 16 serventes, 1 maquinista e 1 foguista, que trabalhavam em integral das 06:00 às 18:00 h, até mesmo aos domingos. Isso se enquadrava na política de embelezamento de Antônio Lemos e reformas de todos os departamentos do setor público, pois o objetivo do intendente era que a cidade tivesse um belo logradouro, aprazível, capaz de oferecer aos seus visitantes momentos de prazer por estarem em contato com a natureza e receber solenidades públicas.

Além dessas atividades, o Bosque também era um espaço de eventos solenes. Em 15.08.1903, Antônio Lemos realizou no Bosque, em meio a uma clareira, o Congresso dos Intendentes Municipais do Pará, com a participação de vários chefes políticos. Para celebrar o evento, posteriormente, em 17.12.1906, mandou erguer um monumento, no mesmo espaço, para celebrar o almoço.



Figura 9: Banquete dos intendentes no Bosque “Rodrigues Alves” no dia 15 de Agosto de 1903
Fonte: Álbum do Estado do Pará (1901 a 1909)

Momentos depois, o Bosque ganhou outras construções: no período de junho a agosto de 1907, instalaram-se carrosséis, uma burrica, uma passarela “*pás-ge-géant*” e um balanço para diversões infantis; entre os anos de 1907 e 1908, a planta-Projeto do Bosque, com o intuito de ter instalada iluminação elétrica, foi enviada ao Engenheiro Gerente da *Pará Elétric Railways and Lighting Company Limited*

Mas, após as administrações de Antônio Lemos, o Bosque Rodrigues Alves voltou a entrar em processo de decadência, abandonado pelos dirigentes da Prefeitura de Belém durante a fase da República Nova. A partir de então, houve a mortandade de várias espécies da fauna e flora e as poucas iniciativas que se tinham eram apenas para conserto de construções já erigidas.

Nesse sentido, as maiores reformas, modificações e adaptações realizadas no Bosque foram mais intensas na administração do intendente Antônio Lemos, entre 1900 e 1903, que compuseram o atual o corpo do Bosque. Todas essas obras constam no *Guia do Bosque*, elaborado pelo Sr. Major Antonio Marques de Carvalho em 1903, que pode ser encontrado no Relatório do Intendente de 1903, publicado no ano seguinte. Posteriormente a esse período, algumas melhorias foram feitas no Bosque, mas somente em 1984, o espaço teve uma grande reforma.

Em 1939, na administração do prefeito Abelardo Condurú é que alguns melhoramentos foram providenciados no Bosque, como: a edificação do busto do Presidente Getúlio Vargas; a remodelação do Monumento dos Intendentes que foram postos em outro ponto do Bosque; a fundação de um orquidário junto aos monumentos de Barbosa Rodrigues e de Georg Hubner; e a inserção de vários programas recreativos e científicos ao ar livre, com o intuito de incrementar o espaço como irradiação cultural e como meio de observação científica. Para esse fim, foi construído um anfiteatro rústico, próximo ao orquidário, no qual os estudantes dos cursos de História Natural poderiam ter aulas de professores, principalmente de Botânica. Atualmente, não há mais o anfiteatro e foi transformado em auditório na gestão do Prefeito Hélio Gueiros.

Já em 1953, o prefeito Lopo de Castro, repovoou o Bosque, através de importações feitas por uma firma especializada do sul do país, com animais exóticos, destacando-se: as aves Cacatuas, Aves do Paraíso; e os mamíferos, símios africanos, asiáticos e da Oceania, chimpanzés, babuínos sagrado, macacos, Java, rhesus, baboons, mangalús, rabos de porco, gatos do mar, de várias espécies. Entretanto, por falta de uma cuidadosa orientação e assistência veterinária permanente, quase todos os símios faleceram.

E na administração prefeito Moura Carvalho, o Bosque teve um marco na busca de melhorias para o espaço. No dia 19.11.1963, o prefeito contratou, para o Serviço de Assistência Veterinária do Bosque Rodrigues Alves, Orlando Luciano de Moraes Rego (que foi Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará), com o objetivo da realização de uma espécie de diagnóstico sobre a situação do Jardim Zoológico e de seus habitantes. Esse diagnóstico contribuiu, fundamentalmente, para a melhoria da situação da fauna.

Mas, foi com a grande reforma em 1984, que se buscou seguir e retornar à identidade inicial do Bosque. Foram então resgatados os passeios de charretes, de

canoas no lago principal. Aliado a isso, para atender as necessidades de lazer e esporte, foram construídos parques infantis e áreas para práticas esportivas, além de serem postos no lugar de origem os bustos de Antônio Lemos e Augusto. E em 05.10.1985, na gestão do prefeito Almir Gabriel, inaugurou-se o Chalé de Ferro (um dos três exemplares existentes em Belém), pertencente à Sociedade Beneficente Portuguesa, símbolo da arquitetura de ferro, importante no desenvolvimento da cidade no início século XX. Nessa mesma data ainda teve a inauguração de um palhoção, situado a beira do lago principal, tipo maloca indígena de mais ou menos 1000 m² com copa, cozinha, banheiro e local para mesas.

Outras reformas no Bosque ocorreram: em 1988, na administração do prefeito Coutinho Jorge, para a restauração de vários monumentos e dependências, como a substituição do muro por gradil; em 1995, na prefeitura de Hélio Gueiros, com encerramento das visitas públicas para a construção de moderno orquidário assentado no local onde seria remontado o Chalé de Ferro da Imprensa Oficial (atualmente remontado na Universidade Federal do Pará), sendo reaberto em 12.01.1996 como parte das comemorações da cidade.

No ano de 1997, houve a última recuperação do Bosque. Essa reforma teve como princípio a preservação dos traços arquitetônicos, decorativos e históricos originais, com base nos aspectos introduzidos e mantidos pela reforma de 1903. Com o intuito de fidelidade à concepção de 1903, realizou-se uma pesquisa histórica, com uso de modernas técnicas, fundamentada no relatório de Antônio Lemos para a obtenção de dados sobre o Bosque daquela época.

Através da Lei Estadual nº 4.855 de 03.09.79, alterada pela Lei nº 5.629 de 20.12.90, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado a nível estadual, com a disposição sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, Inscrito no Livro de Tombos N^{os} 1 e 3, Processo nº 0505/81 de 16.03.81, publicado no DOE de 01.11.82. O Tombo a nível da esfera municipal data 18.05.94.

E, recentemente, em Julho de 2002, durante a 11ª reunião da Comissão Nacional de Jardins Botânicos, realizada em Recife, Pernambuco, o Bosque Rodrigues Alves ganhou o *status* de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução 266 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O logradouro passou a integrar a *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), rede mundial que registra 1.846 jardins, em 148 países. O certificado foi entregue na

cerimônia pelos 119 anos do Rodrigues Alves pelo então presidente da Rede Brasileira de Jardins Botânicos, Sérgio Bruni.

Esse status não representa apenas alterações de nomenclatura. Entre os benefícios imediatos, o Bosque fará parte de uma rede mundial de jardins botânicos com acesso a fundos de investimentos internacionais para pesquisas científicas, maior intercâmbio com outras instituições que atuam na mesma área, além do que, a transformação em jardim botânico deve garantir mais facilidades na obtenção de financiamentos para diversas atividades, como educação ambiental e utilização sustentável das plantas.

Isso é o fato mais importante da memória recente do logradouro tido até hoje, que tende a facilitar a captação de recursos em nível nacional e internacional para desenvolvimento de projetos. São projetos já agendados pela coordenação do Rodrigues Alves, a construção de uma biblioteca no Chalé de Ferro, uma coleção especial de plantas e o apoio dos parques ecológicos de Belém e Mosqueiro, distrito da cidade.

A CNJB (Comissão Nacional de Jardins Botânicos) aprovou o registro e enquadramento do Rodrigues Alves na categoria “C”, que corresponde à fase inicial da instituição como jardim botânico. De acordo com o parecer da comissão, a equipe técnica do bosque deverá encaminhar até o dia 30 de junho deste ano um pedido de nova avaliação para que o bosque seja enquadrado na categoria “B”, que permite um maior acesso aos recursos do governo para a pesquisa e educação ambiental.

Hoje a funcionalidade da reserva continua sendo a de um local de lazer para seus visitantes sejam eles belenenses ou turistas. O bosque passou mesmo a ser considerado como um verdadeiro Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, por guardar parte de nossa história vivida no momento da economia gomífera em Belém, e Patrimônio Ecológico por preservar uma parte da floresta Amazônica. Hoje, serve principalmente às pessoas de baixo poder aquisitivo tendo a função de espaço de lazer e divertimento por ser dentro da cidade e de pouco custo financeiro para seu usuário e freqüentador.

4 UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

4.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SEUS CONCEITOS

Como maneira de interpretar e pensar a realidade, a representação social, sujeita às influências de condições econômicas e culturais, estabelece a interface entre o social e o psicológico. No cotidiano, o sujeito elabora individualmente e coletivamente imagens e conceitos que podem ser recebidos por um só indivíduo e/ou por um coletivo. Nesse sentido, a representação social é formada e compartilhada socialmente sobre coisas, pessoas e objetos existentes em um dado espaço (JODELET, 2001), uma vez que sua construção se dá na relação dos sujeitos entre si e com objetos, sendo que não há representação social sem objeto e sem sujeito social, coletivo ou individual, pertencente a um determinado grupo.

A representação social é, portanto, uma forma de conhecimento, construída e compartilhada com uma intenção prática, que coopera na formação de uma realidade comum a um dado conjunto social. Isso ocorre em decorrência a sua importância na vida social e ao esclarecimento possibilitador dos processos cognitivos e das interações sociais. Tanto que a representação tem o termo “social” ligado a seu nome porque se configura como uma espécie de conhecimento popular com funcionalidade na elaboração de comportamentos e no estabelecimento de comunicação entre indivíduos.

A teoria das representações sociais tem sua origem na Europa com o estudo de Moscovici, realizado em 1961: *a La psychanalyse: son image et son public*. Nesta obra, Moscovici tenta decifrar de que forma a psicanálise, fora da comunidade analítica, é (re)significada por outros sujeitos de áreas diversas.

No Brasil, no início da década de 1970 é o interesse pela teoria das representações foi difundido devido às críticas feitas tanto à psicologia americana e ao papel secundário da ciência em relação às questões de ordem macro social. Começa-se, então, a análise sobre o motivo do sujeito social desempenhar um específico papel que desempenha dentro da sociedade.

De acordo com Ornellas (2001), o conceito de representação social ou coletiva nasceu na Sociologia e na Antropologia, a partir da obra de Durkheim e de Levi-Bruhl. No final do século XIX, Durkheim, um dos fundadores da Sociologia

moderna, apresenta a expressão representação coletiva para falar sobre a especialidade do pensamento social em relação ao pensamento individual.

Para Moscovici (2001), a representação é constituída de informação, atitude e campo de representação ou imagem. A informação se refere à organização dos conhecimentos que um dado grupo absorve sobre um objeto; atitude diz respeito à organização global sobre o objeto e age sobre este na perspectiva de uma possível teorização; enquanto que o campo envolve a idéia de imagem, de modelo social, do conteúdo das proposições acerca de um aspecto específico do objeto. Vale ressaltar que estas três dimensões estão em permanente processo de articulação.

De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade.

Segundo a autora, geralmente, considera-se que as representações sociais norteiam e organizam as condutas e as comunicações sociais pelo fato de se consubstanciarem enquanto sistemas de interpretação que regem as relações do indivíduo com o seu espaço circundante e com aqueles que o rodeiam. Na mesma intensidade, elas são responsáveis por intervenções nos mais variados processos, como: a propagação e a absorção dos conhecimentos; o crescimento individual e coletivo; a definição das identidades pessoais e sociais; a expressão dos grupos e as transformações sociais.

Alem do mais, ao se configurarem como fenômenos cognitivos, abarcam a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Desse ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade.

Jodelet (op.cit.) considera que, realmente, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acontecimento material,

psíquico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria, etc.: pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário. Não há representação sem objeto.

Para Onellas (2005), a representação social é um conhecimento do senso comum e é formada em razão do cotidiano do sujeito. Através dos estudos de Moscovici (2001), pode entender a representações sociais como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são equiparadas, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Embasado da argumentação de Moscovici (1978), Ibañez (1988¹¹ apud Ornellas, 2005) a complexidade conceptual ocorre pelo fato de a representação social ser um *conceito híbrido*, não pertencendo a uma única área do conhecimento, visto que, sua origem vincula-se tanto à sociologia quanto à psicologia, o que leva a concluir que a representação social é um conceito psicossocial.

Nesse sentido, os sujeitos se comportam como atores sociais perante os fatos cotidianos, em situações psicológicas e sociais. Com características cognitivas, afetivas e sociais, constroem , comunicam aos seus pares, incessantemente, suas próprias representações, assinaladas como consciência partilhada pelos grupos a respeito à realidade objetiva. E, ap partilharem de uma consciência prática, esses os atores sociais podem comunicar-se e buscar saídas específicas para as problemáticas postas a si mesmo ou ao seu grupo pertencente.

De acordo com Ornellas (2005), pode-se dizer que a representação social, ao estudar a ação do homem comum, expressa uma espécie de saber prático de como os sujeitos sentem, assimilam, apreendem e interpretam o mundo, inseridos no seu cotidiano, sendo, portanto, produzidos coletivamente na prática da sociedade e no decorrer da comunicação humana.

Por isso, a afirmação desse saber espontâneo como senso comum, uma vez que se conforma como um tipo de conhecimento assimilado pela humanidade no todo, que, geralmente, já tem um domínio, mesmo que superficial acerca o conhecimento aglomerado pela ciência, capaz de explicar e apreender seus problemas cotidianos.

¹¹ IBAÑEZ, G. T. Representaciones sociales, teoría y método. IN: IBAÑEZ, G. T. **Ideologias de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988.

Segundo Ornellas (2005), é no cotidiano que as relações se estabelecem e que os homens se sentem vivos no contato com a realidade. Daí a necessidade de se acumular esse tipo de conhecimento e percorrer um caminho que vai do hábito à tradição, a qual, quando estabelecida, passa de geração à geração, e é nessa tentativa de facilitar o dia-a-dia que o senso comum produz suas próprias *teorias*.

Dessa forma, Moscovici (1978¹² apud Ornellas, 2001), faz uma analogia em que a estrutura de uma representação social tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto à frente e o verso de uma folha de papel, onde a face simbólica em toda figura tem um sentido e em todo sentido tem uma figura.

A segunda exigência refere-se a dinâmica destes dois processos. Para Jodelet (1995), a ancoragem é a integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas em tal processo. Para a autora a ancoragem acumula três das funções básicas da representação: função cognitiva de integração do novo; função de interpretação da realidade; função de orientação das condutas e das relações sociais.

Moscovici (2001) pontua que para aceitar uma idéia estranha ou percepção nós começamos por ancorá-la a uma representação social existente, para que no processo ela adquira um significado cotidiano. Já para Spink (1994¹³ apud Ornellas, 2001), o processo de ancoragem compreende três aspectos:

- a) Conferir sentido ao novo objeto representado, levando em conta os valores impostos a partir do grupo social segundo os modelos veiculados na sociedade;
- b) Representações sociais na instrumentalização do saber, mediando a relação entre o sujeito e o mundo social, ao prover este sujeito de um sistema de classificação comum ao grupo, o que pode permitir a comunicação compartilhada;
- c) Processo de integração da novidade, ao seu enraizamento no sistema de pensamento, vez que as representações não se inscrevem em uma tabula rasa, estando presentes no saber oficial ou em outras representações.
- d) Em resumo, ancorar é classificar e denominar.

¹² MOSCOVICI, S. A. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹³ SPINK, J. J. O conhecimento do cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social. In: GUARESCHE, P. JOVCHELIVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

A objetivação, por sua vez consiste em uma operação estruturante pela qual se dá uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto o conceito abstrato. É deste jeito que ocorre a concretização mental, dando forma e imagem ao mundo dos objetos da imaginação.

Para Jodelet (1995), a objetivação é decomposta em três processos: a) construção seletiva; b) esquematização estruturante e a naturalização. Estes processos servem para se perceber o conteúdo das representações sociais através do tratamento com conteúdo representativo num campo estruturado em que se percebem os elementos constitutivos das representações: informações, imagens, crenças, valores, opiniões, ideologias, etc.

Nesta lógica, pode-se afirmar que os processos de objetivação e ancoragem gestam em uma representação, um núcleo figurativo, um sistema de interpretação da realidade e de orientação de comportamentos, o que permite compreender como o sujeito se posiciona sobre determinado objeto. Os dois processos podem ser comparados aos processos de condensação e deslocamento na teoria freudiana.

Moscovici (1978¹⁴ apud Ornellas, 2001), no desejo de demonstrar o caráter social das representações as nomeia de três modos:

- a) As representações hegemônicas atravessam as sociedades e grupos organizados a exemplo de partidos ou nações. Aparecem nas práticas simbólicas, mostram-se uniformes, coercitivas.
- b) As representações emancipadas ou autônomas que resultam das idéias de grupos e, em certa medida revelam autonomia com relação aos diversos segmentos que as elaboram.
- c) As representações polêmicas que se contrapõem as representações vigentes e provocam reações por serem gestadas no seio do conflito e das diferenças.

¹⁴ MOSCOVICI, S. A. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

4.2 A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

De acordo com Jodelet (2001), outra “engrenagem” importantíssima para o estudo e a ocorrência do “fenômeno” das representações sociais é a comunicação. Em seguida, a comunicação desempenha um papel fundamental nas trocas e interações que concorrem para a criação de um universo consensual. Por fim, a comunicação remete a fenômenos de influência e de pertença sociais decisivos na elaboração dos sistemas intelectuais e de suas formas.

A incidência da comunicação é examinada por Moscovici em três níveis:

- 1) Ao nível da emergência das representações cujas condições afetam os aspectos cognitivos. Dentre essas condições, encontram-se: a dispersão e a defasagem das informações relativas ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis de acordo com os grupos; o foco sobre certos aspectos do objeto, em função dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão à inferência referente à necessidade de agir, de tomar posição ou de obter o reconhecimento e a adesão dos outros, elementos que vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo;
- 2) Ao nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem que explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhe são conferidas;
- 3) Ao nível das dimensões das representações relacionadas à edificação da conduta: opinião, atitude e estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação midiáticos. Estes, segundo pesquisas dos efeitos sobre sua audiência, têm propriedades estruturais diferentes, correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das opiniões: a propagação com a formação das atitudes e a propaganda com a dos estereótipos.

Assim, a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais. A partir desses ensinamentos, verifica-se a relevância da comunicação antes os fenômenos

representativos. Primeiramente, ela funciona como um vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em um segundo momento, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social no instante que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Por fim, em terceiro, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Logo, compartilhar uma idéia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade. A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social.

4.3 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA

Em um mundo ideal, a ciência deveria ter plena influência na elaboração de políticas em todas as áreas das iniciativas humanas, principalmente, na ambiental no que diz respeito ao impacto humano sobre os recursos naturais.

Durante os últimos séculos, o ser humano aproveitou o meio-ambiente exaustivamente e de forma predatória, sem a devida preocupação com a recuperação do ecossistema ao desmatar, poluir a água, o ar e o solo, aterrar, drenar, perfurar minas, abrir estradas e construir cidades com ou sem planejamento etc.

De acordo com Tabarelli (2004), a fragmentação de habitats é uma das mais importantes e difundidas conseqüências da atual dinâmica de uso da terra pelo homem. As conseqüências da fragmentação florestal são: diminuição da diversidade biológica, redução da área de ecossistemas naturais, distúrbio no regime hidrológico das bacias hidrográficas, mudanças climáticas, erosão do solo, inundações e assoreamento das bacias hídricas, degradação dos recursos naturais, favorecimento ao estabelecimento de espécies invasoras, e, ainda, mudanças nos fluxos químicos e físicos da paisagem, incluindo os movimentos de calor, vento, água e nutrientes.

Segundo Viana (1990), um fragmento florestal é definido como uma área de vegetação natural, interrompida por barreiras antrópicas (estradas, povoados, culturas agrícolas, pastagens, etc.) ou por barreiras naturais (montanhas, lagos,

outras formações vegetais, etc.) capazes de diminuir significativamente o fluxo de animais, pólen ou sementes.

Entretanto, é importante enfatizar que não se pode compreender a natureza como matéria mensurável, sujeita somente à análise técnica e quantitativa, visto que a composição do meio ambiente não é redutível a simplórias quantidades de matéria e energia. Esses elementos que a compõem são, antes de mais nada, culturais e históricos, pois cada grupo os compreende de uma determinada maneira. Os índios concebem os rios diferentemente das grandes empresas geradoras de hidroeletricidade; assim como pequenos produtores não vêem a diversidade biológica cultivada com a mesma lógica que os capitais biotecnológicos valorizam a biodiversidade. Em contrapartida, todas essas formas de compreensão do meio ambiente, com seus objetos, com suas práticas sociais desenvolvidas nos territórios e com seus específicos usos e atributos, interagem e ligam-se materialmente e socialmente.

Nesse aspecto, considera-se de extrema relevância o estudo da representação da natureza na sociedade, visto que as mais variadas formas de se visualizar, perceber e utilizar os recursos são responsáveis pelo estabelecimento de padrões comportamentais e identitários, sob a égide dos diferentes grupos sociais.

4.3.1 A concepção de natureza na História

Segundo Lenoble (1969¹⁵ apud Micheli, 1990), a natureza não é mais que a extensão à totalidade das coisas da explicação vitalista da produção dos indivíduos (de onde deriva a idéia da natureza como um imenso ser vivo), que 'natureza' designa órgãos genitais, principalmente os femininos, que a palavra 'nação' (latim *natio*) tem a mesma origem de 'natureza': significa nascimento.

Gonçalves (1990) considera a separação homem-natureza (cultura-natureza, historia-natureza) como uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma, clássicas.

Na Idade Antiga, os gregos concebiam que tudo aquilo existente no cosmo e no universo era Divino. Assim, o que havia na Terra também era Divino, inclusive a

¹⁵ LENOBLE, Robert. **História da idéia da natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969

Natureza, independente do seu processo de decomposição, pois a própria decomposição era necessária para o surgimento do novo. Por isso a Natureza era tida como processo circular.

Já na segunda fase da Idade Média, a tradição bíblica é a responsável pelo surgimento de outras concepções sobre natureza. Com base em raízes do Antigo Testamento, essa tradição cristã interliga a existência da natureza ao âmbito da *criação* executada por Deus, o Criador, que não faz parte do mundo e não reside “dentro” da natureza; diferentemente da cosmologia antiga que não concebe nada fora da natureza. Nesse sentido, o mundo teria início e fim, sem ter surgido espontaneamente.

De acordo com Kesselring (1992), para compreender o conceito de natureza na primeira fase da Idade Moderna, deve-se considerar três pontos: as heranças do pensamento teológico da Idade Média; o fato da antiguidade ser redescoberta no século XV (o que marca o humanismo da época); e o aprofundamento de uma tradição experimental na pesquisa científica sobre a natureza, uma tradição que se forma por volta do século XIII.

Para ele, na Antiguidade e na Idade Média, o experimento não era prática comum na ciência, sendo que foi com as tradições mágicas e ocultas, na Idade Média, que a importância da experimentação teve um crescimento. Tempos depois, Francis Bacon (1561-1626) propagou como fim das ciências naturais e experimentais a aspiração de poder sobre a natureza.

O estudo intensivo da literatura antiga no XV foi outro fator decisivo para o surgimento das ciências naturais modernas. Mas o fator que teve um papel extremamente importante nesse surgimento, foi a preponderância dos ideais cristãos sobre a criação, bastante divulgados, mas que, nos séculos XV e XVII, mantinha-se igual ao pensamento cristão da primeira fase dos tempos modernos. Esses ideais permaneciam Deus como instância exterior à natureza, que não só havia criado o universo, mas ainda agia sobre ele, transformando-o sempre que isso fosse preciso, era bastante divulgada.

Gonçalves (1990) afirma que foi, sobretudo com a influência judaico-cristã, que a oposição homem-natureza e espírito-matéria adquiriu maior dimensão. Os cristãos vão afirmar decididamente que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. Note bem: o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Deus aqui aparece com letra maiúscula e não como para os pré-socráticos). O homem é,

assim, dotado de um privilégio. Com o cristianismo no Ocidente, Deus sobe aos céus e, de fora, passa a agir sobre o mundo imperfeito do dia-a-dia dos mortais. Localizado num lugar privilegiado, estratégico, do alto, Deus a tudo vê e controla.

Segundo Kesselring (1992), foi na Idade Média, pensava-se em Deus enquanto criador, cuja posição esta fora da natureza e é anterior a ela. Esta concepção continua valendo na Idade Moderna. Porém, o próprio homem cujo lugar, na Idade Média, situava-se dentro da natureza (como esta, o homem foi criado por Deus), começou a assumir uma posição fora da natureza – uma posição quase divina. A natureza torna-se objeto da ciência e de manipulação, e a idéia, advinda da cosmologia antiga e medieval, de que o ser humano é abrigado e seguro no centro do universo, tornou-se radicalmente obsoleta com as descobertas astrofísicas.

Para Gonçalves (1990), com o desenvolvimento mercantil e, com ele, da burguesia, a riqueza passa cada vez mais a depender da técnica (ver a esse respeito o capítulo sobre produtividade). O antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. Esta dessacralizada, já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto, já que não tem alma, pode ser dividida, tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média.

Para o autor, essa concepção antropocêntrica da natureza como objetiva e exterior ao ser humano, que implica na idéia de homem não-natural e fora da natureza, consubstancia-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo.

4.3.2 A representação de natureza no Brasil

Segundo Pádua (1987), para o efetivo entendimento sobre as primeiras reflexões e torno da relação entre natureza e sociedade no Brasil, é válido considerar o contexto histórico em que foram construídas, principalmente com base nas descrições dos cronistas da fase colonial. Essas descrições tinham por objetivo descrever a “nova terra” de forma a chamar a atenção dos europeus para a sua utilidade perante a civilização européia em geral, e portuguesa, em particular.

Pádua pontua que havia dois tipos de olhar, não necessariamente antagônicos, ávidos por notícias sobre o Brasil nos primeiros séculos, principalmente no que diz respeito à natureza, responsável pela construção da imagem do Brasil. O primeiro olhar era sob a ótica da cultura renascentista, que, interessado nos relatos

de viagem, direcionava-se ao alargamento dos horizontes do saber devido à descoberta de novas regiões. O outro olhar era o mercantilista que estava interessado em ampliar o espaço do comércio, constituir novos monopólios, explorar novas riquezas e aumentar a renda dos Estados nacionais em construção.

Segundo Damatta (1993), no Brasil, uma das respostas à escassez de recursos causada pelas acelerações e instabilidades estruturais de uma ordem econômica que tende a funcionar em escala planetária e em crise periódica é a aceleração de um hedonismo místico que se concretiza abertamente em religiosidades relacionais que acenam com reparações, legitimam inconsistências, oferecem compensação moral e garantem a salvação de todos.

Dessa forma, desde o período da colonização é possível observar no decorrer da histórias inúmeras concepções de natureza no Brasil que hoje serviram de base para a construção da nossa atual representação de natureza. De acordo com Damatta (1993), dois elementos básicos para construção da nossa atual representação de natureza são:

- *A natureza como matéria e como terra:* Trata-se de uma visão da natureza como um domínio imanente, eterno, passivo e generoso – da natureza como mãe dádiosa – uma verdadeira *matéria* e não *pátria*. Trata-se também de uma concepção de natureza parcialmente dominada pela idéia de terra.
- *Uma representação relacional da natureza:* Apresenta um elo estrutural entre natureza e homem. Essa concepção revela uma estrutura hierárquica, com todos os seus elementos seguindo a lógica característica do englobador e do englobado em que se dá prioridade primeiramente a Deus, que tudo cria e engloba, depois à terra, ao céu e ao mar; e, em seguida, aos atores da natureza: os fenômenos meteorológicos, as plantas e os animais.

A partir desses elementos básicos, outras formas de representação da natureza no Brasil surgiram com uma pluralidade de valores que foram surgindo no rico campo de significados histórico-sociais. Dentre entre eles, de acordo com Damatta (1993), aponta-se:

- *A representação luso-brasileira de natureza:* Para os portugueses, o Brasil corresponde a uma visão passiva do paraíso, mas na percepção dos puritanos da América do Norte sucede o exato oposto.
- *A natureza como dadivosa e edênica:* A representação portuguesa fala da natureza como um cenário fortemente visual, no qual os atrativos são maiores do que as dificuldades. Nesta concepção, conforme acentua o historiador Keith Thomas, a natureza e seus seres teriam sido feitos para deleite, desfrute e exploração do homem.
- *Natureza boa para viver, boa para devastar:* Também aparece aqui o interesse mercantilista alimentador da idéia de enriquecimento fácil. O enriquecimento rápido surge como valor, alimentado pela idéia da nova terra como o Éden, orientou a economia colonial brasileira para um extrativismo imediatista e predatório.
- *Visão do paraíso, descobrimento e naturalização da história:* Concomitante à visão edênica da natureza que passivamente espera pelo seu explorador, há a idéia de que o Brasil não foi fundado, mas descoberto. Ou seja, estamos diante de uma representação naturalista segundo a qual “Portugal” encontrou e se apropriou do “Brasil” por acaso, no curso de uma bem-fadada viagem. Nesta representação, a natureza é vista como que se oferecendo generosamente à exploração dos agentes humanos que têm o direito de usá-la como bem entenderem. Os processos históricos e sociais essenciais são lidos pela ótica de uma “história natural”, uma narrativa na qual se enfatizam ritmos biológicos e determinações naturais, evitando-se falar de valores, instituições e opções e práticas econômicas.
- *Natureza dadivosa, exploração aventureira e cíclica:* Esta concepção apresenta a idéia de que a natureza pode ser explorada fragmentária e espasmodicamente, de modo que o contato com ela é exterior, sendo realizado apenas para exercer a tarefa econômica de extração. O chamado “extrativismo predatório”, portanto, as fará através do controle e do patrocínio do Estado, mas com base em coletividades masculinas, movidas pelo enriquecimento rápido e pelo desejo de subir na escala social em sua própria terra.

- *A representação puritana da natureza:* Trata-se de uma representação da natureza na qual fica excluída a idéia de passividade do mundo natural. A natureza surge individualizada, com seus elementos destacados do grupo humano que com ela entra em contato. Aqui ele não é mais um domínio que espera passivamente pela posse, ou uma esfera moralmente imbricada e reciprocamente relacionada com a comunidade humana, mas uma esfera compartimentalizada, com a qual se têm relações objetivas e distantes.

Todas essas representações apresentadas têm como objetivo mostrar que a análise das diversas percepções de natureza tem como foco discutir e de levar à reflexão a idéia de que as representações do mundo natural e da sociedade refletem um mesmo conjunto de valores. Sociedade e natureza, assim, não seriam simplesmente reflexos uma da outra, mas expressariam um mesmo conjunto de valores.

Conforme Damatta (1993), diante da estrutura de nossa colonização, dos valores que moldaram nossa formação social e dos sistemas de crenças que permeiam nossa vida, deveria ser natural possuímos sentimento de identidade e, inclusive, temor que a natureza como ecologia tenha uma grande luta pela frente.

4.3.3 Noções de paisagem e os espaços de celebração

Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente (SCHAMA,1996). Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. A identificação de um local por uma pessoa pressupõe uma carga cultural que essa pessoa carrega.

É válido ressaltar que, apesar do ideal de natureza e paisagem não ser visualizado da mesma maneira pelas várias culturas, os mitos e as lembranças advindos desse ideal compartilham duas características comuns: a surpreendente conservação ao longo dos séculos e sua competência em moldar instituições com as quais ainda se convive.

Para a autora reconhecer, entretanto, o legado ambíguo dos mitos da natureza pelo menos nos faz admitir que a paisagem nem sempre é mero “local de prazer” – o cenário com função de sedativo, a topografia arranjada de tal modo que

regala os olhos. Os hábitos culturais da humanidade sempre deixaram espaço para o caráter sagrado da natureza. Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões.

A paisagem pode ser concebida como o ensaio de coordenar o espaço circundante com base em uma imagem tida como ideal. A maneira conforme a paisagem é projetada e construída demonstra uma elaboração filosófica e cultural resultante da observação objetiva do lugar e da experiência individual ou coletiva com relação a ele.

Segundo Leite (1994), essa experiência individual ou coletiva está sujeita a consecutivas mudanças e a uma dinâmica derivada do processo histórico de qualificação, que tem a incidência de fatores mais variados: da progressão das relações políticas, econômicas e sociais ao aperfeiçoamento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia.

A autora considera que a evolução histórica dos conceitos e dos processos de projeto da paisagem enfatiza uma constante busca de meios capazes de expressar a conexão e a coincidência entre as manifestações econômicas, técnicas, científicas e artísticas da sociedade. Por conseguinte, as intervenções na paisagem são resultantes de todo um processo dinâmico de expressão do imaginário social, que evidencia certos padrões estéticos e culturais, com origem dificilmente situada em cada um desses campos de conhecimento isoladamente.

Esse contato com a natureza passa a ser significativo e simbólico na vida do indivíduo e das sociedades, que findam por construir relações peculiares e específicas com ela. E toda a estrutura dessa relação, como qualidade, forma ou função, modifica-se no decorrer do tempo e do espaço; na mesma intensidade que seu significado na paisagem construída determina, altera ou influencia as condições de vida humana.

Sendo assim, é imprescindível abordar sobre o caráter mítico que esses lugares possuem, visto que o Misticismo relacionado aos espaços reflete heranças culturais e é responsável pela forma como um indivíduo ou grupo percebem a paisagem.

Para Tuan (1983), dois tipos principais de espaço mítico podem ser distinguidos. Há aquele que se caracteriza como uma área imprecisa de conhecimento deficiente, que engloba o conhecimento empírico e emoldura o espaço pragmático; composto pela extensão conceitual dos espaços familiar e

cotidiano pelos dados obtidos com a experiência direta. E há o espaço do componente espacial de uma visão de mundo, da conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades práticas, funcionando como um elemento de uma visão do mundo ou cosmologia. E, por ser a visão do mundo com uma tentativa mais ou menos sistemática das pessoas de compreender o meio ambiente, articula-se de forma mais consciente que o espaço mítico do primeiro tipo.

No entanto, ambos têm a característica comum de permanecerem no espaço moderno devido ao fato dos indivíduos, assim como os grupos, sempre considerarem a área do imprecisamente conhecido e a do desconhecido.

Tuan (1983) ainda observa outras características gerais no espaço mítico orientado e estabelece as forças da natureza e da sociedade quando as associa com localidades ou lugares significantes dentro do sistema espacial. O autor ainda busca tornar compreensível o universo por meio da classificação de seus elementos e da sugestão da existência de influências mútuas entre eles, além de aplicar originalidade ao espaço, conseqüentemente transformando o espaço em lugar.

Logo, o autor considera o espaço mítico é uma construção intelectual. Pode ser muito sofisticado. O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais.

Uma das necessidades humanas é a socialidade. O Misticismo atribuído aos espaços faz com que esses lugares acabem por si tornar espaços utilizados para celebração.

Mafessoli (1994) entende que a conjunção do natural e do social parece ser um dos traços distintivos da pós-modernidade, comprovada na sinergia que existe entre “espaço e sociabilidade”. É possível perceber que a cidade apresenta um fluxo afetivo, manifestações estéticas, movimentos éticos; enfim, toda a ordem do sensível, do sensual, do colorido, do brilhoso, do dionisíaco, que é também a marca da cultura. E, todos esses fluxos passam a se confirmar como uma dimensão comunicativa e intersubjetiva das megalópoles contemporâneas, uma vez que a arquitetura física é tão importante quanto à cultural, tendo entre si mesmas uma constante e fecunda reversibilidade.

Nesse sentido, a comunicação transfigura-se em comunhão e daí surge a explicação do reduto de “tribos” urbanas, que mesmo mantendo-se fechadas nelas mesmas, existem em centros de interesses bem diversos. Logo, entende-se que as megalópoles são formadas por vários “espaços de celebração” – no sentido religioso

do termo – em que são celebrados os mais distintos cultos com um extremo grau estético-ético.

A cidade, então, é um mosaico composto por uma multiplicidade de pequenos espaços de celebração com a mesma função. Neles, elaboram-se os “mistérios” da comunicação-comunhão e a misteriosa alquimia da socialidade.

Para Maffesoli (1994) todos esses territórios, estes espaços de celebração, estes lugares e espaços de socialidade, são mistura de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual; em resumo, eles são feitos para e pelas tribos que os elegeram como domicílio. Aliás, a capacidade, mais ou menos, grande dos territórios de exprimir (ser a expressão de) a(s) comunidade(s) que os habita(m) é que faz do espaço físico o espaço vivido.

Nesse aspecto, a paisagem pode ser concebida como a solidificação espaço-tempo ou ainda como a reversibilidade entre um e outro lugar. Seja por meio dos grandes “espaços de celebração” emblemáticos ou pequenos “espaços de celebração” cotidianos, é que se perpassa, intencionalmente ou não, por várias paisagens, várias situações, que constroem uma geografia imaginária, que deixam se ajustar (no sentido ótico) ao ambiente físico que é mostrado, e que ao mesmo tempo são construídas simbolicamente.

Por isso as cidades podem ser consideradas como um imenso e perpétuo “espaço de celebração”. Em função dos gostos, dos desejos, das necessidades, sem esquecer as exigências de trabalho, de lazer e de consumo, poderemos achar a todo o momento um “espaço de celebração”.

5 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

5.1 O TRAÇADO METODOLÓGICO

Neste capítulo abordaremos o percurso metodológico traçado neste estudo para responder o problema central que nos convocou a esta trajetória qual seja: quais são as representações sociais dos moradores da cidade de Belém com relação ao o Bosque Rodrigues Alves?

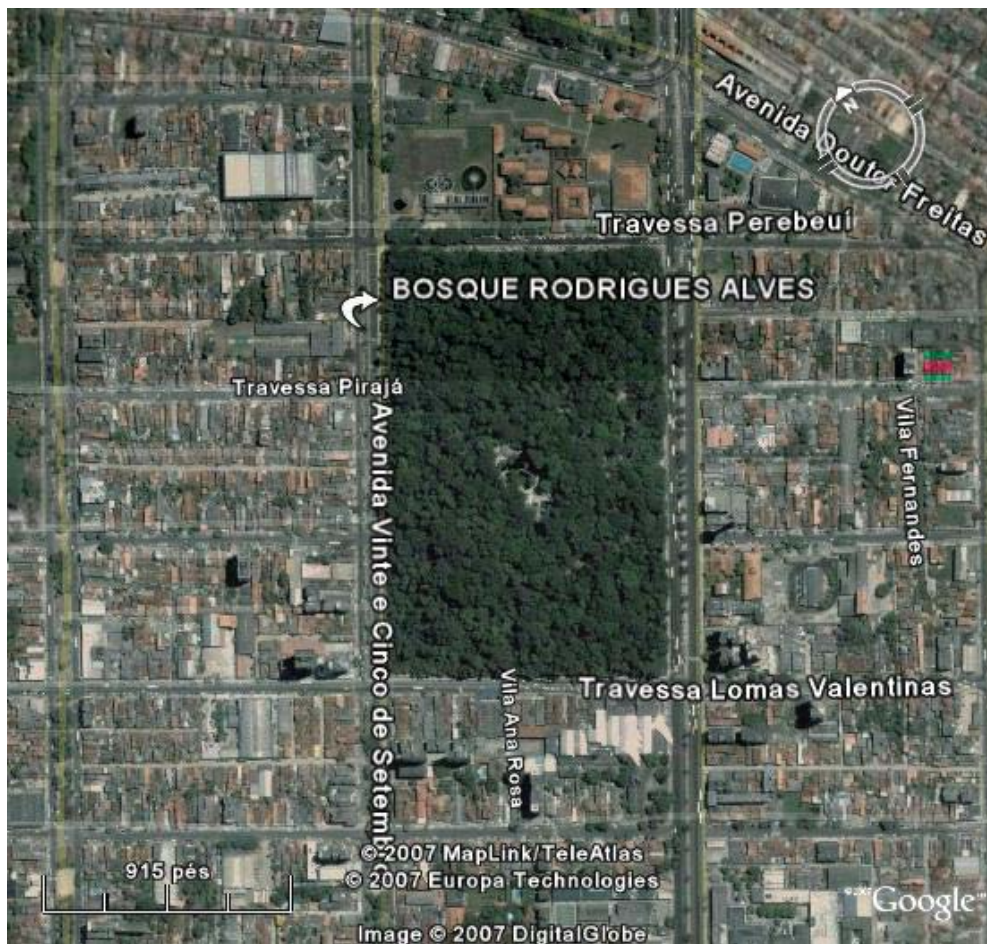


Figura 10: Vista área do Bosque Rodrigues Alves

Fonte: Google Earth

A teoria da representação social não especifica um método próprio de investigação. Sua elaboração depende do objeto de estudo e do pesquisador sem desconsiderar que o método eleito terá o desafio de apreender a construção complexa e dinâmica das representações sociais. Utilizando-nos de uma linguagem

figurada, é como se no meio da mata tivéssemos que encontrar um caminho de saída e para isto elegemos uma trilha que pensamos ser coerente com nossos objetivos (FARR, 1993¹⁶ apud SÁ, 1998).

Em síntese, a régua e o compasso que utilizamos para o traçado metodológico utilizado não são perfeitos, e tão poucos os únicos, mas o desenho lógico que encontramos para o estudo é o que nos fez sentido. O campo das relações sociais não possui metodologia definida, seu estudo tece suas tramas de acordo com o objeto, reconhecendo-se que a pesquisa tem limitações. A escolha por esse percurso metodológico deu-se pelo fato de representar um desafio de aprendizado, pois enveredar pelo campo da pesquisa é aprender.

O estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa que, por um lado, permite compreender, a partir do estudo qualitativo, “as representações de determinado grupo sobre temas específicos” (MINAYO; MINAYO, 1994) e, por outro, “explicar os dados”, apoiados na tabulação de dados. Isto permite maior aproximação do objeto deste estudo como também maior rigor às inferências sobre o caleidoscópio que configura o objeto de estudo em tela.

5.2 LÓCUS DA PESQUISA

O objeto de pesquisa desse trabalho são as representações sociais do Bosque Rodrigues Alves situado em Belém-Pará, uma das principais capitais da região Norte.

O espaço verde se entrelaça ao espaço construído. Os bancos de concretos situados logo após a entrada do Bosque e outros mais no seu interior são convidativos para a contemplação de árvores centenárias que nem por isso perderam seu viço e deixaram de seduzir quem adentra esta “mata urbana”. A existência de um lago dá ao bosque uma sinergia juntamente com o verde, a fauna e a arquitetura que remonta os áureos tempos da cidade.

As figuras modeladas em cimentos como Mapinguari e Curupira reavivam a cada dia o imaginário amazônico cujo registro se encontra nas histórias orais e escritas sobre os encantados que habitam nas florestas desta região. Possivelmente as narrativas destas histórias fazem parte das lembranças da infância de um número

¹⁶ FARR, R.M. Interviewing: the social psychology of the inter-view. IN: FRANSELLA, F. (org.). **Psychology for occupational therapists**. London: Macmillan, 1993, p. 151-170.

significativo de paraenses, e arriscamos em pensar que estas narrativas ainda hoje embalam a infância e os devaneios de muitos paraenses.

Os funcionários que trabalham no Bosque são em número de 68 e trabalham 8 horas diárias, sendo que alguns funcionários que trabalham no “CAMPO” responsáveis pela: limpeza, segurança e pelo tratamento dos animais. Trabalham 6 horas diárias, folgando, os fins de semanas alternados.

O Bosque é aberto à comunidade das 8h às 17h, de terça-feira a domingo e feriados. O critério de entrada é o pagamento da quantia R\$ 1,00, que segundo um dos funcionários da administração, a renda arrecadada tem uma determinada porcentagem revestida para a manutenção do próprio Bosque e outra parte é repassada para a Secretaria Municipal de Meio ambiente (SEMMA).

Este espaço verde urbano que desafia as intempéries do tempo e recusa-se a fazer parte do álbum daqueles que já se foram, é uma das expressões que assumem diferentes representações sociais para aqueles grupos que vivem na cidade e para os que vêm de fora. O silêncio do Bosque dá lugar às falas daqueles que pensam, sentem, escutam e fazem do seu cotidiano uma permanência maior neste espaço.

O critério de escolha deste objeto de estudo, o Bosque Rodrigues Alves, se deu por ser este uma das áreas verdes situada em determinada região da cidade de Belém que corresponde a uma das entradas e saídas principais de Belém. Significa que existe um tráfego intenso tanto de entrada quanto de saída da cidade, pela Avenida Almirante Barroso. A passagem de pedestres é intensa, posto que existam nos arredores do Bosque pontos de ônibus para inúmeros bairros residenciais e comerciais próximos e distantes da cidade. Em função da Rodoviária situar-se no mesmo bairro, os ônibus e as Vans que fazem viagens para os municípios e outros estados os provocam tráfego intenso, freqüente diuturnamente. Um outro critério de escolha do Bosque foi o seu período de existência, de acordo com registros encontrados na biblioteca do próprio Bosque Rodrigues Alves, que o configura como um dos patrimônios mais representativos da cidade, principalmente do ponto de vista histórico, como foi dito o trabalho de meio ambiente.

5.2.1 Os elos iniciais estabelecidos entre o pesquisador e o Bosque Rodrigues Alves

O primeiro contato que foi feito com esta instituição deu-se com a administradora do Bosque, em meados de agosto de 2005, com o objetivo de obter informações sobre os “trâmites administrativos” necessários para que pudéssemos avaliar as possibilidades de realização a pesquisa sem ferir a regulamentação do espaço. Nesta mesma ocasião conheci a bibliotecária do bosque que permitiu o manuseio de material, como o histórico do Bosque e outras bibliografias relacionadas à criação e eventos voltados para Jardins Botânicos, disponível para o público. Este material foi de grande relevância para subsidiar este estudo, sobretudo, na construção dos capítulos teóricos.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Definição da amostra

O número de sujeitos obedeceu a seguinte lógica: em função do número de freqüentadores entre os meses de janeiro e fevereiro (26.000 pagantes), determinamos a amostra a ser investigada com uma margem de 95% de erro.

A fórmula utilizada para se alcançar o número de amostra dos sujeitos que freqüentam o Bosque, com base nas técnicas de amostragem de Barbetta (2001), foi a seguinte:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{(N + n_0)}$$

Onde:

n= Tamanho (números de elementos) da amostra;

N= Tamanho (números de elementos) da população;

n₀= Uma primeira aproximação para o tamanho da amostra.

Essa estimativa possui um nível de confiabilidade de 95% (aproximado). A partir da escolha deste nível de confiabilidade, encontramos o valor de n_0 encontrando o valor do Erro Amostral (E_0) onde:

$$E_0 = \frac{100 - 95}{100} = 0,05$$

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} = \frac{1}{(0,05)^2} = 400$$

Aplicando a fórmula:

$n = ?$

$N = 26000$

$n_0 = 400$

$n = 26000 \cdot 400 / (26000 + 400)$

$n = 10400000 / 26400$

$n = 393,939394 = 394$

Mediante o resultado do cálculo, a amostra determinada foi de 394 sujeitos.

5.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Utilizamos os questionários como importante ferramenta neste estudo, além do levantamento bibliográfico pertinente para elaboração deste trabalho. A seguir apresentaremos a lógica da elaboração do questionário para a coleta de dados em nosso estudo.

A construção dos questionários deve possibilitar não apenas a descrição das representações sociais, mas também situar cada objeto de representação e cada tema abordado em relação às correntes teóricas definidas, permitindo indicar o interesse de cada questão para definir o objeto da representação social.

Além da caracterização dos sujeitos construímos questões abertas e fechadas. Esta construção se deu com base nos objetivos traçados para o estudo quais sejam:

Objetivo Geral: identificar as representações sociais dos frequentadores do Bosque sobre esta área verde. Assim como os objetivos específicos:

- Contextualizar o surgimento do Bosque Rodrigues Alves na cidade de Belém;
- Identificar a importância do Bosque Rodrigues Alves para os seus frequentadores;
- Caracterizar imagens e sentidos partilhados e/ou consensuais sobre o Bosque Rodrigues Alves pelos seus frequentadores.

Para alcançar estes objetivos, o questionário foi construído com base em categorias elaboradas que facilitasse a identificação da representação do Bosque para os seus frequentadores. As categorias elaboradas foram: caracterização dos sujeitos, entendimento do Bosque, Percepção do tempo passado, presente e futuro do Bosque e Atitudes em relação à conservação do bosque.

Na caracterização dos sujeitos, buscou-se traçar o perfil da amostra, ou seja, caracterizar os sujeitos que frequentam o Bosque Rodrigues Alves. Para tanto, construímos questões abertas e fechadas que se encontram distribuídas de 1 a 10:

- 1) **Sexo:**
- 2) **Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que mais corresponde à sua Cor/Raça:**
- 3) **Qual a sua idade?**
- 4) **Qual a sua Religião?**
- 5) **Qual o seu Estado Civil?**
- 6) **Com quem você mora?**
- 7) **Qual a sua renda?**
- 8) **Qual a sua escolaridade?**
- 9) **De onde você é?**
- 10) **Em que bairro você mora?**

Desta forma construímos as seguintes categorias:

Entendimento que os frequentadores possuem sobre Bosque.

Consideramos a dimensão cognitiva para compreender a elaboração dos sujeitos da amostra sobre o Bosque Rodrigues Alves. Esta categoria se encontra distribuída entre as questões de 11 a 12 do questionário apresentadas abaixo:

- 11) **Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquelas que você conhece?**
- 12) **Em sua opinião qual a importância do Bosque para a cidade de Belém?**

Percepção do tempo passado, presente e futuro. Consideramos a dimensão temporal para compreender o deslocamento das imagens e significados dos sujeitos, que se deram no tempo, e o enlaçamento afetivo constituído nesse processo. Esta categoria se encontra distribuída entre as questões de 13 a 19 do questionário a seguir:

- 13) Quantas vezes você freqüenta o Bosque durante o ano?**
- 14) Que lembranças você tem do tempo quando visitava o Bosque?**
- 15) Quem levava você ao Bosque?**
- 16) Você acha que o Bosque mudou para melhor ou pior?**
- 17) Em sua opinião que contribuições positivas o Bosque oferece para os freqüentadores?**
- 18) Em sua opinião, que consequência negativa o Bosque provoca aos freqüentadores?**
- 19) Como você imagina que estará o bosque daqui a 10 anos?**

Atitudes em relação à conservação do bosque. Consideramos a dimensão, positiva ou negativa, referente à manutenção do Bosque para a compreensão da importância que os sujeitos do estudo atribuem à manutenção do Bosque Rodrigues Alves. Assim, as questões desta categoria estão distribuídas de 20 a 25 foram:

- 20) Quem é responsável pela conservação de bosque em Belém?**
- 21) Como você acha que pode ajudar na conservação do bosque?**
- 22) Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?**
- 23) Você tem acesso à alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?**
- 24) Você participa de algum programa ou grupo empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade?**
- 25) Você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental como, por exemplo, ONG?**

5.5 CORPUS DO ESTUDO

O corpus deste estudo é composto pelas respostas dos questionários dos sujeitos da amostra e pela media de freqüências das evocações e pela bibliografia que fundamenta as inferências sobre o objeto de estudo.

5.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A validação do instrumento de coleta de dados foi assegurada pela aplicação de um pré-teste dos questionários a amigos e familiares, a fim de se aperfeiçoar o instrumento de pesquisa, aumento a emergem de confiabilidade dos dados coletados.

Os dados coletados foram tabulados no software Excel, com simultânea construção de tabelas para auxílio na compreensão de sua interpretação.

Após a tabulação dos questionários, foi possível estabelecer as respostas mais freqüentes dentro das categorias temáticas.

Para realizar a análise dos dados coletados, tomamos como base:

- 1) A análise interpretativa do questionário, entendida como *um conjunto de técnicas de análise das comunicações* (BARDIN, 1977, p. 31). Seu objetivo é a inferência de novos conhecimentos que fundamentam a compreensão sobre os significados consensuais dos sujeitos da amostra sobre o Bosque Rodrigues Alves.
- 2) A dimensão cognitiva, a dimensão temporal e afetiva e a dimensão tendência positiva ou negativa a conservação do Bosque funcionarão como temáticas macro que agruparão as respostas dos sujeitos da amostra. Estas dimensões revelarão as imagens e sentidos consensuais dos sujeitos deste estudo possuem sobre o Bosque.

6 IMAGENS DO BOSQUE RODRIGUES ALVES E SEU SIGNIFICADO PARA OS FREQUENTADORES

6.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM BASE NAS CATEGORIAS ELABORADAS

No capítulo anterior, mostramos o desenho da pesquisa aplicada neste estudo, dando-se ênfase para o embasamento teórico sobre o estudo das Representações Sociais, assim como a apresentação do instrumento de pesquisa (Questionário). Neste capítulo, apresentamos os dados coletados na pesquisa assim como suas análises.

A apresentação dos dados ocorrerá da seguinte forma: da questão número um (1) até a questão vinte e cinco (25), foram tabuladas com base na frequência absoluta e na frequência relativa¹⁷ das alternativas assinaladas pelos sujeitos da pesquisa (frequentadores do Bosque). Estas questões foram divididas em categorias temáticas que facilitaram a construção do questionário, sua aplicação e análise. Segundo Rodrigues (2006) categorizar consiste num processo de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento, segundo a analogia, com os critérios previamente resumidos. Em resumo, significa o ato de separar, classificar e ordenar idéias ou fatos segundo as semelhanças.

Dessa forma, o questionário aplicado foi categorizado da seguinte forma: entre a questão um (1) e dez (10) foi feita a caracterização dos sujeitos da pesquisa, com a finalidade de se traçar um perfil dos frequentadores do Bosque. Entre a questão onze (11) e doze (12) construímos a categoria “entendimento do Bosque”. Entre as questões treze (13) e dezenove elaboramos as questões referentes a categoria “percepção do tempo passado, presente e futuro”. A questão vinte (20) até a questão vinte e seis (25) pertence à categoria “atitudes em relação à conservação do Bosque”.

A validação do instrumento de coleta de dados foi assegurada pela aplicação de um pré-teste dos questionários a amigos e familiares, a fim de se aperfeiçoar o instrumento de pesquisa, aumentando a margem de confiabilidade dos dados

¹⁷ Neste estudo, a “frequência absoluta” é a somatória das alternativas de cada questão; e “frequência relativa” é a porcentagem da frequência absoluta das alternativas em cada questão.

coletados. Após a tabulação dos questionários, foi possível estabelecer as respostas mais freqüentes dentro das categorias temáticas.

6.1.1 Caracterização dos freqüentadores do Bosque - sujeitos da pesquisa

Nesta categoria, o questionário buscou-se traçar um perfil socioeconômico dos visitantes que o Bosque recebe. Foram contempladas questões sobre: gênero dos freqüentadores, cor, idade, religião, estado civil, com quem mora o freqüentador, renda, escolaridade, cidade de origem (Belém ou outra cidade) e a que bairro pertence. Esta caracterização permitiu mapear quem são os freqüentadores do Bosque.

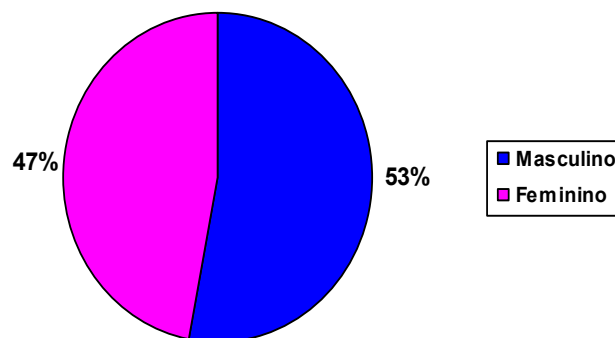
Conforme mostra a tabela da questão número um (1), relacionada ao gênero, o número de homens (53%) que freqüentam o Bosque é um pouco maior que a freqüência de mulheres (47%).

Tabela 1: Sexo

SEXO	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Masculino	208	53%
b) Feminino	186	47%
TOTAL	394	100%

Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa a partir de dados coletados, 2007.

Gráfico 1: Sexo

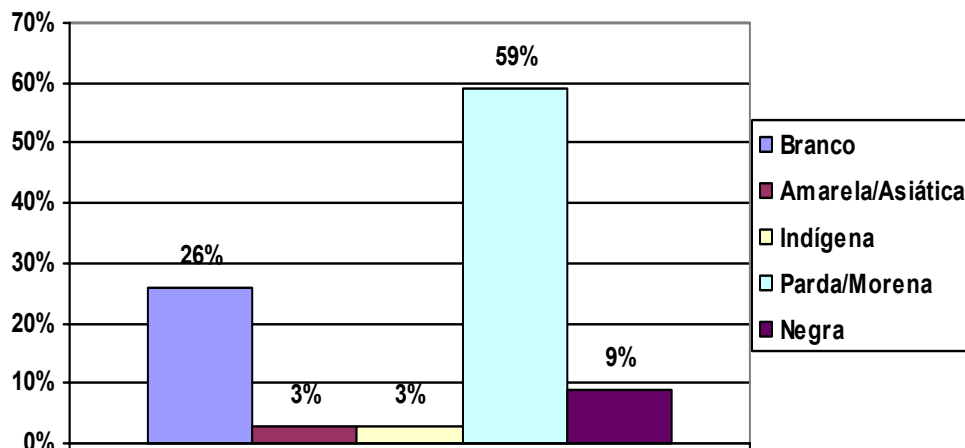


De acordo com os dados coletados da segunda questão, relacionada à cor/raça podemos observar que a maioria dos freqüentadores (59%) se considera Parda/Morena. Os sujeitos que se consideram Brancos representam 26% dos entrevistados. Aqueles que consideram pertencer à raça Negra representam 9%. Os que se consideram pertencer à raça Amarela/Asiática, equiparam-se aos que se consideram Indígenas (3%).

Tabela 2: Cor/Raça

COR/RAÇA	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Branco	104	26%
b) Amarela/Asiática	11	3%
c) Indígena	13	3%
d) Parda/Morena	232	59%
e) Negra	34	9%
TOTAL	394	100%

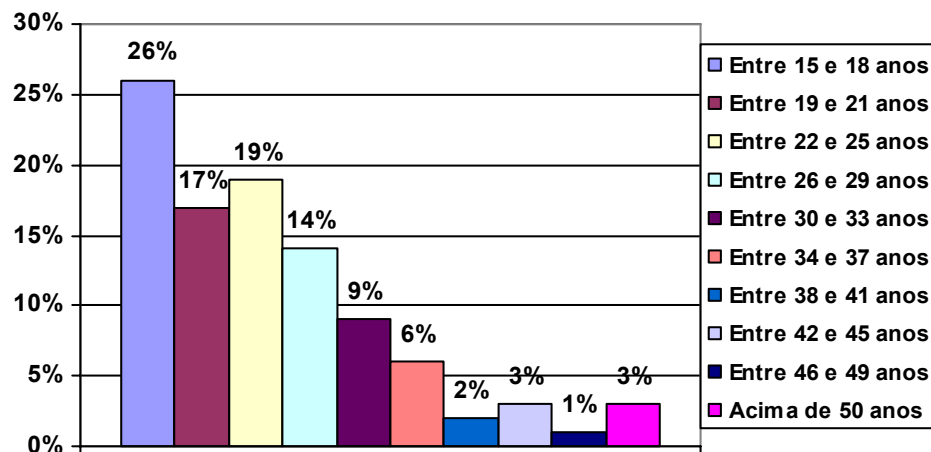
Gráfico 2: Cor/ Raça



Com relação à questão 3, referente a idade dos freqüentadores do Bosque podemos constatar que: 26% possuem idade entre 15 e 18 anos; 19% entre 22 e 25 anos; 17% entre 19 e 21 anos; 14% entre 26 e 29 anos de idade; 9% entre 30 e 33 anos; 6% entre 34 e 37 anos; 3% entre 42 e 45 anos; 3% acima de 50 anos; 2% entre 38 e 41 anos; 1% entre 46 e 49 anos.

Tabela 3: Idade

IDADE	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Entre 15 e 18 anos	105	26%
b) Entre 19 e 21 anos	68	17%
c) Entre 22 e 25 anos	76	19%
d) Entre 26 e 29 anos	56	14%
e) Entre 30 e 33 anos	34	9%
f) Entre 34 e 37 anos	24	6%
g) Entre 38 e 41 anos	7	2%
h) Entre 42 e 45 anos	11	3%
i) Entre 46 e 49 anos	2	1%
j) Acima de 50 anos	11	3%
TOTAL	394	100%

Gráfico 3: Idade

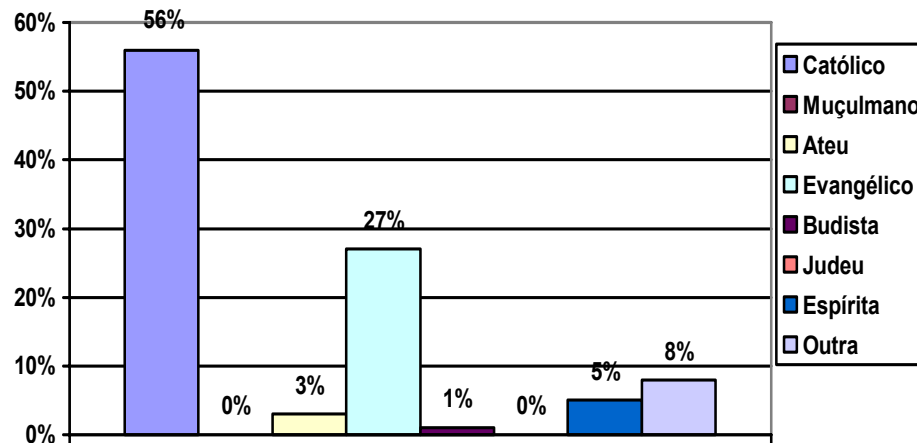
Quanto à natureza desta questão, é válido destacar que grande parte dos sujeitos entre 15 e 29 anos (pertencentes aos 4 grupos de maior frequência) são estudantes que visitam o Bosque para estudar, namorar, lazer após as aulas, assim como gazetear aulas (quando se fala de estudantes, refere-se aos estudantes do nível fundamental aos estudantes de pós-graduação). Os outros grupos de sujeitos pertencem a turistas, casais, pais que levam filhos para passear, e profissionais e idosos que utilizam o espaço como lugar de reflexão, passatempo e descanso.

Acerca da questão sobre religião, percebemos que a maioria dos freqüentadores são católicos (56%); 27% dos sujeitos são evangélicos; 8% pertencem à outras religiões; 5% são espíritas; 3% são ateus; 1% é Budista; 0% de mulçumanos e 0% de judeus.

Tabela 4: Religião

RELIGIÃO	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Católico	226	56%
b) Muçulmano	0	0%
c) Ateu	10	3%
d) Evangélico	105	27%
e) Budista	3	1%
f) Judeu	1	0%
g) Espírita	18	5%
h) Outra	31	8%
TOTAL	394	100%

Gráfico 4: Religião



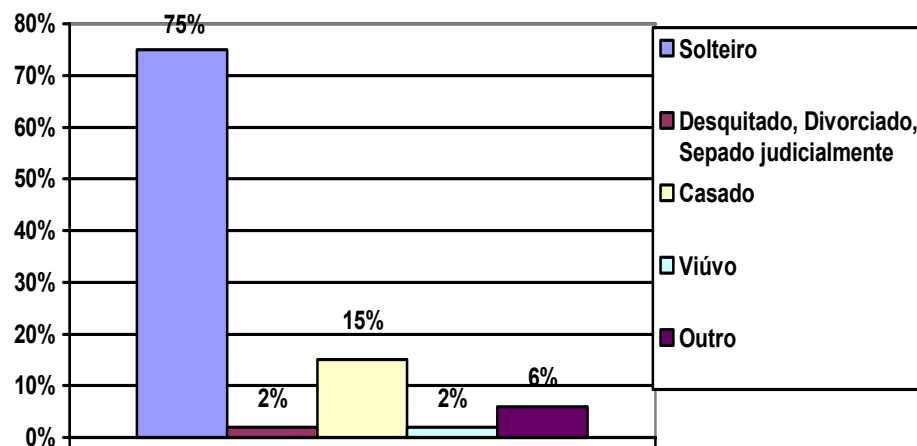
Sobre esta questão, é válido registrar que o Bosque é um espaço muito utilizado para reunião e realização de cultos religiosos. Em vários dias, durante a coleta de dados, muitos cultos foram realizados e alguns sujeitos foram encontrados regularmente tentando levar visitantes para suas igrejas.

Com relação ao estado civil dos freqüentadores, constatamos que 75% são solteiros; 15% são viúvos; 6% possuem um outro estado civil, não contemplado nas alternativas; 2% são desquitados, divorciados, separados judicialmente e 2% são viúvos.

Tabela 5: Estado civil

ESTADO CIVIL	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Solteiro	296	75%
b) Desquitado, Divorciado, Separado judicialmente	6	2%
c) Casado	60	15%
d) Viúvo	8	2%
e) Outro	24	6%
TOTAL	394	100%

Gráfico 5: Estado civil

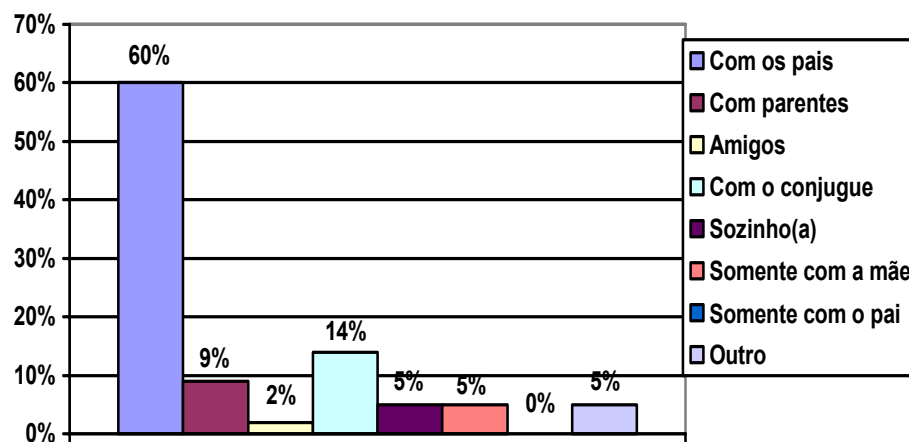


Os sujeitos que assinalaram a opção outro, em sua maioria, vivem com seu conjugue, porém sem possuir o registro de sua união em cartório.

Sobre a questão 6, que enfoca a questão da moradia, a maioria dos freqüentadores (60%) moram com os pais; 14% dos sujeitos moram com seu conjugue; 9% vivem com parentes; 5% moram sozinho (a); 5% moram somente com a mãe; 5% têm outra situação de moradia não contemplada nas alternativas e 0% vivem somente com o pai.

Tabela 6: Com quem você mora?

COM QUEM VOCÊ MORA?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Com os pais	238	60%
b) Com parentes	34	9%
c) Amigos	6	2%
d) Com o conjugue	56	14%
e) Sozinho(a)	18	5%
f) Somente com a mãe	20	5%
g) Somente com o pai	1	0%
h) Outro	21	5%
TOTAL	394	100%

Gráfico 6: Com quem você mora?

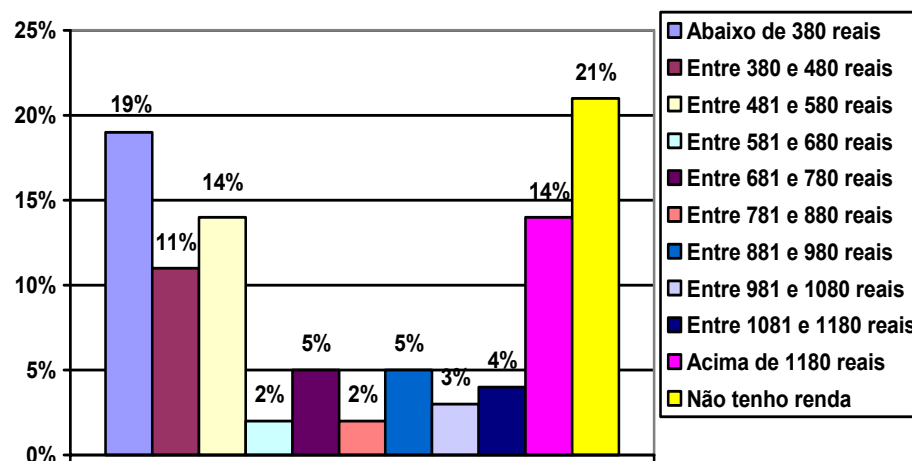
Grande parte dos sujeitos que moram os pais, os quais representam 60% dos freqüentadores, são de estudantes.

Sobre os dados da questão 7, que averigua a renda dos freqüentadores do Bosque, podemos constatar que a maior ocorrência (21%) foi de sujeitos que não possuem renda; 19% possuem renda abaixo de 380 reais; 14% possuem renda entre 481 e 580 reais; 14% possuem renda acima de 1180 reais; 5% na faixa entre 681 e 780 reais; 5% recebem renda entre 881 e 980 reais; 4% têm renda entre 1081 e 1180 reais; 3% possuem renda entre 981 e 1080 reais; 2% possuem renda entre 581 e 680 reais; 2% recebem entre 781 e 880 reais.

Tabela 7: Qual a sua renda?

QUAL A SUA RENDA?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Abaixo de 380 reais	74	19%
b) Entre 380 e 480 reais	42	11%
c) Entre 481 e 580 reais	54	14%
d) Entre 581 e 680 reais	9	2%
e) Entre 681 e 780 reais	20	5%
f) Entre 781 e 880 reais	6	2%
g) Entre 881 e 980 reais	21	5%
h) Entre 981 e 1080 reais	13	3%
i) Entre 1081 e 1180 reais	16	4%
j) Acima de 1180 reais	56	14%
l) Não tenho renda	83	21%
TOTAL	394	100%

Gráfico 7: Qual sua renda?



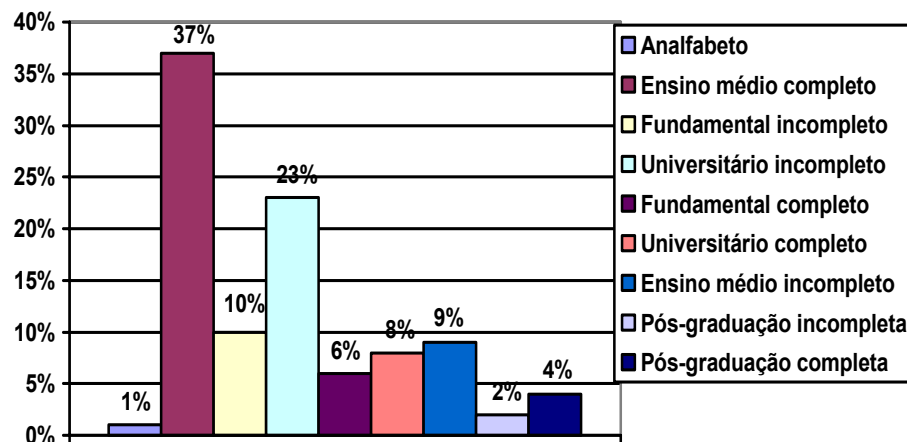
O maior grupo representa os sujeitos que possuem renda. Além disso, é possível analisar com base nos dados gerais desta questão o baixo poder aquisitivo dos frequentadores do Bosque, sugerindo uma significativa ausência de visitantes de uma classe social mais elitista.

Com relação à questão 8, que trata da escolaridade dos frequentadores do Bosque, constatamos que 37% possuem ensino médio completo; 23% possuem nível universitário incompleto; 10% têm nível fundamental incompleto; 9% possuem ensino médio incompleto; 8% possuem nível universitário incompleto; 6% têm nível fundamental completo; 4% possuem pós-graduação completa; 2% têm pós-graduação incompleta e 1% é analfabeto.

Tabela 8: Qual a sua escolaridade?

QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Analfabeto	2	1%
b) Ensino médio completo	144	37%
c) Fundamental incompleto	41	10%
d) Universitário incompleto	90	23%
e) Fundamental completo	25	6%
f) Universitário completo	32	8%
g) Ensino médio incompleto	37	9%
h) Pós-graduação incompleta	9	2%
i) Pós-graduação completa	14	4%
TOTAL	394	100%

Gráfico 8: Qual a sua escolaridade?



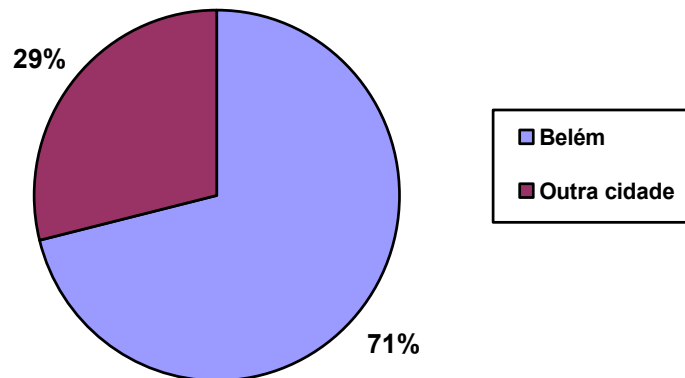
Podemos perceber que apesar do baixo poder aquisitivo, constatado na questão anterior, os sujeitos, em âmbito geral, possui um bom nível de escolaridade, uma vez que os maiores percentuais encontram-se entre aqueles que possuem ensino médio completo, universitário incompleto.

Com relação à cidade de origem dos sujeitos da pesquisa, constatamos que 71% dos freqüentadores são de Belém e 29% são de outras cidades. Nesse grupo, de outras cidades, vale destacar a visita ao bosque de muitas pessoas de cidades do próprio Pará, principalmente cidades vizinhas. Neste grupo, de 29%, também estão inclusos os sujeitos pertencentes a cidades de outros estados e países.

Tabela 9: De onde você é?

DE ONDE VOCÊ É?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Belém	278	71%
b) Outra cidade	116	29%
TOTAL	394	100%

Gráfico 9: De onde você é?



A questão 10 abordou a seguinte pergunta aos sujeitos da pesquisa: em que bairro você mora? Por se tratar de uma pergunta aberta, houve uma grande variedade de bairros registrados, uma vez que muitos visitantes não moram em Belém. Dessa forma, julgou-se pertinente analisar estes dados através da tabulação dos bairros pela divisão político-administrativa de Belém, ou seja, apresentando a

freqüência dos freqüentadores do Bosque através dos Distritos Administrativos do Município de Belém.

Conforme a Lei nº 7.682/94, os Distritos Administrativos do Município de Belém são:

- ⇒ DAMOS – Distrito Administrativo de Mosqueiro
- ⇒ DAOUT – Distrito Administrativo de Outeiro
- ⇒ DAICO – Distrito Administrativo de Icoaraci
- ⇒ DABEN – Distrito Administrativo do Benguí
- ⇒ DAENT – Distrito Administrativo do Entrocamento
- ⇒ DASAC – Distrito Administrativo da Sacramenta
- ⇒ DABEL – Distrito Administrativo de Belém
- ⇒ DAGUA – Distrito Administrativo do Guamá

Abaixo, apresentamos os Distritos Administrativos de Belém, com os seus respectivos bairros e a freqüência absoluta de entrevistados:

Quadro 4: Freqüência absoluta da proveniência dos visitantes, divididos por distritos e seus respectivos bairros

(Continua)

DAMOS	F. ABS.	DOUT	F. ABS.
Baia do Sol		Brasília	
Paraíso		São João do Outeiro	7
Sucurujiguara		Itaiteua	
Cararuara		água Boa	
Marahu			
Carananduba			
São Francisco	4		
Bonfim			
Ariramba			
Murubira			
Porto Arthur			
Chapéu Virado			
Natal do Murubira			
Praia Grande			
Aeroporto	1		
Mangueiras			
Vila			
Maracaja			
TOTAL	5	TOTAL	7

(Conclusão)

DAICO	F. ABS.	DABEN	F. ABS.
àguas Negras	1	Benguí	10
Agulha	1	Cabanagem	3
Campina de Icoaraci	23	Coqueiro	24
Cruzeiro		Parque Verde	5
Maracacuera		Pratinha	4
Paracurí		São Clemente	
Parque Guajará		Tapanã	5
Ponta Grossa		Una	1
Tenoné	9		
TOTAL	34	TOTAL	52
DAENT	F. ABS.	DASAS	F. ABS.
Águas Lindas	10	Barreiro	
Aura	1	Maracangalha	
Castanheira	3	Miramar	
Curió-Utinga	3	Pedreira	32
Guanabara	1	Sacramenta	18
Mangueirão	1	Telégrafo	5
Marambaia	32		
Souza	14		
Val-de-cães	13		
TOTAL	78	TOTAL	55
DABEL	F. ABS.	DAGUA	F. ABS.
Batista Campos	3	Canudos	3
Campina		Condor	3
Cidade velha	1	Cremação	4
Fátima	2	Guamá	11
Marco	40	Jurunas	5
Nazaré	4	Montese(terra firme)	10
Reduto	4	Universitário	
São Brás	2		
Umarizal	8		
TOTAL	64	TOTAL	36
Bairros de Outras cidades	63		

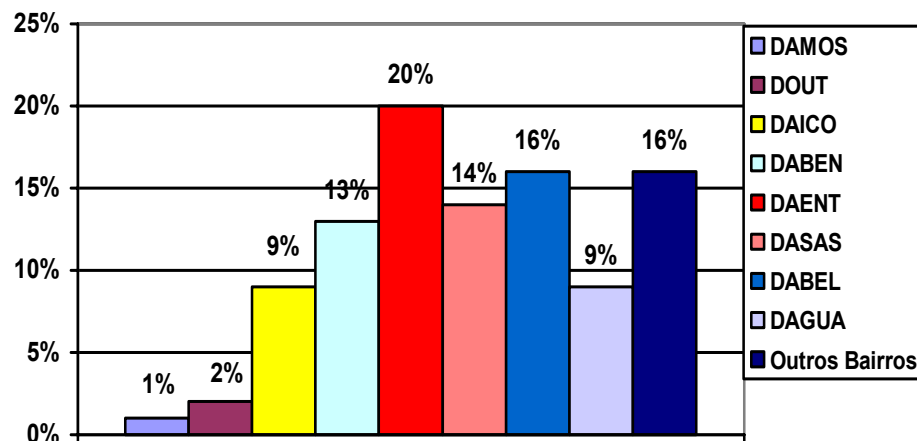
Após a tabulação destes dados, constatou-se que dentre as alternativas apresentadas, que possuiu maior ocorrência dos sujeitos é oriunda do Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT (20%); 16% dos frequentadores do Bosque são oriundos do distrito Administrativo de Belém – DABEL; 16% são de bairros de outras cidades; 14% pertencem ao Distrito Administrativo do Entroncamento; 13% são do Distrito Administrativo do Benguí – DABEN; 9% são

oriundos do Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO; 9% são do Distrito administrativo do Guamá - DAGUA ; 2% são do Distrito administrativo de Outeiro – DAOUT e a minoria pertence ao Distrito Administrativo de Mosqueiro – DAMOS.

Tabela 10: Em que bairro você mora?

EM QUE BAIRRO VOCÊ MORA?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) DAMOS	5	1%
b) DOUT	7	2%
c) DAICO	34	9%
d) DABEN	52	13%
e) DAENT	78	20%
f) DASAS	55	14%
g) DABEL	64	16%
h) DAGUA	36	9%
i) Outros Bairros	63	16%
TOTAL	394	100%

Gráfico 10: Em que bairro você mora?



Vale fazer a ressalva que aproximadamente metade dos 16% dos entrevistados que são oriundos de bairros de outras cidades, pertencem à cidades próximas de Belém, como Ananindeua, Benfica, Marituba, Castanhal, etc. A outra parte se distribui entre freqüentadores pertencentes à cidades mais distantes de Belém e de outros estados e países.

Em síntese, podemos perceber com a tabulação dos dados acerca da caracterização dos sujeitos, que maior ocorrência de freqüentadores consiste em homens, que se consideram de cor parda/morena, na faixa etária entre 15 e 18 anos, de religião católica. O estado civil que obteve mais ocorrências foi o solteiro, baixa renda, destacando-se o nível de escolaridade ensino médio completo. A maior parte dos sujeitos é oriunda da cidade de Belém, sobressaindo-se o Distrito Administrativo do Entroncamento, o qual abrange os seguintes bairros: Águas Lindas, Aurá, Castanheira, Curió-Utinga, Guanabara, Mangueirão, Marambaia, Souza, Val-de-Cães, Barreiro, Maracangalha, Miramar, Pedreira, Sacramento e Telégrafo.

Traçando uma análise comparativa com época do surgimento do Bosque, através do trabalho de Sarges (2002), pode-se perceber que o perfil dos freqüentadores mudou sensivelmente. No período do surgimento do Bosque o perfil dos freqüentadores consistia na classe elitista da cidade, atrelada à economia da borracha naquele momento. Esses freqüentadores eram compostos pelas famílias mais bastadas da cidade, elite de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e grandes seringalistas, oriundos do antigo centro do comercial da cidade. A região onde hoje se localiza o Bosque, no início do século passado ainda era considerada periferia da cidade.

6.1.2 Análise da categoria “Entendimento do Bosque”

As questões desta categoria tiveram como finalidade identificar o que os freqüentadores sabem sobre a história do Bosque, associando à importância do espaço para os próprios sujeitos da pesquisa. Objetivou-se aqui saber se os freqüentadores conhecem de fato (questão histórica) o local que freqüentam e também perceber como estes indivíduos significam a importância do Bosque para si.

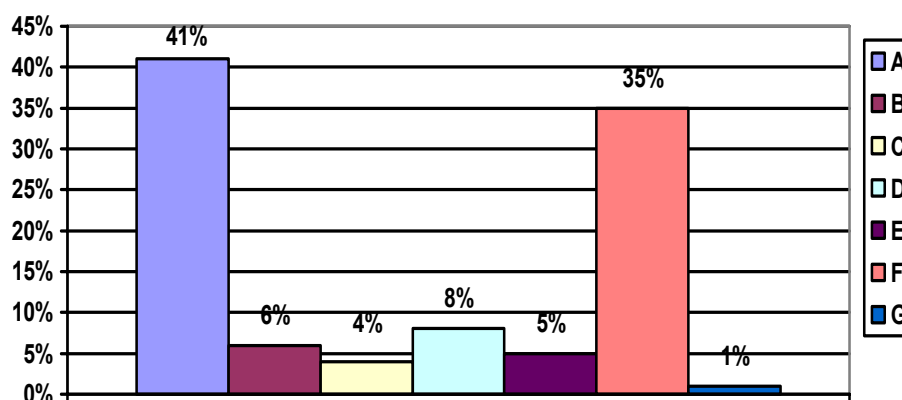
Com relação à questão 11, que perguntou aos sujeitos da pesquisa, que informações históricas estes possuíam sobre o Bosque, 41% sabem que o Bosque surgiu em decorrência do ciclo da borracha na Amazônia no fim do século XIX; 35% assinalaram não ter nenhuma informação sobre o histórico do Bosque; 8% sabem que em 1906 o Bosque Municipal do Marco da Léguas, passou a denominar-se Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao Presidente da República; 6% sabem que o atual Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia foi criado

inicialmente com o nome de Bosque Municipal do Marco da Légua; 5% têm conhecimento que o Chalé de ferro pertencia a sociedade Beneficente Portuguesa; 4% sabem que Bosque foi inspirado pelo “Bois Bolonge”, um tradicional logradouro parisiense; apenas 1% dos entrevistados disseram ter outras informações sobre o histórico do Bosque, as quais não constam no questionário.

Tabela 11: Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquela que você conhece

DAS INFORMAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DO BOSQUE, MARQUE AQUELAS QUE VOCÊ CONHECE:	F. ABS.	F. REL. (%)
a) O Bosque surgiu em decorrência do ciclo da borracha na Amazônia no fim do século XIX	163	41%
b) O atual Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia foi criado inicialmente com o nome de Bosque Municipal do Marco da Légua	24	6%
c) O Bosque foi inspirado pelo “Bois Bolonge”, um tradicional logradouro parisiense.	15	4%
d) Em 1906 o Bosque Municipal do Marco da Légua, passou a denominar-se Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao Presidente da República.	30	8%
e) O Chalé de ferro pertencia a sociedade Beneficente Portuguesa.	18	5%
f) Não tenho informações	139	35%
g) Outro	5	1%
TOTAL	394	100%

Gráfico 11: Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquela que você conhece.



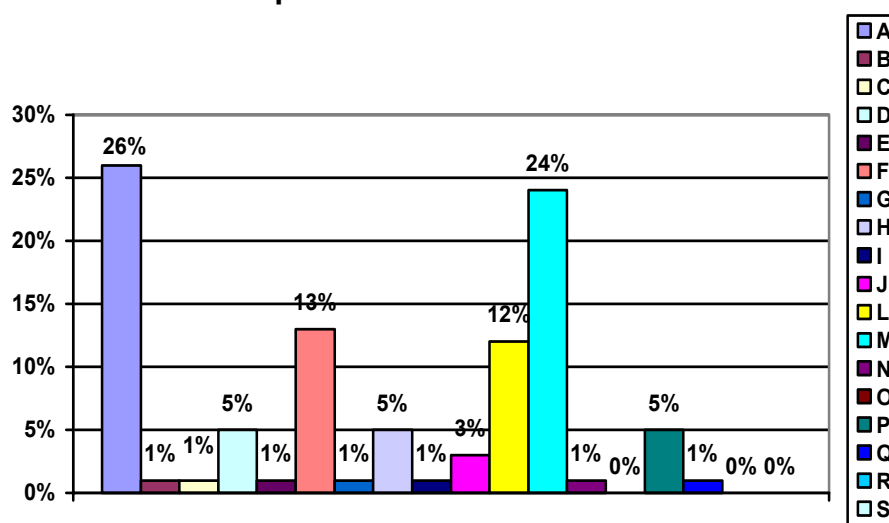
Muitos entrevistados comentaram, no ato desta questão, sobre como o pouco conhecimento a respeito à história da Amazônia, problematizando a educação básica regional. Foi deixado claro que apesar de a história da Amazônia fazer parte do conteúdo programático aplicado no ensino fundamental e médio, a atenção direcionada a esta temática, na região, ainda é tratada com bastante displicência pela Secretária de Educação do Estado e Município no aspecto macro e nas escolas no âmbito micro. Contudo, outra problemática que emergiu com a pesquisa foi observar que o próprio Bosque negligência aos seus visitantes informações sobre sua própria história. No Bosque não é possível encontrar nenhum guia para acompanhar os frequentadores, apresentar o espaço, falar de sua flora, fauna e de sua história. A maior parte das atividades que a instituição desenvolve é para o público infantil, enquanto a maior parte dos seus visitantes, que são formados por adolescentes e adultos, não dispões de atividades para sua faixa etária.

Ao ser questionado, na questão 12, sobre a importância do Bosque para a cidade de Belém, a alternativa de maior ocorrência opinou assinalando que o Bosque é um espaço de lazer (26%); 24% pensam que o Bosque é importante por ser um espaço de preservação do verde; 13% consideram o Bosque um espaço de descanso/passatempo/reflexão; 12% consideram o bosque importante por ser um patrimônio histórico; 5% concordam que o Bosque é importante por ser um espaço cultural; 5% acreditam ser importante por ser um espaço turístico; 5% acreditam ser um importante espaço de preservação animal; 3% acham importante por ser uma espaço educativo; 1% pensa que é uma floresta sem utilidade; 1% acha um importante local de pesquisa; 1% considera importante por ser uma espaço religioso; 1% opinou ser importante no auxílio ao controle de poluição do ar; 1% pensa ser um importante espaço de diversão; 1% acredita ser importante na diminuição do calor; 1% é um importante para decoração da cidade; 0% acha importante por auxiliar no controle do vento; 0% acha importante por oferecer oportunidade de trabalho e 0% atribuiu outro elemento que torna o Bosque importante para a cidade de Belém.

Tabela 12: Em sua opinião qual a importância do Bosque para cidade de Belém?

EM SUA OPINIÃO QUAL A IMPORTÂNCIA DO BOSQUE PARA A CIDADE DE BELÉM?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Local de lazer	105	26%
b) Floresta sem utilidade	2	1%
c) Espaço religioso	3	1%
d) Espaço cultural	19	5%
e) Local de pesquisa	5	1%
f) Espaço de descanso/ passatempo/ reflexão	51	13%
g) Controle da poluição do ar	5	1%
h) Ponto turístico	21	5%
i) Espaço de diversão	2	1%
j) Espaço educativo	12	3%
l) Patrimônio Histórico	48	12%
m) Espaço de preservação do verde	97	24%
n) Diminuição do calor	2	1%
o) Controle do vento	1	0%
p) Espaço de preservação animal	19	5%
q) Decoração da cidade	2	1%
r) Oportunidade de trabalho	0	0%
s) Outro	0	0%
TOTAL	394	100%

Gráfico 12: Em sua opinião qual a importância do Bosque para cidade de Belém?



Pode-se perceber com os dados desta questão, que grande parte dos sujeitos da pesquisa considera o Bosque um importante espaço de lazer, além de representar um espaço de preservação do verde. Com relação a este último dado, mesmo constatando que os sujeitos acreditem que o Bosque é importante na preservação da flora, foram observadas várias formas de maus tratos que a flora sofre por boa parte dos freqüentadores, como lixo atirado entre as plantas e pessoas caminhando sobre os canteiros pisoteando a vegetação mais baixa. Durante a coleta de dados, foi possível examinar diferentes formas de visualização e percepção da natureza, através da heterogeneidade de comportamentos observados.

Ao fim da tabulação dos dados desta categoria foi possível constatar que metade dos entrevistados não possui nenhum conhecimento sobre o histórico do Bosque, assim como a maior ocorrência de sujeitos atribui como importância do Bosque para a cidade de Belém o fato de ser um local de lazer.

No momento do surgimento do Bosque, a criação de áreas verdes como este, buscava uma vida saudável, com objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas e intensificar a relação entre o homem e natureza. A criação do Bosque e outros parques, naquele momento, funcionavam como instrumento que dificultasse a ação predatória do homem sobre a natureza. Segundo Matos (1999), havia uma preocupação, por partes dos dirigentes locais melhorarem o conforto ambiental urbano. Neste momento já era possível perceber que a natureza não poderia ser compreendida como matéria mensurável, passível apenas de análise quantitativa, mas passava a adquirir um valor subjetivo, uma vez que materializavam também representações culturais e históricos.

6.1.3 Análise da categoria “Percepção de tempo passado, presente e futuro do Bosque”

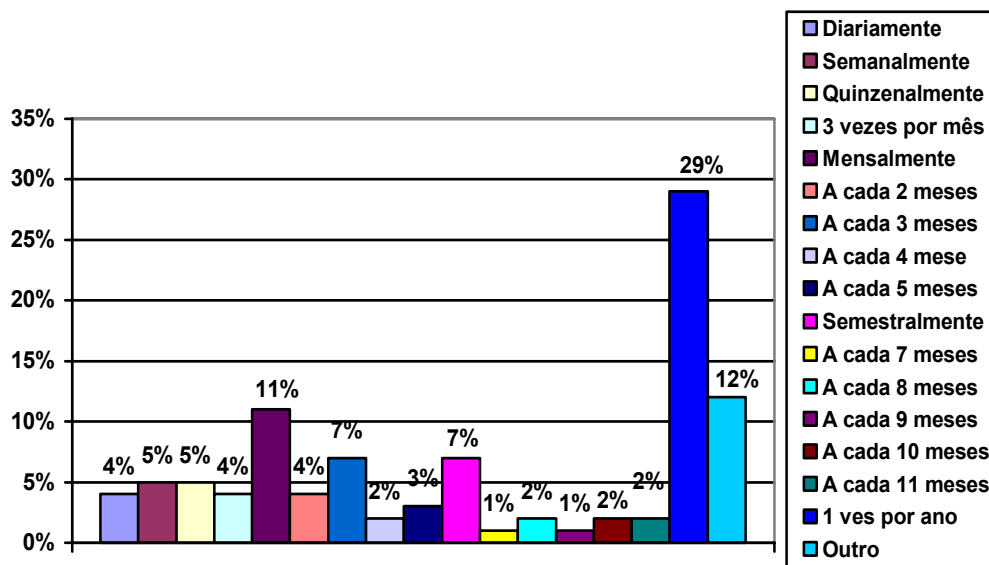
Nesta categoria procuramos conhecer a compreensão dos entrevistados sobre o Bosque, com base nas “esferas de tempo” passado, presente e futuro. Para isso, construímos questões referentes à: freqüência com que os freqüentadores visitam o espaço durante o ano, lembranças das visitas ao Bosque, quem levava ao Bosque, a opinião se o bosque mudou para melhor ou pior e suas respectivas contribuições positivas e negativas para os freqüentadores, e como Bosque poderá estar daqui a 10 anos.

A questão 13 procurou averiguar com qual freqüência os visitantes do Bosque o freqüentam. De acordo com os dados coletados, pode-se perceber que a maior ocorrência (29%), dentre as alternativas, foi de freqüentadores que visitam o espaço 1 vez por ano; 12% disseram que freqüentam no espaço de tempo não contemplado pelas alternativas; 11% visitam mensalmente o Bosque; 7% a cada 3 meses; 7% semestralmente; 5% semanalmente; 5% quinzenalmente; 4% diariamente; 4% 3 vezes por mês; 3% a cada 5 meses; 2% a cada 4 meses; 2% a cada 8 meses; 2% a cada 10 meses; 2% A cada 11 meses; 1% a cada 7 meses e 1% disse freqüentar o Bosque a cada 9 meses.

Tabela 13: Freqüência de visita

FREQÜÊNCIA DE VISITA	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Diariamente	16	4%
b) Semanalmente	19	5%
c) Quinzenalmente	18	5%
d) 3 vezes por mês	16	4%
e) Mensalmente	44	11%
f) A cada 2 meses	17	4%
g) A cada 3 meses	28	7%
h) A cada 4 meses	6	2%
i) A cada 5 meses	12	3%
j) Semestralmente	27	7%
l) A cada 7 meses	5	1%
m) A cada 8 meses	6	2%
n) A cada 9 meses	3	1%
o) A cada 10 meses	6	2%
p) A cada 11 meses	8	2%
q) 1 vez por ano	116	29%
r) Outro	47	12%
TOTAL	394	100,00%

Gráfico 13: Freqüência de visita

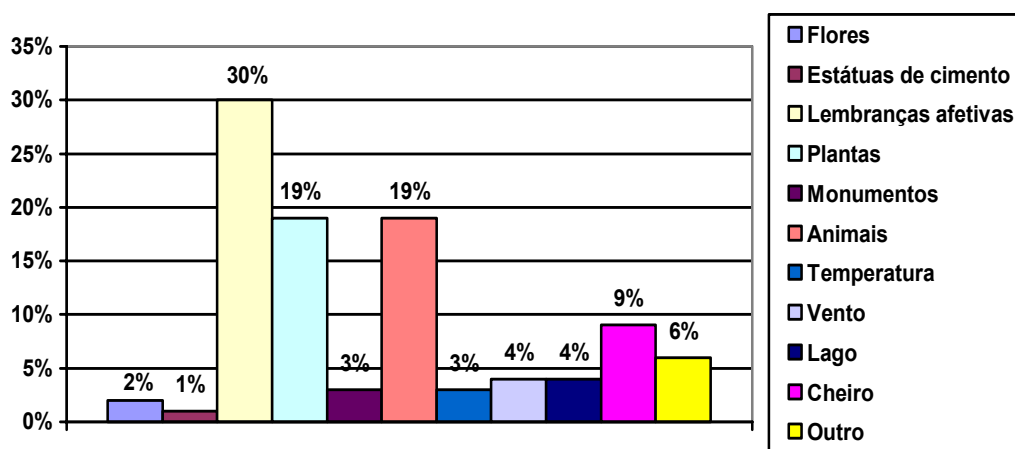


Nesta questão, ficou notório que o Bosque poderia possuir uma estratégia de atração de visitantes melhor trabalhada, já que a maioria dos entrevistados freqüenta o Bosque apenas 1 vez por ano. Também considera-se importante registrar que os 12%, que disseram freqüentar o bosque com uma freqüência não contemplada nas alternativas, revelaram ou visitar o Bosque pela primeira vez ou visitar o local num espaço de tempo superior a 1 ano. Vale aqui, reafirmar a ausência de programação para adultos, já que a maior parte das atividades desenvolvidas é para as crianças, quando quem visita em maior número são adolescentes e adultos.

Quando questionados sobre que lembranças os freqüentadores possuem sobre suas visitas ao Bosque, a maior ocorrência (30%) respondeu possuir lembranças afetivas; 19% disseram lembrar das plantas; 19% lembram dos animais; 9% lembram do cheiro do Bosque; 6% disseram ter outro tipo de lembrança não contemplada nas alternativas; 4% lembram do vento; 4% lembram do lago; 3% lembram dos monumentos; 3% recordam da temperatura agradável; 2% lembram das flores e 1% lembra das estátuas de cimento.

Tabela 14: Que lembranças você tem das suas visitas ao Bosque?

QUE LEMBRANÇA VOCÊ TEM DE SUAS VISITAS AO BOSQUE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Flores	7	2%
b) Estátuas de cimento	5	1%
c) Lembranças afetivas	124	30%
d) Plantas	73	19%
e) Monumentos	11	3%
f) Animais	73	19%
g) Temperatura	12	3%
h) Vento	14	4%
i) Lago	14	4%
j) Cheiro	37	9%
l) Outro	24	6%
TOTAL	394	100%

Gráfico 14: Que lembranças você tem das suas visitas ao Bosque?

Com base nestes dados, foi possível constatar que a maior ocorrência de sujeitos possui uma ligação emocional com o Bosque, já que este espaço faz parte de momentos importantes de suas vidas como os passeios na infância, momentos de celebração familiar, relações amorosas dentre outros. Entre os 6% que disseram ter outro tipo de lembrança encontram-se aqueles que estão visitando pela primeira vez o Bosque ou que visitaram o Bosque quando muito crianças e passaram muito tempo sem frequentar ao ponto de não guardar nenhuma recordação. Por isto, vale destacar aqui o Bosque como espaço de celebração, uma vez que esta área verde,

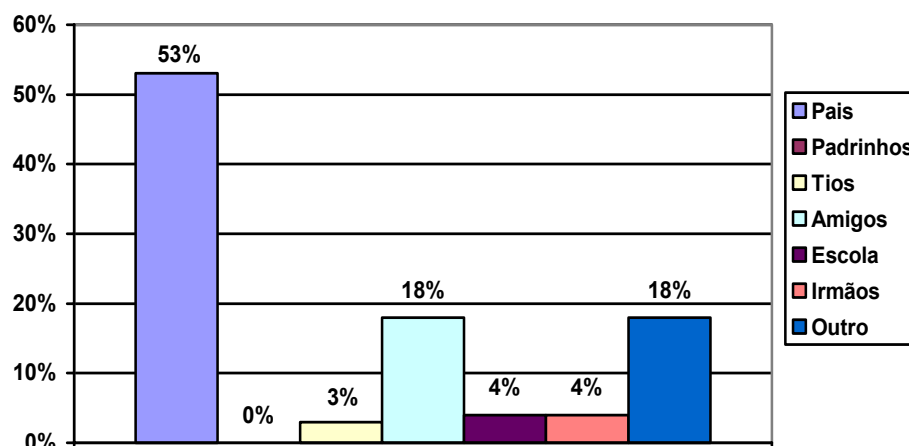
funciona como um espaço de comunhão para as diferentes “tribos urbanas” que o freqüentam, provocando diferentes experiências e formas de socialidade.

Na questão 15, ao serem questionados sobre quem os levava ao Bosque, a maioria dos sujeitos da pesquisa (53%) disseram ter sido levados pelos pais; 18% foram levados por amigos; 18% foram levados por outros indivíduos não mencionados nas alternativas; 4% foram levados por irmãos; 4% foram levados pela escola; 3% foram com os tios e 1% conheceu através de padrinhos.

Tabela 15: Quem levava você ao Bosque?

QUEM LEVAVA VOCÊ AO BOSQUE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Pais	214	53%
b) Padrinhos	1	0%
c) Tios	11	3%
d) Amigos	69	18%
e) Escola	15	4%
f) Irmãos	14	4%
g) Outro	70	18%
TOTAL	394	100%

Gráfico 15: Quem levava você ao Bosque?



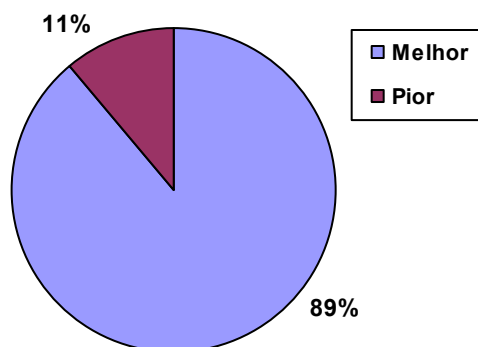
Os sujeitos que representam os 18% que foram levados ao Bosque por outros indivíduos não mencionados nas alternativas, enquadram-se nas pessoas que foram levadas por namorados, conjugues, filhos, foram sozinhos e aqueles que estavam conhecendo o espaço pela primeira vez. E na ausência de guias e falta programações para apresentar o espaço e sua relevância aos visitantes, para a conscientização ambiental, o sujeitos acabam estabelecendo relações de caráter mais emocional, levando-se em consideração as situações em que freqüentam e as companhias, que faz com que a relação com o Bosque, quando ocorre, não esteja em primeiro plano.

Quando questionados (questão 16) se o Bosque mudou para melhor ou pior, 89% dos freqüentadores responderam que o Bosque mudou para melhor e 11% acredita que o bosque mudou para pior.

Tabela 16: Você acha que o Bosque mudou para melhor ou pior?

VOCÊ ACHA QUE O BOSQUE MUDOU PARA:	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Melhor	352	89%
b) Pior	42	11%
TOTAL	394	100%

Gráfico 16: Você acha que o Bosque mudou para: melhor ou pior?



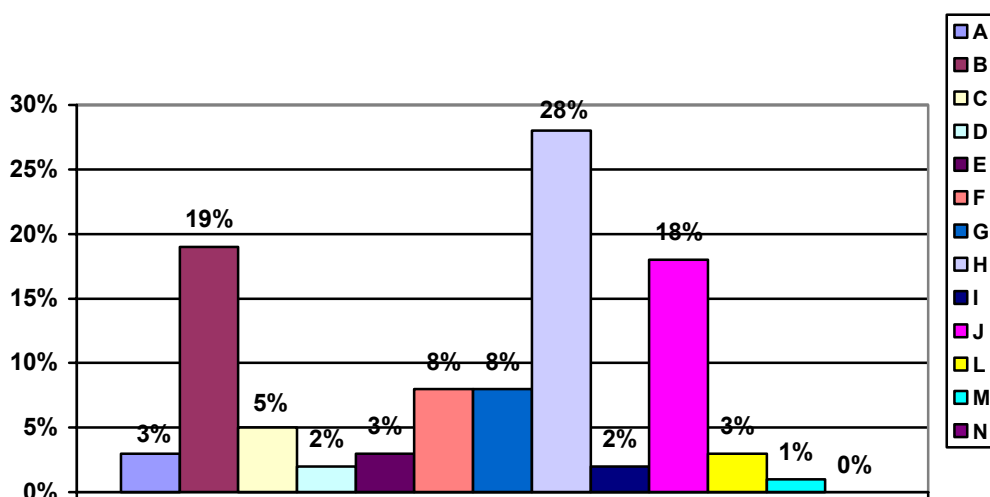
Cabe nesta questão retomar a questão das reformas sofridas pelo Bosque e problematizar a postura política dos tomadores de decisão. De acordo com o capítulo teórico desenvolvido sobre o Bosque, destacamos os seguintes períodos em que ocorreram reformas: entre 1900 e 1903, em 1984, 1985, 1988, 1995, 1997, além de ter sofridos melhoramentos esporádicos desde sua origem até o dia de hoje. Pode-se perceber que há grande distancia temporal entre algumas reformas, o que nos leva a deduzir que esses melhoramentos, que deveriam ser uma preocupação constante dos governantes, configuram-se apenas como estratégia política para obter apoio da população, menosprezando-se a necessidade de investir em espaços como este, fundamentais para efetividade de políticas públicas.

Na questão 17, perguntamos aos entrevistados, que responderam na questão 16 que o Bosque mudou para melhor, quais contribuições positivas o bosque oferece para os seus freqüentadores. A alternativa de maior ocorrência foi de freqüentadores de freqüentadores (28%) consideram que o Bosque contribui para a conscientização sobre a problemática ambiental; 19% acham que o Bosque representa um acréscimo de atividades de lazer na cidade; 18% consideram que o Bosque contribui com a cidade por ser um espaço de descanso/ passatempo/ reflexão; 8% consideram um espaço de atração para turistas; 8% acham um importante espaço de práticas educativas; 5% dizem que contribuem para o enriquecimento estético-urbanístico da área; 3% dizem que contribui aumentando a oportunidade de trabalho; 3% pensam que o Bosque auxilia na ventilação da área; 3% acreditam que auxilia na diminuição da poluição do ar da cidade; 2% dizem que o Bosque diminui o calor da vizinhança; 2% acreditam que o espaço contribui para a pesquisa científica; 1% pensa que auxilia na diminuição da criminalidade e ninguém (0%) deu outro tipo de contribuição, além daquelas mencionadas entre as alternativas.

Tabela 17: Que contribuições positivas o Bosque oferece para os seus freqüentadores?

QUE CONTRIBUIÇÕES POSITIVAS O BOSQUE OFERECE PARA OS FREQUENTADORES?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Aumento de oportunidade de trabalho	12	3%
b) Acréscimo de atividades de lazer	67	19%
c) Enriquecimento estético-urbanístico da área	18	5%
d) Diminuição do calor na vizinhança	6	2%
e) Aumenta a ventilação na área	9	3%
f) Espaço de atração de turistas	30	8%
g) Espaço de práticas educativas	29	8%
h) Contribui para a conscientização sobre a problemática ambiental	98	28%
i) Contribui para a pesquisa científica	6	2%
j) Espaço de descanso/ passatempo/ reflexão para os freqüentadores do bosque	65	18%
l) Ajuda na diminuição da poluição do ar na cidade	9	3%
m) Diminui a criminalidade	4	1%
n) Outra	0	0%
TOTAL	353	100%

Gráfico 17: Que contribuições positivas o Bosque oferece para os seus freqüentadores?



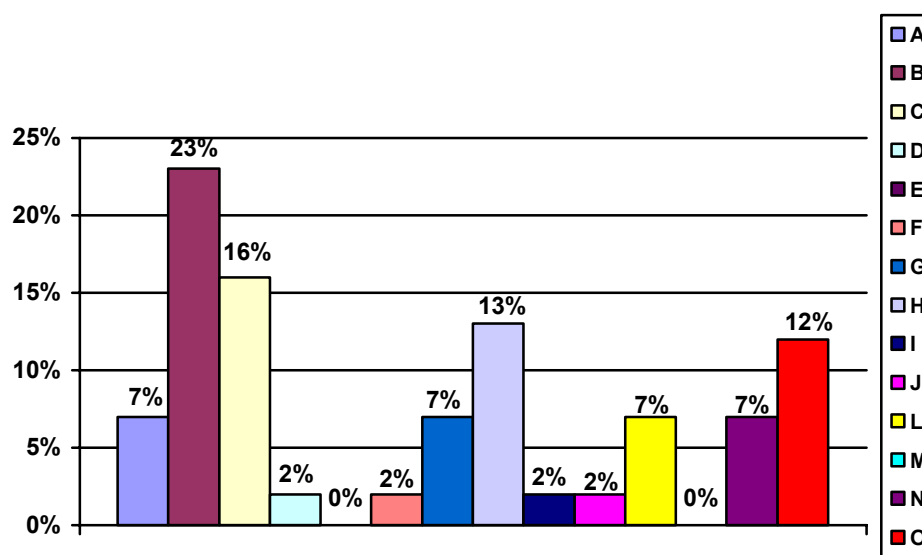
Durante a coleta de dados nesta questão, alguns entrevistados comentaram outras contribuições positivas do Bosque para os freqüentadores, como a possibilidade de realizar cultos religiosos para pequenos grupos. Além disso, muitos freqüentadores mencionaram a função terapêutica do Bosque, uma vez que quando estão com problemas de ordem profissional ou pessoal, a fuga para este local ajuda demasiadamente na busca pela tranquilidade e sobriedade na solução de problemas. Mais uma vez merece destaque o aspecto emocional das pessoas que freqüentam o Bosque. Através da coleta de dados, foi possível observar inúmeras subjetividades que levam as pessoas a procurarem o Bosque. E dentre elas sobressai-se o caráter emocional, e apesar de, em outras questões, ser possível observar uma representatividade de sujeitos preocupados com a questão ambiental, o que menos se constata são visitas voltadas para conhecer a natureza do local, no caráter ambiental.

Na questão 18, perguntamos aos entrevistados, que responderam na questão 16 que o Bosque mudou para pior que consequência negativa o bosque provoca aos freqüentadores. A maior ocorrência, dentre as alternativas apresentadas aos dos sujeitos da pesquisa (23%) acreditam que houve no bosque decréscimo de atividades de lazer; 16% pensam que o Bosque representa empobrecimento estético-urbanístico da área; 13% dizem que o espaço não contribui para a pesquisa científica; 12% deram outras consequências negativas, não mencionadas entre as alternativas; 7% consideram que o Bosque diminui a oportunidade de trabalho; 7% acham que este espaço não contribui para conscientização sobre a problemática ambiental; 7% acreditam que o bosque aumenta a criminalidade; 7% acusam o espaço por aumentar a quantidade de lixo; 2% pensam que o Bosque aumenta o calor da vizinhança; 2% acreditam que o bosque representa espaço de repulsão de turistas; 2% acham que este local deixa as pessoas estressadas; 2% opinaram que o Bosque contribui com o aumento da poluição do ar na cidade; ninguém (0%) assinalou que o Bosque diminui a ventilação da área, assim como ninguém (0%) também assinalou que o bosque contribui negativamente para os seus freqüentadores com a poluição visual - excesso de árvores.

Tabela 18: Que conseqüência negativa o Bosque provoca aos freqüentadores?

QUE CONSEQÜÊNCIA NEGATIVA O BOSQUE PROVOCA AOS FREQÜENTADORES?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Diminuição de oportunidade de trabalho	3	7%
b) Decréscimo de atividades de lazer	9	23%
c) Empobrecimento estético-urbanístico da área	6	16%
d) Aumento do calor na vizinhança	1	2%
e) Diminui a ventilação na área	0	0%
f) Espaço de repulsão de turistas	1	2%
g) Não contribui para conscientização sobre a problemática ambiental	3	7%
h) Não contribui para a pesquisa científica	5	13%
i) Deixa as pessoas estressadas	1	2%
j) Contribui com o aumento da poluição do ar na cidade	1	2%
l) Aumenta a criminalidade	3	7%
m) Poluição visual - Excesso de arvores	0	0%
n) Aumenta a quantidade de lixo	3	7%
o) Outra	5	12%
TOTAL	41	100%

Gráfico 18: Que conseqüência negativa o Bosque provoca aos freqüentadores?



Outros comentários mencionados durante a aplicação desta questão diziam respeito aos poucos acessos disponíveis no local. A entrada pelo portão da Travessa Perebebuí é autorizada apenas para funcionários ou para visitantes que estejam executando alguma atividade extraordinária (visitas para atividades

educativas; atividades esportivas etc.), com solicitação prévia mediante ofício junto à administração do Bosque. Dessa forma, o acesso, com bilheteria, se concentra na Avenida Almirante Barroso. Muitos pais reclamaram por diversas vezes na bilheteria o desconforto de ter que andar por vários metros debaixo do sol quente com crianças pequenas, uma vez que não há estacionamento na Avenida Almirante Barroso.

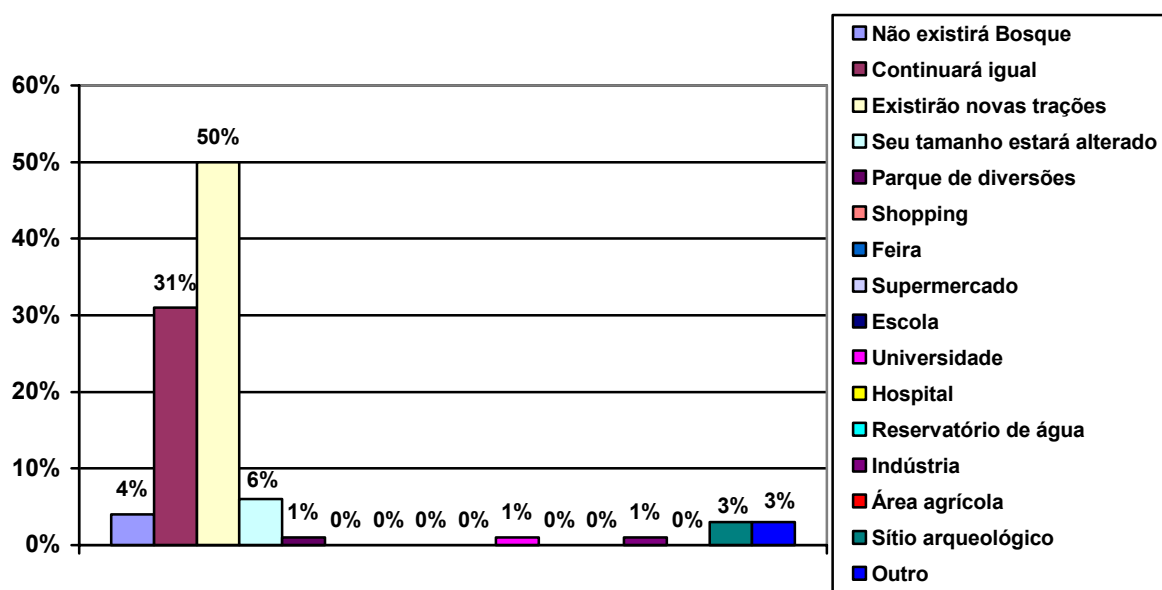
Outra crítica levantada constantemente é acerca da diminuição do número de animais no Bosque, que, com o passar dos anos, vem diminuindo sensivelmente, como os poraquês que morreram há alguns anos e não foram repostos no local, alguns peixes ornamentais que morreram e não foram substituídos no aquário, dentre outras espécies. Por fim, outro questionamento que vale registrar é a pouca quantidade de restaurantes no Bosque, como também as péssimas condições de higiene de alguns estabelecimentos na área alimentícia já instalados.

Novamente é válido retomar a discussão sobre a necessidade de se discutir a necessidade de tornar as políticas ambientais mais efetivas, assim como a necessidade, no caso específico do Bosque, de se preocupar mais com a manutenção do espaço. E quando falo em manutenção, não quero dizer que necessariamente o Bosque deve ser mantido tal como é atualmente, mas sim cuidar, manter, implementando melhoras sempre que possível.

Na questão 19 os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre como imaginam o Bosque daqui a 10 anos. Metade (50%) acreditam que existirão novas atrações; 31% acham que o Bosque continuará igual; 6% acreditam que seu tamanho estará alterado; 4% pensam que não existirá Bosque; 3% acreditam que será um sítio arqueológico; 3% acreditam que o Bosque será algo, que não foi mencionado entre as alternativas; 1% acredita que o local se tornará um parque de diversões; 1% pensa que o local será uma universidade; 1% acha que será uma indústria; 0% pensa que o Bosque se tornará uma escola; 0% acredita que será uma feira; 0% opinou que será um shopping; 0% pensa que será um supermercado; 0% pensa que será um hospital; 0% será um reservatório de água e 0% acha que será uma área agrícola.

Tabela 19: Como você imagina que estará o Bosque daqui a 10 anos?

COMO VOCÊ IMAGINA QUE ESTARÁ O BOSQUE DAQUI A 10 ANOS	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Não existirá Bosque	16	4%
b) Continuará igual	123	31%
c) Existirão novas atrações	193	50%
d) Seu tamanho estará alterado	25	6%
e) Parque de diversões	4	1%
f) Shopping	1	0%
g) Feira	1	0%
h) Supermercado	0	0%
i) Escola	1	0%
j) Universidade	4	1%
l) Hospital	1	0%
m) Reservatório de água	0	0%
n) Indústria	2	1%
o) Área agrícola	0	0%
p) Sítio arqueológico	12	3%
q) Outro	11	3%
TOTAL	394	100%

Gráfico 19: Como você imagina que estará o Bosque daqui a 10 anos?

A alternativa de maior destaque foi de frequentadores do Bosque que acreditam que daqui a 10 anos existirão novas atrações (50%) criticaram a falta de atrações novas, assim como alguns reparos que se fazem necessários como, por exemplo, o parque infantil que possui alguns brinquedos danificados e que expõe as crianças aos riscos de se machucarem. Além do problema da manutenção que

surge mais uma vez, o qual se vincula a necessidade de ocorrer um planejamento metódico de ações pró-ambientais, emerge a urgência em se trabalhar uma fiscalização mais eficiente, que busque evitar desvios e entraves na aplicação de legislação ambiental e estratégias institucionais.

Após analisar os dados da categoria “percepção de tempo passado, presente e futuro do Bosque”, foi possível constatar que a maior frequência de visita que ocorreu mais entre os entrevistados foi de 1 vez por ano. O maior número de sujeitos também destacou como principal lembrança das visitas ao Bosque as lembranças afetivas, sendo que a maioria destes visitantes eram levados ao Bosque pelos pais. Foi possível perceber também nesta categoria que, segundo os visitantes do Bosque mudou para melhor, configurando-se como maior contribuição positiva do Bosque para os seus frequentadores o fato de ajudar na conscientização sobre a problemática ambiental. Na perspectiva de tempo futuro, os frequentadores imaginam que existirão novas atrações no Bosque daqui a 10 anos.

Através do trabalho de Sarges (2002), percebe-se que na época do surgimento do Bosque as pessoas o frequentavam mais vezes durante o ano, diferente do que ocorre atualmente. Essa diferença se dá pelo fato do Bosque no momento do seu surgimento ser uma grande novidade da modernidade, no fim do século XIX e início do século XX. Certamente durante o período do seu surgimento o Bosque marcou afetivamente seus visitantes e de acordo com Sarges (2002) é possível deduzir que no imaginário da população local, no contexto de sua criação, o Bosque seria um espaço muito valorizado futuramente, habitado pelas classes ricas da cidade, comparável aos atuais condomínios fechados de luxo que possuímos hoje na cidade, destacando-se neste caso a importância desta área verde para a conscientização das pessoas, com relação a necessidade de bons tratamentos com a natureza.

6.1.4 Análise da categoria “Atitudes em relação à conservação do Bosque”

Nesta categoria, as questões procuraram o entendimento dos frequentadores sobre a conservação do Bosque. Os entrevistados foram questionados com as seguintes perguntas: Quem é responsável pela conservação do Bosque?, Como você acha que pode ajudar na conservação do Bosque? Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?, Você tem acesso à alguma informação

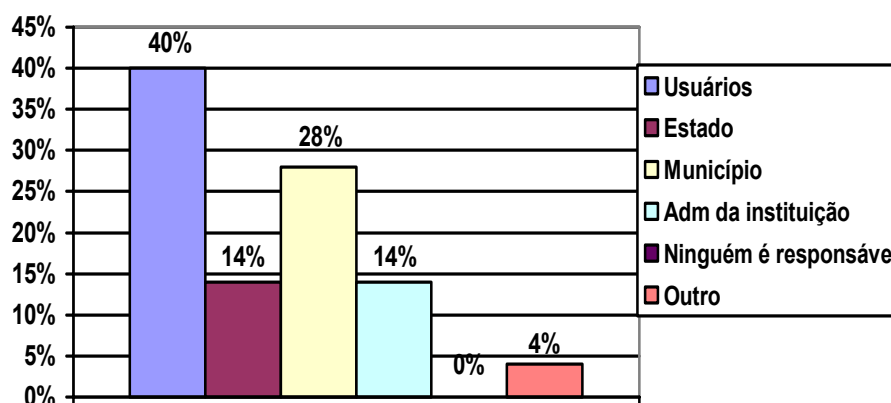
sobre a programação do Bosque? Onde?, Você participa de algum programa ou grupo empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade? E por fim, você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental, por exemplo, ONG?

Na questão 20, os freqüentadores do Bosque foram questionados sobre quem seria responsável pela conservação do bosque em Belém. A maior ocorrência dos entrevistados (40%) acreditam que o principal responsável pela conservação do local é o próprio usuário. 28% pensam que o responsável é o Município; 14% acreditam ser o Estado; 14% acusaram a própria administração da instituição; 4% disseram ser outro o responsável, não mencionado entre as alternativas e 0% acredita que ninguém é responsável pela conservação do Bosque.

Tabela 20: Quem é responsável pela conservação do Bosque em Belém?

QUEM É RESPONSÁVEL PELA CONSERVAÇÃO DO BOSQUE EM BELÉM?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Usuários	153	40%
b) Estado	57	14%
c) Município	111	28%
d) Administração da instituição	57	14%
e) Ninguém é responsável	1	0%
f) Outro	15	4%
TOTAL	394	100%

Gráfico 20: Quem é responsável pela conservação do Bosque em Belém?



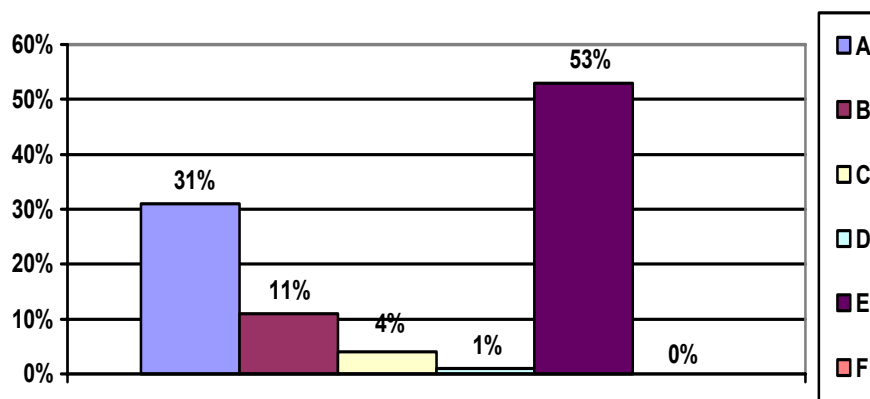
Apesar de, nesta questão, ter sido constatado que a maior ocorrência de entrevistados acredita que o responsável pela conservação do Bosque em Belém é próprio usuário, os próprios sujeitos da pesquisa entraram em contradição na prática. Durante o preenchimento do questionário, vários freqüentadores não jogaram o lixo em local inapropriado, assim como muitos andavam por cima dos canteiros, danificando plantas.

Quando questionados, na questão 21, sobre como poderiam ajudar na conservação do Bosque, a maioria dos freqüentadores (53%) acredita que pode ajudar conscientizando outras pessoas sobre a importância da conservação do espaço; 31% acham que podem ajudar não jogando lixo em locais impróprios; 11% pensam que podem ajudar não destruindo a vegetação; 4% opinaram que podem ajudar não maltratando os animais; 1% alegou que não pode ajudar e 0% disse que podem ajudar de outra forma, não contemplada nas alternativas.

Tabela 21: Como você acha que pode ajudar na conservação do Bosque?

COMO VOCÊ ACHA QUE PODE AJUDAR NA CONSERVAÇÃO DO BOSQUE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Não jogando lixo em locais impróprios	119	31%
b) Não destruindo a vegetação	41	11%
c) Não maltratando os animais	16	4%
d) Não posso ajudar	3	1%
e) Conscientizando outras pessoas sobre a importância da conservação do espaço	208	53%
f) Outro	1	0%
TOTAL	388	100%

Gráfico 21: Como você acha que pode ajudar na conservação do Bosque?

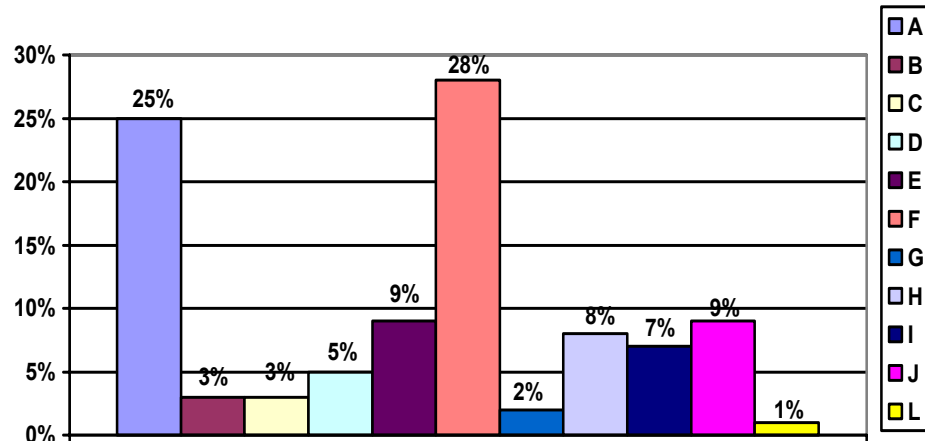


Nesta questão houve bastante contradição. Embora a maioria absoluta dos entrevistados tenha assinalado que podem ajudar o Bosque conscientizando outras pessoas sobre a importância da conservação do espaço (53%), muitos entrevistados se mostraram resistentes durante a aplicação do questionário.

Na questão 22, ao serem questionados sobre em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém, a maior ocorrência dos entrevistados (28%) acreditam que o Bosque pode ajudar no aumento da conscientização do agravamento dos problemas ambientais; 25% pensam que o Bosque pode oferecer novas atrações de lazer; 9% acham que o local pode aumentar a atração de turistas; 9% acreditam que o Bosque pode auxiliar na reprodução de espécies vegetais; 8% pensam que pode ajudar através do salvamento e reprodução de animais em extinção; 7% opinaram que ajuda no aumento da valorização da cultura regional; 5% acreditam que ajuda na dispersão de poluentes; 3% dizem que pode diminuir o calor da vizinhança em volta do Bosque; 3% auxiliam no aumento de oportunidade de trabalho; 2% acreditam que pode ajudar em novas descobertas científicas e 1% diz que o Bosque pode contribuir de outra forma, não mencionada entre as alternativas.

Tabela 22: Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?

EM QUE O BOSQUE PODE TRAZER MELHORAS PARA A CIDADE DE BELÉM?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Oferecer novas atrações de lazer	98	25%
b) Aumento de oportunidade de trabalho	10	3%
c) Diminuir o calor da vizinhança em volta do bosque	12	3%
d) Auxiliar na dispersão de poluentes	18	5%
e) Aumentar a atração de turistas	34	9%
f) Ajudar no aumento da conscientização do agravamento dos problemas ambientais	114	28%
g) Novas descobertas da pesquisa científica	6	2%
h) Salvamento e reprodução de animais em extinção	32	8%
i) Aumento da valorização da cultura regional	29	7%
j) Reprodução de espécies vegetais	36	9%
l) Outro	5	1%
TOTAL	394	100%

Gráfico 22: Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?

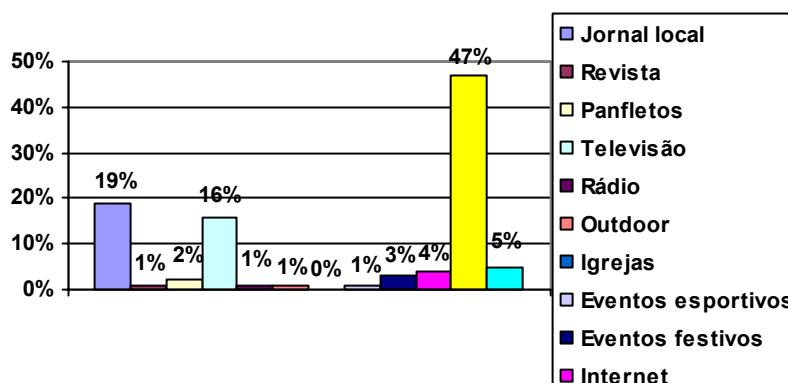
Aqui vale a observação que embora a maior ocorrência de sujeitos da pesquisa (28%) acreditem o Bosque possa contribuir positivamente para a cidade de Belém, ajudando no aumento da conscientização do agravamento dos problemas ambientais, esta conscientização não ocorrerá espontaneamente apenas com presença física do Bosque, mas com políticas estruturadas e estrategicamente bem planejadas e aplicadas ao Bosque, pela própria instituição e outras entidades. Como Jardim Botânico, o Bosque tem como missão elaborar uma estratégia cooperativa entre conservação; pesquisa, monitoramento e administração da informação; educação e conscientização pública. Sem querer ser demasiadamente exigente, muito ainda pode ser feito pela instituição em relação à pesquisa, coleta, manutenção e conservação de espécies silvestres da flora.

Na questão 23 os sujeitos da pesquisa foram questionados se têm acesso a alguma informação sobre a programação do bosque e onde encontram. A maior ocorrência de sujeitos da pesquisa (47%) dizem não ter acesso a nenhuma informação sobre a programação do Bosque; 19% afirmam encontrar notícias no jornal local; 16% dizem que descobrem informação na televisão; 5% se deparam com notícias em outra fonte, não contemplada entre as alternativas; 4% dizem encontrar informes na internet; 3% obtêm informação em eventos festivos; 2% conseguem informações através de panfletos; 1% se depara com comunicados em revista; 1% consegue informação em rádio; 1% descobre notícias em outdoor; 1% obtêm em eventos esportivos e ninguém (0%) encontra informações em igrejas.

Tabela 23: Você tem acesso a alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?

VOCÊ TEM ACESSO A ALGUMA INFORMAÇÃO SOBRE A PROGRAMAÇÃO DO BOSQUE? ONDE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Jornal local	75	19%
b) Revista	4	1%
c) Panfleto	9	2%
d) Televisão	62	16%
e) Rádio	4	1%
f) Outdoor	4	1%
g) Igrejas	0	0%
h) Eventos esportivos	3	1%
i) Eventos festivos	10	3%
j) Internet	16	4%
l) Não tenho acesso	186	47%
m) Outro	21	5%
TOTAL	394	100%

Gráfico 23: Você tem acesso a alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?



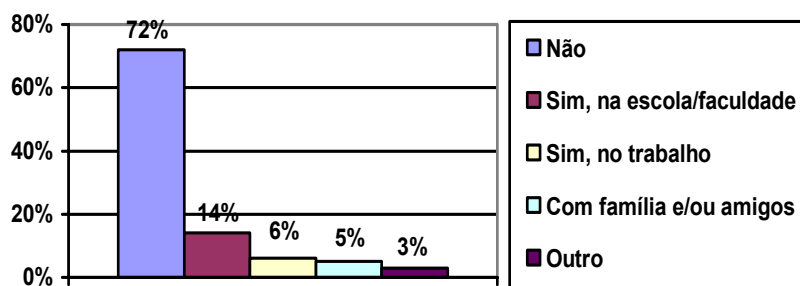
Com bases nestes dados é possível perceber que o Bosque possui uma estratégia de divulgação de suas atividades bastante ineficiente, já que 47% dos entrevistados não têm nenhuma informação sobre a programação das atividades desenvolvidas no local.

Na questão 24, foi perguntado aos frequentadores do Bosque, se estes participam de algum programa ou grupo empenhado em discutir a questão das áreas verdes em suas cidades. A maioria dos entrevistados (72%) afirmam não participar de nenhum programa ou grupo empenhado em discutir a questão de áreas verdes em suas cidades; 14% dizem participar na escola ou faculdade; 6% afirmam participar no trabalho; 5% participam com família e/ou amigos e 3% afirmam participar de outra forma não mencionada na questão.

Tabela 24: Você participa de algum grupo ou programa empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade?

VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA OU GRUPO EMPENHADO EM DISCUTIR A QUESTÃO DE ÁREAS VERDES EM SUA CIDADE?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Não	287	72%
b) Sim, na escola/faculdade	55	14%
c) Sim, no trabalho	24	6%
d) Com família e/ou amigos	18	5%
e) Outro	10	3%
TOTAL	394	100%

Gráfico 24: Você participa de algum grupo ou programa empenhado em discutir a questão de áreas verdes em sua cidade?

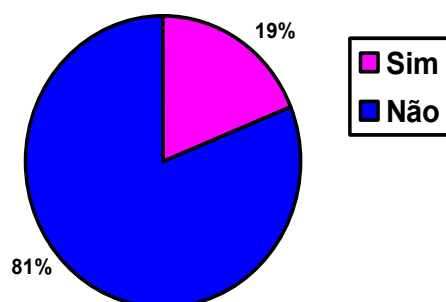


Na questão 25, ao serem questionados se participam ou já haviam participado de alguma atividade de natureza ambiental, como por exemplo, ONG, a maioria dos entrevistados (81%) responderam nunca ter participado de tais atividades, enquanto que a minoria (19%) afirmaram participar ou ter participado deste tipo de atividade.

Tabela 25: Você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental, como, por exemplo, ONG?

VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE NATUREZA AMBIENTAL COMO, POR EXEMPLO, ONG?	F. ABS.	F. REL. (%)
a) Sim	74	19%
b) Não	320	81%
TOTAL	394	100%

Gráfico 25: Você participa ou participou de alguma atividade de natureza ambiental, como, por exemplo, ONG?



Por fim, analisando esta última categoria, “Atitudes em relação à conservação do Bosque”, constatou-se que segundo os freqüentadores, o maior responsável pela conservação deste espaço são os próprios usuários, os quais acham que podem ajudar na conservação do Bosque através da conscientização das outras pessoas sobre a importância de preservar este espaço, uma vez que esta área verde pode trazer melhoras para cidade de Belém, principalmente ajudando no aumento da conscientização do agravamento dos problemas ambientais. Segundo os entrevistados, quase a metade (47%) não tem nenhuma informação sobre a programação do Bosque. A maioria dos freqüentadores não participa ou participou de algum programa ou grupo empenhado em discutir a questão de áreas verdes na sua cidade, assim como também não participou ou participa de alguma atividade de natureza ambiental como, por exemplo, ONG.

Ironicamente, segundo Sarges (2002), o processo desenvolvimento de urbanização da cidade de Belém, buscou, fazendo alusão à elite européia, criar espaços de lazer, como os grandes espaços verdes, que necessitavam de disciplina e ordem, para servir de modelo inclusive para outras cidades. Esta tarefa exigia a criação de novos mecanismos de regulamentação da vida social na cidade (Código de Posturas), que passa bem longe da consciência da população local atualmente. De acordo a autora, O código de postura previa multas para os que jogassem águas utilizadas e quaisquer tipos de dejetos nas ruas, os jornais anunciavam o horário em que passariam os carros de coleta de lixo, a ser posteriormente incinerado. Apesar de a discussão ambiental ser escassa naquela época, as pessoas pareciam ter muito mais consciência ambiental que agora e de repente, não seria tão utópico refletir mecanismo pró-ambientais semelhantes a este Código de Postura na contemporaneidade.

7 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOSQUE RODRIGUES ALVES – JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA PELOS SEUS FREQUENTADORES – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou incorporar a problemática ambiental aos estudos urbanos, a partir de uma vertente teórica, Representação Social à luz da psicologia social. As representações, ou modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de idéias e motivações que se apresentam a eles já consolidados. As representações individuais não podem ser ampliadas para a coletividade, mas sim o contrário (REIGOTA, 2004). No caso deste trabalho, a partir da hipótese central das representações sociais dos frequentadores do Bosque Rodrigues Alves possuem sobre este espaço, buscou-se caracterizar as imagens e sentidos que estes frequentadores têm. Os questionários aplicados tiveram objetivo registrar as representações de cada um dos frequentadores sobre o Bosque e posteriormente compará-las entre si, procurando identificar os sentidos comuns e, em contrapartida, enfatizar a diversidade de representações encontradas entre os sujeitos da pesquisa.

Assim, de acordo com a pesquisa, foi possível abstrair conclusões relevantes sobre o perfil dos frequentadores do Bosque e que sentido estes frequentadores atribuem a este espaço. Primeiramente, com relação ao perfil dos frequentadores, percebeu-se que a maior parte dos visitantes são homens, na faixa etária entre 15 e 18 anos, estudantes, que se consideram de cor parda/morena, de religião católica, com escolaridade de nível médio, de baixa renda, a maioria pertencente a cidade de Belém, ocorrendo a maior ocorrência de visitantes oriundos do Distrito Administrativo de Entroncamento.

Desde o seu “nascimento”, o Bosque Rodrigues Alves sofreu inúmeras alterações no seu espaço físico. A cobertura vegetal foi plantada, exibindo espécies inexistentes na vegetação original. Estas transformações fazem com que fantasias e memórias engrenem num movimento contínuo de destruição e reconstrução, preservando inclusive a memória do passado da cidade.

Foi constatado também que uma grande representatividade, metade, dos sujeitos não possui sequer nenhum conhecimento do histórico do Bosque. Num

primeiro momento esses dados nos levar a criticar severamente a estrutura de ensino oferecida pelas escolas. Todavia, deve-se ressaltar, que antes de qualquer outro órgão, o próprio Bosque é responsável pela apresentação do espaço. As atividades que são desenvolvidas possuem como público alvo as crianças, quando na verdade quem mais frequenta o Bosque são adolescentes e adultos. Quando há panfletos, estes são distribuídos de forma econômica e o Bosque não dispõe de nenhum guia para mostrar o espaço. Às vezes os próprios guardas desempenham esta função.

A ineficiência na estratégia de divulgar as atividades desenvolvidas no Jardim Botânico e estabelecendo vínculos mais sólidos com os frequentadores, faz com que o visitante acabe estabelecer relações com este espaço de cunho emocional do que racional, no que diz respeito a conscientização ambiental. Mesmo a preocupação da natureza emergir em várias questões, através dos atos de alguns visitantes como jogar lixo em local impróprio e pisar em locais inapropriados para caminhadas revela um descompromisso por parte desses sujeitos com relação a questão ambiental. O lazer por lazer, distração, reflexão, construção laços afetivos (pais e filhos, namorados etc.), faz com que a conscientização ambiental não seja uma das prioridades dos visitantes.

Esta realidade faz com que seja interessantíssimo realizar um estudo da representação social do Bosque para os seus frequentadores e entender que tipo de relações sociais ocorrem nesse espaço, que se constitui como “espaço de convívio”, uma vez que diferentes “grupos sociais” frequentam o lugar com as mais diversas intenções.

As reformas feitas, em longas lacunas de tempo, nos leva a deduzir que as políticas ambientais preservação são utilizadas apenas como instrumento na tática eleitoral.

Atualmente, a urbanização é um modo de vida, com diferentes territorialidades que revelam mobilidades, deslocamentos, reflexos da produção, do consumo, dos movimentos sociais, das idéias, etc. A natureza, na análise ambiental, e o urbano, são considerados de forma fragmentada ou segmentada, quase sempre não articulados com a produção e o consumo. Nesse processo de interferência do homem no espaço, a criação de parques e demais áreas verdes protegidas ganha destaque dentro do processo de urbanização.

Assim, no caso específico do Bosque Rodrigues Alves, considera-se de grande importância a realização de um estudo sobre a representação social desse espaço para os seus frequentadores, onde nesse estudo se destacaria o reconhecimento e a importância da cultura e da memória impregnada em cada fragmento físico desse lugar, que direta ou indiretamente contribuiu para a significação daquele espaço para as pessoas que moram na cidade, refletindo inclusive na sua vida social, como por exemplo o fato de frequentar ou não o Bosque, ter boas ou más lembranças do espaço etc.

Os efeitos da intervenção humana, em especial a construção de áreas verdes em cidades, além da intervenção física que provoca no ambiente, possuem significativos reflexos no padrão de comportamento das pessoas assim como interferem diretamente na formação cultural e histórica de um grupo social.

A proposta desse trabalho foi fazer uma sobre a representação da natureza e paisagem, mostrando seu percurso no decorrer da história, buscando caracterizar as significações da natureza, muito utilizada na contemporaneidade como “espaço de convívio”, sempre na perspectiva da relação homem natureza, considerando-se as necessidades ambientais e o tipo de relação o homem vem construindo no tempo e espaço com o meio ambiente e o posicionamento das políticas públicas neste processo.

Desta forma, crê-se que deve ser iniciada no âmbito das políticas públicas uma reflexão centrada no descaso com o qual às áreas verdes de Belém são tratadas e o reflexo negativo que este descaso traz no comportamento e qualidade de vida da população urbana da cidade.

É possível observar no Bosque pichações em prédios e monumentos, inscrições em árvores, maus tratos nos animais e até despachos de macumba em meio à vegetação. Existe um sistema de fiscalização e segurança com o apoio da guarda municipal, todavia é difícil cobrir todos os 15 hectares do local, onde circulam entre 5 e 10 mil pessoas por mês. Neste caso, a solução não passa pelo aumento do efetivo de guardas, e sim pela conscientização dos visitantes para a importância do bosque como patrimônio da cidade.

A temática ambiental tem caráter político. Por isso, no âmbito das políticas públicas, a temática ambiental deve ser tratada com mais seriedade, uma vez que estas reflexões transmitem modelos de vida, de trabalho, de relacionamento de condutas.

Neste sentido, a comunicação deve atuar como ferramenta para despertar o interesse por parte do poder público e de entidades privadas, para promover novos tratos com a questão ambiental.

No domínio das políticas públicas, a abordagem integrada dos problemas urbanos, enfocados sob a ótica do meio ambiente, vem aos poucos ganhando espaço, podendo gerar uma nova agenda de questões a ser contemplada no planejamento e na gestão das cidades, que hoje quando ocorre é de maneira ineficiente.

Possuir áreas verdes em cidades significa dar à população, entre outras coisas, um espaço para lazer e prática esportiva, o que resulta em diminuição da violência e melhoria da saúde. A ocupação da rodovia Augusto Montenegro é um exemplo de crescimento desordenado que vem acontecendo nas áreas mais periféricas da cidade. O centro de Belém não tem mais para onde crescer e nem como mexer, então a solução é garantir mais áreas verdes por onde a cidade está se expandindo.

Por isso, uma grande alternativa para essa problemática seria a criação de parques ou praças, como forma de ocupar, preservar e dar uso, beneficiando à população, às florestas remanescentes, principalmente nos bairros periféricos, onde ainda se dispõe de espaço. E neste processo é indispensável o zelo da população para preservar esses espaços.

O Poder Público tem que ocupar as áreas desprotegidas e viabilizar os parques e praças já existentes, dotando-os de infra-estrutura, segurança e serviços que aproximem a comunidade dessas áreas, no sentido de protegê-las e preservá-las para melhorar a qualidade de vida das cidades.

O desenvolvimento de pesquisas na área social pode ajudar a compreender as dimensões humanas de manejo de áreas verdes em cidades, contribuindo para desenvolvimento de um turismo com sensibilidade ecológica e incorporar as necessidades e preocupações das comunidades locais, assim como gerar informação como estes grupos afetam os recursos naturais. A informação derivada da pesquisa pode ser usada para educar a população acerca de seu impacto sobre os recursos naturais e também acerca do impacto que pode ter de uma área de conservação sobre o seu modo de vida.

As políticas ambientais, na esfera cultural, servem para sensibilizar aos funcionários do governo local, representantes de ONGs e membros do setor privado

e à população local acerca dos usos sustentáveis dos recursos naturais e das áreas verdes da cidade. Os programas de conscientização do público e educação ambiental devem ser levados às escolas e organizações comunitárias, com mais intensidade, assim como os seminários, simpósios etc. direcionados aos setores governamentais e privados.

A ocupação urbana adequada à preservação das áreas verdes em cidades somente poderá ser conduzida de modo eficaz se os agentes sociais perceberem os recursos naturais renováveis dentro de um quadro de escassez, como elementos indissociáveis de padrões de qualidade mínimas e sensíveis ao dinamismo das atividades sociais e compreensão das relações entre o ser humano e a natureza.

REFERÊNCIAS

ALBUM do Pará, 1899: na administração do Governo de Sua Excelência o Senador Dr. José Paes de Carvalho. [s.l.: s.n.], [1899 ?]

ÁLBUM do estado do Pará: mandado organizar por sua Excelência o Senador Dr. Augusto Montenegro – GOVERNADOR. Oito anos de Governo(1901 a 1909). Paris, imprimerie CHAPONET (Jean Cussac). [1909 ?]

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 338p. il. (Série Didática).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Belém da Saudade: A memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém: SECULT, 1996.

BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA. **Histórico do Bosque Rodrigues Alves**. Adaptação: Biblioteca Bosque Rodrigues Alves. Belém, 2005.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BROCKELMAN, Warren Y. et al. Mecanismos de fortalecimento das áreas protegidas. In: TERBORGH, John; SPERGEL, Barry. (org). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA. Resolução Nº 339, DE 25 de setembro de 2003. Disponível em http://www.jbrj.gov.br/cnjb/divulga/dou/resolucao339_2112003.htm.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade responsável**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentirosos**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DAOU, Ana Maria. **A Belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A História de proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, Barry ; TERBORGH, John (org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Populações tradicionais em unidades de conservação: O Mito da Natureza Intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (org.). **As Ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Belém: APED ; UFPA, 1993.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**, pp. 71-156. São Paulo: Abril, 1978.

FERREIRA, Leila da Costa. Cidades, sustentabilidade e risco. In: **DESENVOLVIMENTO e meio ambiente**, n. 9, p. 23-31, jan./jun. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2004.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 1990, p. 28-36.

JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, 420p.

KESSELRING, Thomas. **O conceito de natureza na historia do pensamento ocidental**. Ijuí: Unijuí/Santa Maria: UFSM, 1992, p. 19-39.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEITE, Maria A. F. Pereira. **Destruição ou Desconstrução?** São Paulo: HUCITEC/FADESP, 1994, p. 29-48.

MAFFESOLI, Michael. **O poder dos espaços de celebração**. Rio de Janeiro, n. 116, p.59-70/1994.

MATOS, Luci Cléa Bahia de. **Bosque Rodrigues Alves**: uso e preservação de um espaço de lazer na metrópole belenense. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Geografia, UFPA, Belém, 1999.

MAUÉS, R. Heraldo . Por que uma Agenda 21 para a Amazônia?. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Debates sobre a Agenda Amazônia 21**. Belém: UNAMAZ, 2000.

MICHELI, Gianni. Natureza. In: **ESOTÉRICO/Exotérico**. Enciclopédia Einaudi., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda , nº 18, 1990, p. 11-54.

MINAYO, M. C. S. ; MINAYO, M. O conceito das representações sociais na sociologia clássica. In: CORENDA, Pedrinho (Org.). **Textos sobre representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. RJ: Ed. UERJ, 2001

BEZERRA NETO, José Maria Bezerra. **Bosque Rodrigues Alves: uma breve história (1870 – 1997)**. [s.l.: s.n.], [2000]

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **Afetos manifestos na sala de aula**. São Paulo: Annablume, 2005.

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **Imagem do Outro (e) ou imagem de si?**. Salvador. Ed. Portfolium, 2001.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil. In: ECOLOGIA e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ. 1987. p. 11-62.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2004. (questões da nossa época; v. 41).

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade responsável**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

RODRIGUES, Roberto Martins. **Fauna da Amazônia**. Ed. CEJUP – Belém – PA-1992.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUREJ, 1998.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: PakaTatu, 2002.

SCHAMA, Simon. Introdução. In: PAISAGEM e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.13-30.

TABARELLI, M. et al. Forest fragmentation, synergisms and the impoverishment of neotropical forest. **Biodiversity and Conservation**, v.13, p. 1419-1425. 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço mítico e lugar. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. p.96-112.

VIANA, V. M. Biologia e manejo de fragmentos florestais. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6., 1990, Campos do Jordão. [Anais...] Campos do Jordão: [s.n.], 1990.

VICTORINO, Valério Igor Príncipe. Proteção aos mananciais, atores e conflitos: o caso da cratera da Colônia. In: / RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Comin (orgs.). **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. 1. ed. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Acadêmica, 36).

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Responda as questões abaixo com **1 (uma)** resposta para cada questão:

1) Sexo: a) Masculino b) Feminino

2) Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que mais corresponde à sua Cor/Raça:

a) Branco b) Amarela/Asiática c) Indígena d) Parda/morena
e) Negra

3) Qual a sua idade?

a) Entre 15 e 18 anos b) Entre 19 e 21 anos c) Entre 22 e 25 anos
d) Entre 26 e 29 anos e) Entre 30 e 33 anos f) Entre 34 e 37 anos
g) Entre 38 e 41 anos h) Entre 42 e 45 anos i) Entre 46 e 49 anos
j) Acima de 50 anos

4) Qual a sua Religião?

a) Católico b) Muçulmano c) Ateu d) Evangélico
e) Budista f) Judeu g) Espírita h) Outra _____

5) Qual o seu Estado Civil?

a) Solteiro b) Desquitado, Divorciado, Separado judicialmente c) Casado
d) Viúvo e) Outro _____

6) Com quem você mora?

a) Com os pais b) Com parentes c) Amigos
d) Com o Conjuge e) Sozinho(a) f) Somente com a mãe
g) Somente com o pai h) Outro _____

7) Qual a sua renda?

a) Abaixo de 380 reais b) Entre 380 e 480 reais c) Entre 481 e 580 reais
d) Entre 581 e 680 reais e) Entre 681 e 780 reais f) Entre 781 e 880 reais
g) Entre 881 e 980 reais h) Entre 981 e 1080 reais i) Entre 1081 e 1180 reais
j) Acima de 1180 reais l) Não tenho renda

8) Qual a sua escolaridade?

a) Analfabeto b) Ensino médio completo c) Fundamental incompleto
d) Universitário incompleto e) Fundamental completo f) Universitário completo

- g) Ensino médio incompleto h) Pós-graduação incompleta i) Pós-graduação completa

9) De onde você é?

- a) Belém b) Outra cidade _____

10) Em que bairro você mora?

R - _____

• **Entendimento do Bosque**

11) Das informações sobre o histórico do Bosque, marque aquelas que você conhece?

- a) O Bosque surgiu em decorrência do ciclo da borracha na Amazônia no fim do século XIX
 b) O atual Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia foi criado inicialmente com o nome de Bosque Municipal do Marco da Légua
 c) O Bosque foi inspirado pelo "Bois Bolonge", um tradicional logradouro parisiense.
 d) Em 1906 o Bosque Municipal do Marco da Légua, passou a denominar-se Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao Presidente da República.
 e) O Chalé de ferro pertencia a sociedade Beneficente Portuguesa.
 f) Não tenho informações
 g) Outro _____

12) Em sua opinião qual a importância do bosque para a cidade de Belém?

- a) Local de lazer b) Floresta sem utilidade c) Espaço religioso
 d) Espaço cultural e) Local de pesquisa
 f) Espaço de descanso/passatempo/reflexão g) Controle da poluição do ar
 h) Ponto turístico i) Espaço de diversão j) Espaço educativo
 l) Patrimônio Histórico m) Espaço de preservação do verde
 n) Diminuição do calor o) Controle do vento p) Espaço de preservação animal
 q) Decoração da cidade r) Oportunidade de trabalho s) Outro _____

• **Percepção de tempo passado, presente e futuro do Bosque**

13) Quantas vezes você frequenta o Bosque durante o ano?

- a) Diariamente b) Semanalmente c) Quinzenalmente
 d) 3 vezes por mês e) Mensalmente f) A cada dois meses
 g) A cada três meses h) A cada 4 meses i) A cada 5 meses
 j) Semestralmente l) A cada 7 meses m) A cada 8 meses
 n) A cada 9 meses o) A cada 10 meses p) A cada 11 meses
 q) 1 vez por ano r) Outro _____

14) Que lembrança você tem de suas visitas ao Bosque?

- a) Flores b) Estátuas de cimento c) Lembranças afetivas d) Plantas
 e) Monumentos f) Animais g) Temperatura h) Vento
 i) Lago j) Cheiro l) Outro _____

15) Quem levava você ao Bosque?

- a) Pais b) Padrinhos c) Tios d) Amigos
 e) Escola f) irmãos g) Outro. Quem? _____

16) Você acha que o Bosque mudou para:

- a) Melhor b) Pior

Caso você tenha assinalado melhor na questão anterior responda a questão **19**. Se você respondeu pior responda a questão **20**.

17) Na sua opinião que contribuições positivas o Bosque oferece para os freqüentadores?

- a) Aumento de oportunidade de trabalho b) Acréscimo de atividades de lazer
 c) Enriquecimento estético-urbanístico da área d) Diminuição do calor na vizinhança
 e) Aumenta a ventilação na área f) Espaço de atração de turistas
 g) Espaço de práticas educativas
 h) Contribui para a conscientização sobre a problemática ambiental
 i) Contribui para a pesquisa científica
 j) Espaço de descanso/passatempo/ reflexão para os freqüentadores do bosque
 l) Ajuda na diminuição da poluição do ar na cidade m) Diminui a criminalidade
 n) Outra _____

18) Em sua opinião, que conseqüência negativa o Bosque provoca aos freqüentadores?

- a) Diminuição de oportunidade de trabalho b) Decréscimo de atividades de lazer
 c) Empobrecimento estético-urbanístico da área d) Aumento do calor na vizinhança
 e) Diminui a ventilação na área f) Espaço de repulsão de turistas
 g) Não contribui para conscientização sobre a problemática ambiental
 h) Não contribui para a pesquisa científica i) Deixa as pessoas estressadas
 j) Contribui com o aumento da poluição do ar na cidade
 l) Aumenta a criminalidade m) Poluição visual - Excesso de arvores
 n) Aumenta a quantidade de lixo o) Outra _____

19) Como você imagina que estará o bosque daqui a 10 anos?

- a) Não existirá Bosque b) Continuará igual c) Existirão novas atrações
d) Seu tamanho estará alterado e) Parque de Diversões f) Shopping
g) Feira h) Supermercado i) Escola
j) Universidade l) Hospital m) Reservatório de água
n) Indústria o) Área agrícola p) Sítio arqueológico
q) Outro _____

- **Atitudes em relação à conservação do bosque**

20) Quem é responsável pela conservação de bosque em Belém?

- a) Usuários b) Estado c) Município
d) Administração da instituição e) Ninguém é responsável f) Outro _____

21) Como você acha que pode ajudar na conservação do bosque?

- a) Não jogando lixo em locais impróprios b) Não destruindo a vegetação
c) Não maltratando os animais d) Não posso ajudar
e) Conscientizando outras pessoas sobre a importância da conservação do espaço
f) Outro _____

22) Em que o Bosque pode trazer melhoras para a cidade de Belém?

- a) Oferecer novas atrações de lazer b) Aumento de oportunidade de trabalho
c) Diminuir o calor da vizinhança em volta do bosque d) Auxiliar na dispersão de poluentes
e) Aumentar a atração de turistas
f) Ajudar no aumento da conscientização do agravamento dos problemas ambientais
g) Novas descobertas da pesquisa científica
h) Salvamento e reprodução de animais em extinção
i) Aumento da valorização da cultura regional j) Reprodução de espécies vegetais
l) Outro _____

23) Você tem acesso à alguma informação sobre a programação do Bosque? Onde?

- a) Jornal local b) Revista c) Panfletos d) Televisão
e) Rádio f) Outdoor g) Igrejas h) Eventos esportivos
i) Eventos festivos j) Internet l) Não tenho acesso m) Outro _____

ANEXOS

ANEXO A – BAIROS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

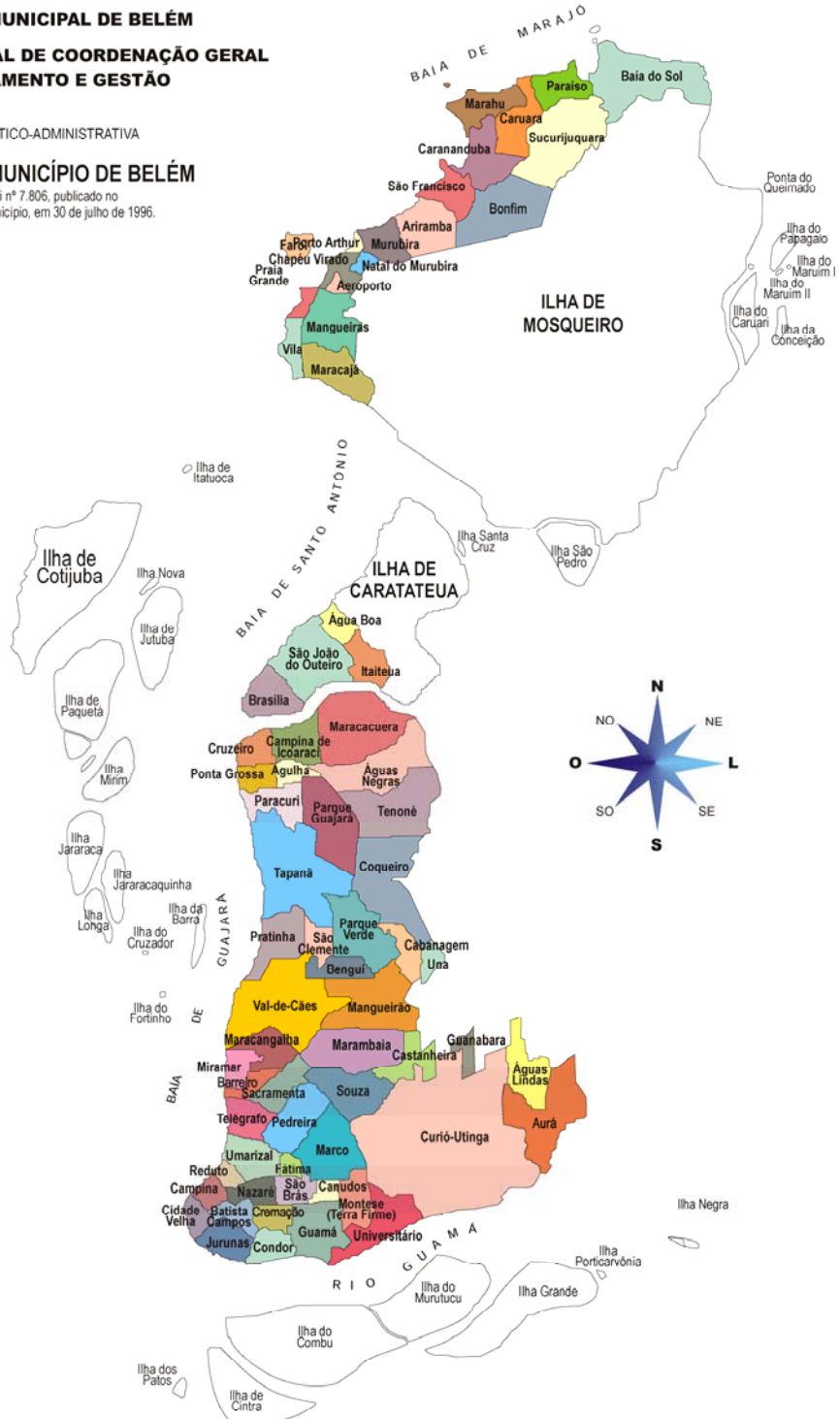


PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL
DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIVISÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA

BAIROS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Conforme Lei nº 7.806, publicado no
Diário Oficial do Município, em 30 de julho de 1996.



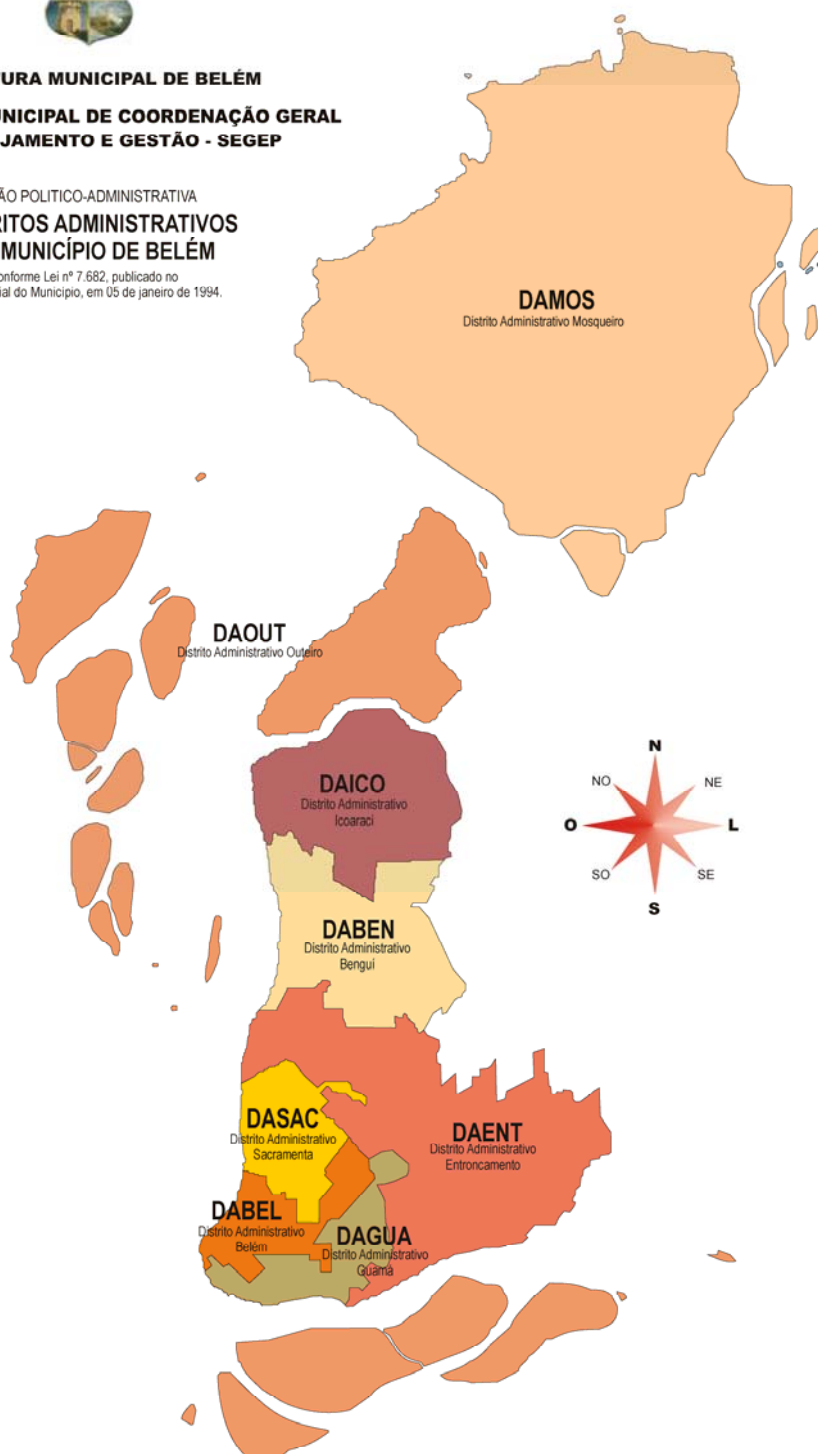
Base cartográfica: Cadastro Técnico Multifinalitário - PMB

ANEXO B – DISTRITOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL
DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP

DIVISÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA
DISTRITOS ADMINISTRATIVOS
DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Conforme Lei nº 7.682, publicado no
Diário Oficial do Município, em 05 de janeiro de 1994.



Base cartográfica: Cadastro Técnico Multifinalitário - PMB

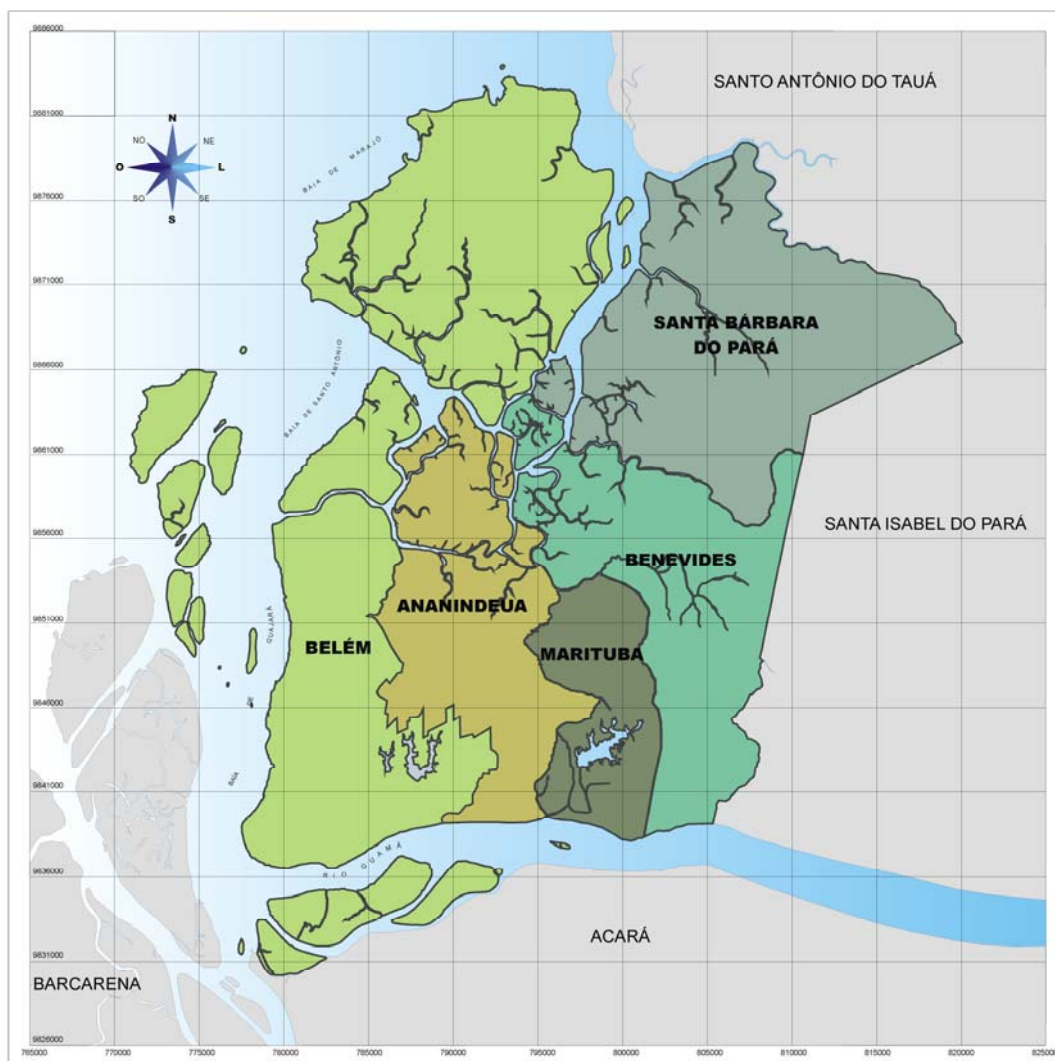
ANEXO C – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Conforme Lei Complementar nº 027, publicado no Diário
 Oficial do Município, em 19 de outubro de 1995.



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP
 Escala: 1:250.000